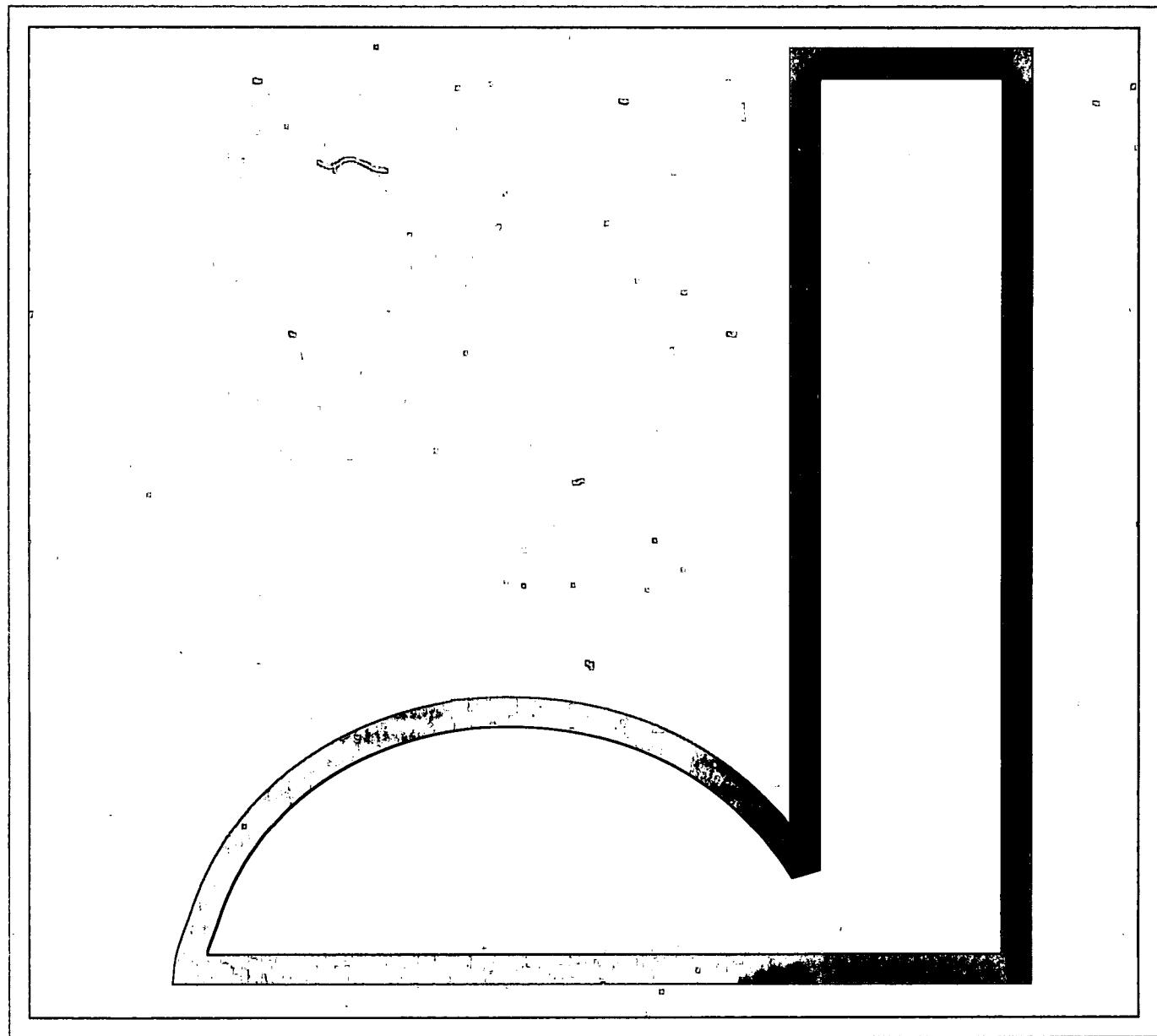


EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

MESA		
Presidente <i>Antonio Carlos Magalhães - PFL - BA</i> 1º Vice-Presidente <i>Geraldo Melo - PSDB - RN</i> 2º Vice-Presidente <i>Ademir Andrade - Bloco - PA</i> 1º Secretário <i>Ronaldo Cunha Lima - PMDB - PB⁽¹⁾</i> 2º Secretário, no exercício da 1º Secretaria <i>Carlos Patrocínio - PFL - TO</i> <small>(1) Licenciado a partir do dia 29-4-99</small>	3º Secretário <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> 4º Secretário <i>Casildo Maldaner - PMDB - SC</i> Suplentes de Secretário <i>1º Eduardo Suplicy - Bloco - SP</i> <i>2º Lúdio Coelho - PSDB - MS</i> <i>3º Jonas Pinheiro - PFL - MT⁽²⁾</i> <i>4º Marluce Pinto - PMDB - RR</i> <small>(2) Licenciado a partir do dia 4-5-99</small>	
CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor⁽¹⁾ <i>Romeu Tuma - PFL - SP</i> Corregedores Substitutos⁽¹⁾ <i>Ramez Tebet - PMDB - MS</i> <i>Vago</i> <i>Lúcio Alcântara - PSDB - CE</i>	PROCURADORIA PARLAMENTAR Procuradores⁽²⁾ <i>Nabor Júnior - PMDB - AC</i> <i>Vago</i> <i>Emilia Fernandes - Bloco - RS</i> <i>Vago</i> <i>Lauro Campos - Bloco - DF</i>	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO GOVERNO Líder <i>Fernando Bezerra</i> Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PFL - 21 Líder <i>Hugo Napoleão</i> Vice-Líderes <i>Edison Lobão</i> <i>Francelino Pereira</i> <i>Mozarildo Cavalcanti</i> <i>Romeu Tuma</i> <i>Eduardo Siqueira Campos</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i>	LIDERANÇA DO PMDB - 26 Líder <i>Jader Barbalho</i> Vice-Líderes <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO - 14 Líder <i>Marina Silva</i> Vice-Líderes <i>Sebastião Rocha</i> <i>Roberto Freire</i> <i>José Eduardo Dutra</i>	LIDERANÇA DO PSDB - 16 Líder <i>Sérgio Machado</i> Vice-Líderes <i>Osmar Dias</i> <i>Pedro Piva</i> <i>Romero Jucá</i> <i>Vago</i> <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PPB - 3 Líder <i>Leomar Quintanilha</i> Vice-Líder <i>Vago</i> LIDERANÇA DO PTB - 1 Líder <i>Arlindo Porto</i>

(1) Reeleitos em 2-4-97

(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE	
<i>Agaciel da Silva Maia</i> Diretor-Geral do Senado Federal <i>Claudionor Moura Nunes</i> Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações <i>Júlio Werner Pedrosa</i> Diretor da Subsecretaria Industrial	<i>Raimundo Carreiro Silva</i> Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal <i>Marcia Maria Corrêa de Azevedo</i> Diretora da Subsecretaria de Ata <i>Denise Ortega de Baere</i> Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1– ATA DA 75ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 14 DE JUNHO DE 1999

1.1– ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 127, de 1999 (nº 774/99, na origem), de 9 do corrente, restituindo autógrafos ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1999–Complementar (nº 250/98–Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

1.2.2 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 475/99, de 13 de maio último, encaminhando as informações parciais referentes ao Requerimento nº 59, de 1999, do Senador Eduardo Suplicy. A matéria aguardará complementação das informações na Secretaria-Geral da Mesa.

1.2.3 – Pareceres

Nº 369, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1993 (nº 3.343/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o acréscimo de inciso VII do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho, e Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1995 (nº 367/91, na Casa de origem), que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias, que tramitam em conjunto. (Nos termos do Requerimento nº 45, de 1999, de audiência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nº 370, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 274, de 1999, do Senador Eduardo Suplicy, que solicita seja transmitido ao Senado e ao Governo Colombiano a preocupação do Senado Brasileiro com respeito ao seqüestro da Senadora Piedad Cordoba de Castro, ocorrido no dia 21 de maio do corrente.

1.2.4 – Leitura de requerimento

Nº 324, de 1999, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, solicitando ao Ministro de Estado da Educação as informações que menciona. À Mesa para decisão.

15223

1.2.5 – Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, de amanhã, do Requerimento nº 274, de 1999, cujo parecer foi lido anteriormente.

15224

Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1998 (nº 1.022/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio. Será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

15224

1.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR LUIZ ESTEVÃO – Importância da realização, ontem, de mais uma etapa do "Provão". Reflexões sobre o tabagismo, a propósito do "Dia Internacional contra o Fumo". Considerações sobre o Projeto de Lei do Senado nº 164, de 1999, de sua autoria, que cria contribuição destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo fumo e dá outras providências.

15224

SENADOR NABOR JÚNIOR – Anúncio, pelo Ministro da Defesa em seu discurso de posse, de que as Forças Armadas ingressarão no combate ao narcotráfico.

15226

SENADOR MAGUITO VILELA – Experiências desenvolvidas por alguns governadores no combate à fome, exemplificando as ações empreendidas pelo Governador do Distrito Federal, Sr. Joaquim Roriz.

15229

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Registro da reunião da cúpula dos chefes de governo de países do Mercosul e da Comunidade Européia, a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro no mês de julho, para discussão dos interesses de parceria entre os dois blocos econômicos.

15230

SENADOR JEFFERSON PÉRES – Desgaste do Presidente da República diante das dis-

15223

Ata da 75ª Sessão Não Deliberativa em 14 de junho de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura

*Presidência dos Srs.: Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo
Ademir Andrade, Carlos Patrocínio e José Agripino*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 127, de 1999 (nº 774/99, na origem), de 9 do corrente, referente ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1999-Complementar (nº 250/98-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, sancionado e transformado na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

AVISO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 475/99, de 13 de maio último; do Ministro de Estado da Justiça, encaminhando as informações parciais referentes ao Requerimento nº 59, de 1999, do Senador Eduardo Suplicy.

As informações parciais foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O requerimento aguardará na Secretaria-Geral da Mesa as informações complementares.

PARECER Nº 369, DE 1999

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1993, (nº 3.343/89, na Casa de origem), que dispõe sobre o acréscimo de

inciso VII ao art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho, Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1995 (nº 367/91, na Casa de origem), que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias, que tramitam em conjunto. (Nos termos do Requerimento nº 45, de 1999, de audiência da CAE).

Relator do vencido: Senador José Eduardo Dutra.

Em virtude de sua maior abrangência, acolhemos em sua totalidade a Emenda nº 1-CAS (substitutivo), oferecida ao PLC nº 25, de 1993, que passa a receber a denominação de Emenda nº 1 - CAS-CAE (substitutivo), e concluímos ainda pela prejudicialidade do PLC nº 9, de 1995.

Sala das Comissões 8 de junho de 1999. — **Ney Suassuna**, Presidente — **José Eduardo Dutra**, Relator do vencido — **Luiz Otávio** — **Jefferson Peres** — **Bello Parga** (vencido) — **José Roberto Arruda** — **Osmar Dias** — **Maguito Vilela** — **Antero Paes de Barros** — **Gilberto Mestrinho** — **José Fogaça** — **Paulo Souto** — **Pedro Simon** — **Roberto Saturnino** — **Eduardo Siqueira Campos**.

VOTO VENCIDO EM SEPARADO DO SENADOR BELLO PARGA

Na Comissão de Assuntos Econômicos, sobre os Projetos de Lei da Câmara nº 25, de 1993, que "Dispõe sobre o acréscimo de inciso VII do art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho"; e nº 009, de 1995, que "Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias".

I – Relatório

Após análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), recebemos, para exame em tramitação conjunta, duas proposições tendentes a modificar a

Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

2 – Em primeiro lugar, o art. 131 da CLT é modificado, nos termos do Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1993, da Deputada Rita Camata, para que não sejam considerados como falta, na fixação da duração das férias previstas no art. 130, os dias em que o empregado faltar ao trabalho autorizado por normas especiais ou legais, sempre que essas faltas não forem descontadas da remuneração ou salário. A autora entende que há uma lacuna legal na legislação trabalhista e pretende, nos termos de sua justificação, resguardar "o direito do trabalhador de não sofrer perda em sua remuneração nem ser prejudicado em suas férias por motivo de faltas justificadas".

3 – Em segundo lugar, o Projeto de Lei da Câmara nº 009, de 1995, do Deputado Geraldo Alckmin Filho, altera dispositivos da CLT que regulam o pagamento, na cessação dos contratos de trabalho, dos períodos incompletos de férias. Para o autor, o pagamento das férias proporcionais, limitado aos trabalhadores com doze meses de trabalho na empresa, é discriminatório e sem fundamentos razoáveis. Como solução, ele defende tratamento igual para aqueles que pedirem demissão antes de completado o período referido.

4 – Na CAS, as proposições foram analisadas em profundidade, tendo sido aprovado substitutivo que remete a maior parte das decisões a respeito da concessão e gozo de férias a acordos escritos, individuais ou coletivos.

É o relatório.

II – Análise

5 – Tendo as proposições sido apreciadas na CAS, com observância de sua competência específica, cumpre a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros da matéria submetida à sua apreciação, nos termos do inciso I do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal.

6 – Entendemos pertinente a maior parte das observações e análises constantes do parecer aprovado pela CAS, na forma de substitutivo, no que se refere às faltas justificadas – em função da existência de normas especiais ou legais que as autorizem – que passam a não ser consideradas na definição da duração das férias, sempre que não forem descontadas da remuneração ou do salário, porquanto afiguram-se-nos razões de mérito suficientes à sua aprovação nesta Comissão.

7 – No tocante à mudança acima referida, não vislumbramos aspectos financeiros ou econômicos

capazes de depor contra a aprovação da matéria. No entanto, no que se refere ao conteúdo do Projeto de Lei da Câmara nº 009, de 1995, nosso entendimento é diferente daquela Comissão. Vejamos as razões que norteiam o nosso entendimento.

8 – As normas atualmente vigentes concedem o direito às férias proporcionais somente aos empregados demitidos sem justa causa. Essa concessão está baseada na suposição de que o empregador, ao demiti-lo, obsteu a aquisição do direito às férias, em processo de constituição. No caso dos empregados que pedem demissão ou por qualquer outra razão desligam-se da empresa, não há qualquer ação culposa que possa ser imputada ao empregador.

Em consequência, perde sentido a obrigatoriedade do pagamento das férias proporcionais.

9 – Além disso, é preciso considerar que as férias são um direito que, em princípio, deve ser usufruído como lapso de iniciativa após um período anual de trabalho, para recuperação do normal desgaste emocional e físico do trabalhador. A transformação desse direito ao descanso em valor econômico só é válida como exceção. No caso das demissões injustificadas, o pagamento das férias proporcionais é uma exceção que tem sentido. Nas demais hipóteses, a utilização do mesmo argumento parece-nos descabida.

10 – Ainda mais, ao estender as férias proporcionais às outras hipóteses de rescisão contratual, a proposta de substitutivo da CAS aumenta os encargos sociais do empregador e, consequentemente, torna mais onerosas as contratações. Desestimula-se, assim, a criação de novos empregos.

III – Voto

11 – Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Substitutivo da CAS ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1993, suprimindo-se do texto a nova redação dada ao art. 147 da CLT, pelo art. 1º. Opinamos, também, pela supressão do art. 3º, que trata da revogação do parágrafo único do art. 146 da CLT. Quanto ao PLC nº 09, de 1995, mantemos a prejudicialidade aprovada pela CAS.

Salão da Comissão, 8 de junho de 1999. – Senador **Bello Parga**.

*DOCUMENTO ANEXADO PELA
SECRETARIA-GERAL DE MESA, NOS TERMOS
DO ART. 250 DO REGIMENTO INTERNO:*

REQUERIMENTO Nº 45, DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 279, I, do Regimento Interno, requeiro o adiamento da discussão do Projeto de

Lei da Câmara nº 25, de 1993, que dispõe sobre o acréscimo de inciso VII ao art. 131, da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de que sobre o mesmo seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos.

Sala das Sessões, 25 de fevereiro de 1999. – Bello Parga.

PARECER Nº 370, DE 1999

Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, sobre o Requerimento nº 274, de 1999, do Senador Eduardo Suplicy, que solicita "seja transmitido ao Senado e ao Governo Colombiano a preocupação do Senado Brasileiro com respeito ao seqüestro da Senadora Piedad Cordoba de Castro, ocorrido no dia 21 de maio do corrente".

Relator: Senadora **Emília Fernandes**.

I – Relatório

Vem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o Requerimento (SF) nº 274, de 1999, que solicita "seja transmitido ao Senado e ao Governo Colombiano a preocupação do Senado Brasileiro com respeito ao seqüestro da Senadora Piedad Cordoba de Castro, ocorrido no dia 21 de maio do corrente", de autoria do eminente Senador Eduardo Suplicy, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal.

Diz o requerimento sob exame: "Requeremos, nos termos regimentais, seja transmitido ao Senado e ao Governo Colombiano a preocupação do Senado Brasileiro com respeito ao seqüestro da Senadora Piedad Cordoba de Castro, ocorrido no dia 21 de maio do corrente. Solicitamos seu empenho no sentido de garantir o resgate da ilustre parlamentar, com vida e boa saúde, o mais rapidamente possível. A Senadora Piedad Cordoba tornou-se conhecida por suas atividades em defesa da melhoria da condição da mulher e dos direitos à cidadania. Sua luta tem sido a mesma de todos nós na busca de um mundo mais justo".

Incumbe a esta Comissão, nos termos do art. 90, XII, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o mérito das proposições submetidas ao seu exame, emitindo o respectivo parecer.

II – Voto

Trata-se, considerada a gravidade da violência perpetrada contra a eminente Senadora Piedad Cordoba de Castro, relevando-se ainda a grande repercussão internacional do lamentável episódio, de Requerimento conveniente e oportuno aos interesses

nacionais, pelo que somos pela aprovação do presente Requerimento, para que se faça saber ao Senado e ao Governo Colombiano de seu inteiro teor.

Sala da Comissão, 26 de maio de 1999. – **Carlos Wilson**, Presidente em exercício – **Emilia Fernandes**, Relatora **Tião Viana** – **Geraldo Althoff** – **Djalma Bessa** – **Gilberto Mestrinho** – **Eduardo Suplicy** – **João Aberto Souza** – **Wellington Roberto** – **Lúdio Coelho** – **Mozarildo Cavalcanti**.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1.º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 324 DE 1999

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o que determina o § 2º do art. 50 da Constituição Federal, requeiro seja encaminhado ao Ministro de Estado da Educação o seguinte pedido de informações:

- 1 – se existe, no âmbito daquele Ministério, estudo ou projeto relativo à implantação da Universidade Federal do Tocantins;
- 2 – no caso afirmativo, em qual fase/ etapa se encontra atualmente, a execução do referido projeto;
- 3 – no caso negativo, quais as razões de não estarem sendo tomadas as necessárias providências.

Justificação

Em novembro de 1998 foi entregue ao Presidente da República uma Exposição de Motivos assinada por 83 Senadores (todos os titulares, mais dois suplentes), encarecendo a implantação de uma universidade federal naquele Estado. No documento, ressaltou-se, especialmente, que:

- a) o Estado do Tocantins é a única unidade federativa que não conta com nenhuma instituição federal de nível superior, enquanto diversos estados possuem mais de dez dessas entidades;
 - b) a Fundação Unitins, um novo modelo de universidade "pública, mas não estatal, de direito privado, mas não particular", apesar dos grandes serviços prestados à população, vivencia a seguinte realidade:
1. – sua capacidade de absorção se restringe a 4 matrículas para cada 1.000 ha-

bitantes (Brasil: 10 por mil; países desenvolvidos: mais de 50 por mil);

2 – a relação candidato/vaga, embora se tenha reduzido desde 1995, quando era de 7,4 permanece acima de 5,0, o que exclui 4/5 dos concluintes de 2º grau. Mesmo que as faculdades particulares absorvam outro quinto, 3/5 do alunado estarão impedidos de continuar seus estudos;

3 – o déficit previsto para o ano 2.006, segundo estudos de planejamento da própria instituição, mesmo que absorvam 12.000 matrículas, será de 6.000 vagas.

c) pequena parte dos excedentes se desloca para outros estados ou para a Bolívia, enfrentando dificuldades e privações para conseguir estudar, o que gera grande preocupação para as famílias. Os demais desenvolvem um elevado grau de frustração quanto às possibilidades de ascensão sócio-econômica, agravado pelo crescente desemprego;

d) o ensino superior no Estado se restringe, pela insuficiência de recursos, à formação de mão-de-obra necessária ao mercado de trabalho;

e) a função de pesquisa que caracteriza as instituições federais inexiste no Tocantins, apesar da riqueza e diversidade dos ambientes físicos e social do Estado;

f) o Presidente e o Vice-Presidente da República consideram de inteira justiça tal reivindicação assim se expressando publicamente, inclusive em eventos realizados no próprio Estado, o que em muito estimulou as expectativas da população e a revolta dos que se sentem impedidos de estudar.

Ao se completarem sete meses da data de entrega da Exposição de Motivos ao Presidente Fernando Henrique, e considerando-se que a mesma recebeu as assinaturas de 83 Senadores, formalizando dessa forma uma solicitação desta Casa do Congresso Nacional, considero pertinente este pedido de informações.

Sala das Sessões, 14 de junho de 1999. – Senador Carlos Patrocínio.

(À mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Foi encaminhado à publicação parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente ao Requerimento nº 274, de 1999, do Senador Eduardo Suplicy, que solicita seja transmitido ao Senado e ao

Governo Colombianos a preocupação do Senado Brasileiro com respeito ao seqüestro da Senadora Piedad Cordoba de Castro, ocorrido no dia 21 de maio do corrente...

A matéria constará da ordem do Dia da Sessão deliberativa ordinária de amanhã, dia 15, nos termos do art. 222, § 2º do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 1998 (1.022/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de divulgação dos índices de evasão e repetência nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Não tendo recebido emendas, a matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à lista de oradores.

Tem a palavra o Senador Luiz Estevão. S. Ex.^a dispõe de 20 minutos.

O SR. LUIZ ESTEVÃO (PMDB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, antes de iniciar meu pronunciamento, eu gostaria de fazer um breve registro sobre o que aconteceu ontem em nosso País, um fato extremamente alvissareiro. Refiro-me à realização de mais uma etapa do provão, a avaliação de alguns cursos universitários em nosso Brasil. Faço esse registro porque vi com muita satisfação que, diferentemente do que aconteceu no seu primeiro ano, quando muitos estudantes brigavam, inclusive na Justiça, pelo direito de não fazer o provão por não terem compreendido plenamente a importância daquela avaliação, vimos neste ano estudantes ingressarem com ações na justiça para poderem ser submetidos à avaliação do provão.

O que isso mostra? Em primeiro lugar, o acerto do Ministério da Educação em ter introduzido pela primeira vez no Brasil um programa de avaliação dos cursos universitários, de vital importância, porque, a partir daí, o estudante que hoje freqüenta uma universidade pública paga pelo contribuinte não vem dando, na forma do ensino, a contraprestação do apoio que recebe da sociedade. De outro lado, as universidades privadas que cobram mensalidades que obrigam o estudante a se sacrificar pelo desejo louvável de obter o seu diploma de curso de nível superior, pela baixa qualidade dos cursos, ao término deles, o estudante sai com o diploma sem o devido aprendizado e sem a devida qualificação.

Daí a importância do provão, que faz com que muitas escolas que foram mal avaliadas no passado

estejam se mobilizando para melhorar o seu desempenho. Com isso, todos têm a ganhar: a sociedade brasileira, que terá suas gerações melhor preparadas para ingressar no mercado de trabalho; os estudantes, que perceberão que o investimento que fazem hoje, de tempo e de dinheiro, para aperfeiçoar seus estudos será correspondido com o conhecimento adquirido; e ganham também as escolas, que passam a participar da sadia competição pela qualidade do ensino que oferecem.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo esta tribuna hoje, para falar essencialmente de um problema que aflige toda a nossa sociedade: o hábito de fumar, o tabagismo.

O Dia Internacional contra o Fumo, promovido pela Organização Mundial de Saúde e devidamente celebrado no Brasil, marca mais um avanço no processo de conscientização da sociedade quanto aos múltiplos e sérios males do tabagismo.

Evidências científicas, acumuladas ao longo de várias décadas nos mais afamados centros de pesquisa em saúde do mundo, comprovam definitivamente que o vício de fumar torna a vida mais curta e muito menos saudável, com graves consequências não apenas para o usuário, mas para toda a coletividade. Isso porque as doenças pulmonares crônicas, advindas desse vício, respondem por uma significativa parcela das despesas públicas na área de saúde.

Nos Estados Unidos, estima-se que os custos do tabagismo cheguem a US\$50 bilhões por ano, assim distribuídos: US\$26,9 bilhões em despesas hospitalares; US\$15,5 bilhões em recursos humanos (principalmente salários e honorários médicos); US\$5,8 bilhões em assistência alimentar; e US\$1,8 bilhão em remédios.

Os especialistas insistem, porém, em que a esse já imenso prejuízo para os cofres públicos da Seguridade Social americana devem ainda ser acrescentados os custos socioeconômicos das mortes prematuras (40,3 bilhões) e das perdas de produtividade associadas a doenças crônicas e incapacidades variadas (6,9 bilhões).

Em nosso País, o fumo já é a terceira causa de morte (12% dos óbitos registrados), e os dados do Ministério da Saúde situam o custo total do tabagismo em cerca de R\$20 bilhões, mais ou menos 2% do PIB brasileiro.

Apenas no tratamento dos três maiores grupos de doenças causadas pelo fumo, o Sistema Único de Saúde despendeu R\$925 milhões em 1997. Hoje, as despesas públicas com as consequências do tabagismo devoram R\$750 milhões no setor saú-

de e nada menos de 2,7 bilhões na área da previdência social.

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer, o fumo subtrai 7% da expectativa de vida média, o que, no conjunto, representa a perda de 302.635 anos, que poderiam ser desdobrados em preciosas horas de trabalho e de lazer dolorosamente desperdiçadas.

Hoje em dia, dois fatores contribuem para agravar esse quadro. De um lado, a iniciação ao vício se dá cada vez mais cedo, de maneira geral, aos 12 anos. De outro, as modernas tecnologias e medicamentos aumentaram significativamente a sobrevida dos fumantes crônicos com o consequente aumento de aposentadorias precoces, concedidas por invalidez.

É claro que, do ponto de vista humano, estamos todos nós celebrando todo e qualquer progresso da vida contra a morte. Mas não podemos esquecer que tratamentos mais caros e longos acabam pressionando o bolso do contribuinte, seja ele fumante ou não.

Sr. Presidente, diante desse dilema, uma resposta que tem recebido crescente atenção da mídia e da opinião pública traduz-se na maré montante de ações judiciais de consumidores contra as indústrias de tabaco, mormente nos Estados Unidos. A Justiça americana, sinalizando o que parece ser uma importante mudança cultural de mentalidade, tem dado ganho de causa a esses cidadãos. A interpretação subjacente a tais decisões é a de que, manipulado por uma potente estratégia de propaganda e marketing subliminares, o fumante acaba prisioneiro do próprio vício, sem qualquer possibilidade de escolha.

Como cidadão e legislador, não nos podemos isentar desse debate tão momentoso em seus desdobramentos e consequências para o bem-estar dos brasileiros e mesmo para aquilo que se convencionou chamar de Custo Brasil. Afinal, as estatísticas que acabo de mencionar traçam o preocupante perfil de um comprometimento cada vez maior de recursos públicos, no difícil contexto da saúde. De um lado, escasseiam verbas para o combate e prevenção de endemias, como a dengue, a malária, ou mesmo a rediviva hanseníase, para não falar da tuberculose, aparentemente erradicada há várias décadas, mas que agora retorna afigindo tantas famílias em nossos maiores centros urbanos. De outro, parcela importante de nossa população economicamente ativa é posta à margem do processo de produção de riquezas e das correspondentes contribuições ao Erário, por força de sérias doenças pulmo-

nares e cardiovasculares típicas da condição dos fumantes inveterados.

Entretanto, por mais que eu deplore o papel negativo da indústria de fumo e do esquema publicitário de glamorização do vício a ela associado, estou convicto de que o fundamento último de uma sociedade democrática e livre é a responsabilidade individual de seus membros. O álibi da "falta de escolha", aliás, foi a desculpa preferida dos réus no Tribunal de Nurembergue. Como assinalou o filósofo existencialista Jean Paul Sartre em sua corajosa reflexão sobre a condição humana neste conturbado século que chega ao fim: "estamos todos condenados à liberdade de escolher..."

Assim, não considero justo que os efeitos perniciosos de uma lamentável decisão pessoal sejam "socializados" em prejuízo dos cofres públicos e do conjunto dos cidadãos contribuintes que, na verdade, pagam a conta.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aproveito este momento para saudar um grupo de militares do Exército brasileiro que comparece ao Senado da República para assistir à nossa sessão.

Dessa confluência entre dados quantitativos sistemáticos e minha convicção pessoal, surgiu o Projeto de Lei do Senado nº 164/99, que apresentei há poucos dias. Ele propõe a criação de contribuição especial, destinada a financiar programas de tratamento de doenças provocadas pelo tabagismo. Essa contribuição dar-se-á na forma do aumento das alíquotas do Cofins do fumo e de produtos derivados. Os recursos assim arrecadados destinar-se-iam ao Ministério da Saúde, encarregando-se este de distribuir os de acordo com a incidência das patologias causadas pelo vício de fumar entre as várias regiões do País.

Insisto neste ponto: o projeto parte do princípio de que o fumante causa sua própria doença e que, portanto, deve arcar com a maior parte desse ônus, para o qual nem o Estado nem os cidadãos não-fumantes concorreram.

Agredo a esse dado o fato de que nos Estados Unidos, hoje, as indústrias de tabaco assinaram um milionário, melhor dizendo, bilionário acordo com os Governos estaduais americanos, comprometendo-se a ressarcir os Estados de todos os custos incorridos nos últimos anos com o tratamento, no âmbito da saúde pública, das doenças causadas pelo tabagismo.

Mas a proposta não se resume a essa dimensão, digamos, fiscal, pois traz embutido um importante fator pedagógico de "dissuasão" do hábito de fumar, já que o aumento do preço final do maço de

cigarros, advindo dessa sobretaxação, contribuirá, tenho certeza, para reduzir seu consumo, principalmente nas faixas mais jovens da população, seduzidas por uma propaganda que os induz ao vício do qual muitas vezes na vida tentarão sair e não conseguirão.

Enfim, é a idéia que trago à discussão dos ilustres pares, que saberão enriquecê-la com seu patrimônio conjunto de conhecimentos e experiências.

Muito obrigado!

Durante o discurso do Sr. Luiz Estevão, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Mauro Miranda. (Pausa.)

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, solicito inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exa será inscrito.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO) – Sr. Presidente, solicito também inscrição para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – V. Exa também será inscrito.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nabor Júnior.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, estamos acompanhando os primeiros passos históricos do ex-Senador Elcio Alvares como titular do recém-criado Ministério da Defesa, cujas atribuições e estruturas foram definidas pelo Congresso Nacional e aprovadas pelo Presidente da República:

É mais um desafio que o nosso antigo colega enfrenta em sua vitoriosa vida pública, em que desempenhou importantes missões, sempre por delegação do povo capixaba e em benefício da soberania nacional, do desenvolvimento, da consolidação econômico-social do País. Mas, todos sabemos, desafios não chegam a assustar o ex-Líder do Governo nesta Casa, onde grande parte dos sucessos legislativos e políticos auferidos pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, no primeiro mandato deve ser creditada à ação obstinadamente democrática de seu representante.

Elcio Alvares está assumindo plenamente o cargo de Ministro da Defesa, para o qual havia sido

nomeado há vários meses, mas ainda não dispunha dos instrumentos institucionais necessários. Logo nos primeiros momentos, deixa clara a determinação de não se restringir à burocracia, não se confinar às questões estritamente castrenses; ao contrário, pretende dar às Forças Armadas uma estrutura ágil, moderna, coerente com as possibilidades e as necessidades nacionais. Nesse contexto, merece destaque sua disposição de engajar os militares na guerra mundial contra o narcotráfico, o grande flagelo social desta virada de século.

As drogas ilegais representam, seguramente, um dos setores mais fortes da economia mundial, em nossos dias. Nele, são movimentados bilhões e bilhões de dólares, criando cadeias de produção, distribuição e administração, com o uso de complexas estruturas para a chamada "lavagem" do dinheiro sujo, o que lhe permite ser investido em atividades legais e, assim, reduzir os riscos de perdas causadas pelo trabalho das forças empenhadas em sua repressão.

Essa é uma providência que, há muito tempo, a sociedade reclamava. Porque, na raiz de quase toda a violência urbana e rural, das chacinas das cidades e dos crimes cometidos pelo "jaguncismo", está o ciclo da droga, particularmente da maconha e da cocaína, as grandes pragas do setor. E a contradição entre os recursos disponíveis pelas autoridades e as fortunas movimentadas pelo narcotraficantes têm garantido uma vantagem expressiva para os bandidos, hoje solidamente encastelados em pontos estratégicos das metrópoles ou até mesmo no coração de grandes bairros como Copacabana, Botafo- go, São Conrado e tantos outros do Rio de Janeiro, para ficarmos apenas em um exemplo.

Merce especial atenção, de fato, no anúncio feito pelo Ministro Elcio Alvares, a promessa de que as Forças Armadas entrarão na guerra contra o tráfico. S. Ex^a assim falou no Palácio do Planalto, logo após haver tomado posse – e, é claro, presume-se que o fez com expressa anuência do Presidente da República. Não mais poderão prosperar, portanto, as intrigas que sempre tiraram o Exército, a Marinha e a Aeronáutica dos calcaneiros dos meliantes. Aca- bou-se, assim, aquela distorção que só permitia a prisão dos bandidos menores, dos gerentes das bocas, dos sobas dos morros. A entrada em cena de um poder maior vai atingir também os bandidos maiores, que sempre se safaram das ações policiais, porque são desconhecidos, ocultos atrás de uma dupla couraça, o foco concentrado sobre seus asse- clás e a respeitabilidade que constróem no exercício

de outras atividades, legais, acima de qualquer sus- peita.

É forçoso que se evitem choques de compe- tência e atritos operacionais entre a Polícia e as For-ças Armadas na guerra ao narcotráfico. Competições estéreis e disputas de vaidades só vão favorecer os criminosos e perpetuar, com crescente gravidade, a situação terrível a que chegamos hoje.

A primeira preocupação do governante e do representante lúcido deve ser não se deixar levar pelas ilusões e pelas propostas irreais, por mais lou- váveis e estridentes que sejam seus princípios. E a realidade que precisamos enfrentar, de saída, é justamente essa: a Polícia Federal não tem recursos fi- nanceiros, humanos nem operacionais para assumir sozinha uma ação de tal magnitude. Está fora de questão a seriedade profissional e a dignidade dos seus agentes, mas eles não conseguirão vencer essa guerra!

Poderia hoje citar centenas de exemplo e de fatos concretos, que comprovam tal assertiva – as- sim como também poderiam fazer todos os nobres Pares aqui presentes, que, sem dúvida, vivem esse grave problema em seus respectivos Estados.

Basta falar do Acre, onde a Polícia Federal tem uma Superintendência Regional em Rio Branco, um posto em Cruzeiro do Sul e outro em Brasiléia. Ape- nas a sede estadual possui recursos concretos para desenvolver suas obrigações institucionais, já que nas outras localidades existem apenas uma ou duas vagas, cuja ocupação se marca pela transitoriedade e pela falta de equipamentos básicos para o cum- primento daquelas tarefas. E é voz corrente que atra- vés do Vale do Juruá se abre o grande corredor de acesso, ao território brasileiro, para a cocaína plan- tada nos vales do Andes.

Como fechar esse portão escancarado? Al- guém acredita que apenas dois agentes, revezando- se num precário escritório, poderão cobrir uma re- gião mais vasta que o Distrito Federal, cheia de rios, passagens pela mata, esconderijos e depósitos clan- destinos?

Para defender aquela tese, o Ministro Elcio Al- vares se valeu da coragem que todos lhe reconhece- mos, porque sabemos a verdade. Ele vai enfrentar grandes resistências, veladas ou ostensivas, dentro das próprias Forças Armadas, cujos líderes temem – e temem com razão, porque o perigo existe – que a tropa e as cadeias subalternas de comando sejam contaminadas pela corrupção, como se vê em paí- ses vizinhos.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, quem dera que o Brasil tivesse condições de criar uma agência poderosa e eficaz na luta contra as drogas, como a DEA, dos Estados Unidos, que possui desde barcos, aviões e helicópteros até laboratórios dotados dos mais modernos equipamentos, todos movidos por profissionais altamente qualificados e bem remunerados. Quem dera que a nossa Polícia Federal tivesse o quádruplo do contingente atual, habilitando-se a realmente fechar as portas do País aos traficantes, caçando-os onde estiverem, detonando suas unidades industriais, identificando e destruindo as plantações de ervas malditas. Quem dera, enfim, que as estruturas civis fossem suficientes, garantindo sua vitória nessa batalha!

Só que as coisas são diferentes: embora altamente preparados, honestos e corajosos, nossos agentes civis estão impotentes e desequipados para o combate às drogas, perdendo espaços territoriais e sofrendo flagrante inferioridade ante o poderio quase bélico dos meliantes. Com um revólver calibre 38 na cintura, o agente vê os chamados "soldados" do tráfico portarem fuzis AR-15, submetralhadoras Uzi e tantas outras armas completamente fora das possibilidades orçamentárias da corporação. Em suas pobres salas de Cruzeiro do Sul, no extremo oeste do País, a dupla de policiais pouco pode fazer, além de ouvir as histórias sobre as façanhas das caravanas que introduzem no nosso território sua carga amaldiçoada.

Existem espaços para todas as forças vivas do País, nessa guerra ao tráfico. A Polícia Federal possui a capacitação técnica para a coordenação de atividades, tem os contatos necessários com as instituições congêneres dos Estados unidos, da Europa, da América Latina; as Forças Armadas, por seu turno, possuem uma presença efetiva nas áreas fronteiriças e nas regiões mais distantes. Existe, é claro, a contrapartida: a Polícia Federal tem carência de agentes e de recursos materiais e as Forças Armadas não foram formadas para essa finalidade precípua e, portanto, nela não são especializadas.

Fica claro, portanto, que se trata pura, simples e objetivamente de integrar as duas instituições, cada uma entrando com seus recursos e suprindo-se das qualidades da outra; cada uma reconhecendo suas limitações e cada uma identificando as limitações da outra, oferecendo-se para cobri-las.

Permitam-me destacar um trecho do importante pronunciamento do Ministro Elcio Alvares, em sua posse, na nova Pasta da Defesa. Nele, S. Ex^a define

– com as habituais clareza e sinceridade – a essência da questão, ao afirmar:

"A Constituição determina à Polícia Federal a iniciativa do combate ao narcotráfico, mas esse problema hoje alcançou uma dimensão tão grande que as Forças Armadas, que sempre reiteraram uma posição de patriotismo e de defesa da nossa soberania, não ficarão ausentes, de maneira nenhuma, num chamamento constitucional para dar ênfase a esse combate".

É uma nova estratégia, afinada com a opinião mais lúcida dos líderes militares – mesmo quando se preocupam ante os riscos de aliciamento da tropa pela corrupção, que acompanha as práticas dos malfeiteiros. Essa prudência não impede os aplausos e valiosos subsídios, como os apresentados pelo General Benedito Bezerra Leonel, que está deixando a chefia do extinto Estado Maior das Forças Armadas para assumir o cargo de Conselheiro Militar, na representação do Brasil junto à ONU.

Para o General Benedito Leonel, o estamento militar não pode mais ficar restrito às rotinas históricas, porque dele se cobram hoje novas ações. Afirma o ex-Ministro-Chefe do EMFA:

"As Forças Armadas vão se engajar na repressão ao narcotráfico, ao contrabando e a outras formas de crime transnacional, como maneira de aprimorar a política de defesa, no conceito mais amplo de segurança, que vai da educação ao controle de fronteiras".

E explicita sua proposta:

"A segurança, para nós, é um campo amplo. A defesa, para nós, são os dispositivos, ações e políticas que você toma e executa para que se produza segurança".

E, vergastando as ações dos criminosos que se estabelecem acima das fronteiras dos países, ele conclui:

"O Brasil enfrenta um novo problema, típico do fim do milênio: crimes como tráfico de drogas e lavagem de dinheiro. Os meios de defesa têm de se adequar – e as Forças Armadas são um dos instrumentos mais válidos do campo da defesa".

Sr. Presidente, concluo com uma palavra de otimismo e confiança nas novas perspectivas que se abrem, para o Brasil e para todo o mundo, com as palavras do Ministro de Defesa, ex-Senador Elcio Al-

vares, credoras do apoio de importantes chefes militares, como o General Benedito Leonel.

É importante, é imprescindível, é inadiável que toda a sociedade brasileira se conscientize da importância dessa atitude, a única em condições de reduzir as dimensões e os malefícios causados pelo narcotráfico, praga que se constitui, sem qualquer sombra de dúvida, no maior flagelo social desta virada de milênio, porque, de modo mais direto e destruidor, vem atingindo a juventude, o que nos causa profundas apreensões quanto ao futuro da humanidade, que um dia, inapelavelmente, estará sob o comando da atual geração, marcada com tanta força pelo vício e pelo desalento.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador Maguito Vilela, por cinco minutos.

O SR. MAGUITO VILELA (PMDB – GO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a fome mata. É com essa afirmação simples e óbvia que inicio este pronunciamento para avaliar algumas experiências que vêm sendo desenvolvidas por diversos setores da sociedade para combater a fome. E quando menciono fome não me refiro a essa sensação que nos incomoda algumas horas antes do almoço ou antes do jantar. É da fome por ausência de alimentos, por dias seguidos, que provoca inanição e morte. Eu me refiro à fome que a lógica do neoliberalismo e da burocracia ainda trata como estatística.

É preciso lembrar sempre que os cidadãos são feitos de carne e ossos, choram, desesperam-se ao ver seus filhos implorar por um pedaço de pão e sonham com uma vida melhor; como qualquer brasileiro, como qualquer ser humano. E é essa sensibilidade que precisa nortear os esforços governamentais ou não para construir uma sociedade mais justa. Não é mais possível que juros de dívidas valham mais que a vida humana.

O País tem convivido com muitas crises, sacrifícios e privações, mas não pode mais tolerar mortes por fome, desabrigo, abandono ou falta de assistência. Experiências se multiplicam por todo o Brasil nos últimos anos, demonstrando a viabilidade de ações e programas de compensação de renda e segurança alimentar. A sociedade civil tem oferecido sua colaboração com campanhas contra a fome e demonstrado que a solidariedade e a parceria são instrumentos eficazes nos esforços contra a desigualdade social. O setor público não pode agora se omitir sob o argumento da escassez de recursos e deixar pessoas morrerem por falta de alimento.

E é essa sensibilidade que inspirou movimentos como o da Cidadania contra a Fome, comandado pelo sociólogo Herbert de Souza, o saudoso Betinho. Ele comprovou que somente a solidariedade nos permitirá construir um país mais justo e digno. Ele sempre alertou que a fome não espera mudanças estruturais ou ajustes fiscais para ser saciada. Ela mata. E o Governo que deixa seus cidadãos morrerem de fome perde a legitimidade.

A coragem e o exemplo de Betinho foi o que me inspirou, ainda durante minha campanha para o Governo de Goiás, em 1994, a assumir o compromisso de acabar com a fome no Estado. Conseguimos implantar um dos maiores programas sociais do País, cujos resultados foram avaliados por instituições como o Unicef e o Ibase. Durante quatro anos, 147 mil famílias foram atendidas com ações nas áreas de segurança alimentar, educação e saúde, garantindo as condições para a conquista ou reconquista da cidadania. A transferência de renda não monetária para cada família nesse período, segundo levantamento do Unicef, foi de R\$110,00 e ajudou a melhorar a vida de mais de 800 mil pessoas de baixa renda. O atendimento era exclusivamente para famílias com renda total de até um salário mínimo e com residência de mais de dois anos no Estado, para evitar a migração. A parceria com a sociedade civil foi fundamental para viabilizar a execução do programa sem consumir um volume grande de recursos, em um período de crescente redução da disponibilidade de verbas públicas no País. As ações foram executadas por pouco mais de 300 servidores e o trabalho voluntário de mais de 10 mil pessoas.

Agora vejo essa mesma motivação inspirando a ação do Governador Joaquim Roriz no Distrito Federal. Ele assume o desafio de banir a fome do Distrito Federal, reduzir as desigualdades e devolver a cidadania e a esperança para milhares de famílias. As primeiras ações, em menos de seis meses, já começam a garantir o leite e o pão para milhares de crianças. O Distrito Federal conta desde janeiro com a Secretaria da Solidariedade, o mesmo nome com que batizamos o órgão responsável pela execução dos programas desenvolvidos em Goiás entre 1995 e 1998. A escolha é um símbolo da importância desse mecanismo social, cada vez mais escasso nesse final de milênio.

A experiência que ora se inicia no Distrito Federal pode se tornar um exemplo para que outras cidades e Estados da Federação percebam o valor da solidariedade e da parceria em qualquer ação governamental. Esse esforço combinado entre Governo e

sociedade civil é o caminho mais curto para devolver a dignidade para famílias que ajudam a construir o País e acabam esquecidas, debaixo dos viadutos e marquises, mendigando moeda e comida.

Não nos iludamos, Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores. Nenhum ser humano quer viver essa situação. A mendicância, o abandono, a vida nas ruas é o resultado de quem perdeu a identidade, o emprego, o endereço e até mesmo a esperança. E as crianças e adultos que vemos nas ruas são os fortes. A maioria morre anonimamente por desnutrição, com vergonha de pedir sobras de um sanduíche. Não podemos mais conviver com a fome.

A fome que o Governador Joaquim Roriz começa a saciar é a fome de esperança. É a fome de quem ouve o choro de seus filhos pedindo um copo de leite e não pode fazer nada. Os incautos recomendam que se devem gerar empregos e não distribuir comida. O Governo do Distrito Federal também está implantando um conjunto de medidas que garantirá, a médio prazo, a criação de milhares de novos postos de trabalho. A fome, no entanto, mata a curto prazo. Ela não espera políticas de médio e longo alcance.

Fico feliz por saber que o Governador Joaquim Roriz é movido por essa consciência. Parabenizo-o pela escolha do professor José Luís Naves para comandar as ações da Secretaria da Solidariedade no Distrito Federal. Ele vivenciou durante quatro anos as ações para a reconstrução da cidadania em Goiás e nos ajudou a consolidar os programas que atenderam a 147 mil famílias nos 242 Municípios do Estado.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, a tarefa não é simples, as desigualdades são grandes e crescentes. A histórica concentração de renda no País gerou problemas graves e resistências hercúleas a programas de redistribuição de renda. As mudanças serão graduais, mas devem ser constantes. Ou enfrentamos o desafio de construir uma sociedade mais igualitária e justa, tornando claras nossas posições, por meio de mudanças na legislação e na prática política, contra a exclusão socioeconômica e a desigualdade social, ou seremos lembrados pela covardia de vermos crianças morrendo de fome e de termos ocupado a tribuna apenas para nos lamentarmos dos fatos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, nos últimos dias do mês de junho, deverá ocorrer, no Rio de Janeiro, uma reunião de cúpula entre Presidentes e Chefes de Governo dos países do Mercosul e da União Européia.

Trata-se de um encontro ao qual atribuímos grande significado, uma vez que será possível testar pragmaticamente o interesse dos países da União Européia em estreitar o relacionamento com o Mercosul, não apenas cultural, que tradicionalmente tem presidido os contatos do Brasil com a França, Alemanha, Inglaterra e tantos outros que integram a União Européia, mas sobretudo o interesse desses países pelas trocas comerciais com os integrantes do Mercosul, enfim, dar um tratamento que permita o aumento das exportações para a União Européia. Aliás, relativamente à distribuição percentual das exportações brasileiras, entre a União Européia, os Estados Unidos, os países da América Latina e outros, o maior índice destina-se à União Européia.

No entanto, temos enfrentado dificuldades muito grandes, principalmente no que diz respeito aos produtos agrícolas, uma vez que países como a França, que subsidiam fortemente a agricultura e têm nela um dos pilares da sua economia, tudo têm feito para impedir a entrada de nossos produtos em suas terras e no continente europeu, de uma maneira geral.

A revista *Veja* desta semana traz, a propósito, uma entrevista com um ministro francês, em que ele diz claramente: "Todos somos protecionistas". Socorre-me aqui o Senador Jefferson Péres, afirmando que se trata justamente do Ministro do Exterior. E as notícias que circulam não só na imprensa mostram que parte da França a maior resistência para fazer com que essas barreiras sejam removidas. Então, aquilo que se prega tanto sobre a liberdade comercial, a fim de que o comércio seja regido exclusivamente pela competitividade, qualidade e preço, não ocorre exatamente assim.

Recentemente, o Brasil teve que negociar uma alta contenção na exportação de chapas de aço para os Estados Unidos. Teremos de ficar restritos a uma quota que evidentemente é muito inferior àquilo que poderíamos obter, se o comércio fosse livre nos Estados Unidos. Exportamos a chapa de aço para aquele país e vamos importar os automóveis americanos, ou seja, estaremos beneficiando duplamente a economia americana.

dmis

Na verdade, a desvalorização do Real nos daria a oportunidade de maior competitividade naquele mercado. Portanto, são dois pesos e duas medidas. Alguns americanos, os mais ortodoxos, defendem, realmente, o livre comércio, sem nenhuma restrição, como é o caso do Presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, que, no **O Estado de S.Paulo** de domingo, 3 de junho, dizia:

"Lamento também que, apesar do notável sucesso durante quase meio século do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt) e de sua sucessora, a Organização Mundial do Comércio (OMC), na redução de barreiras comerciais, nossas leis e práticas de negociações comerciais sejam essencialmente antagônicas. Ela pressupõe que uma concessão comercial obtida de nós, por nossos parceiros de comércio, consiste numa vantagem para eles a nossa custa – e deve ser repelida.

Poucos economistas vêm o mundo dessa forma e me adianto a sugerir que nós economistas estamos certos, pelo menos neste aspecto: o comércio não é um jogo de soma zero.

Se ambas as partes baixarem suas barreiras, cada uma delas colherá benefícios. Mas, se uma das partes baixa suas barreiras e a outra, não, ainda assim o país que fez a baixa unilateralmente se sairá melhor. Levantar barreiras para obter igualdade protecionista com relutantes parceiros comerciais não beneficiará nenhuma das partes. O melhor dos mundos para a concorrência é aquele em que as duas partes baixam as barreiras comerciais. O pior, aquele em que ambas as mantêm erguidas."

Ora, na prática, isso não se passa assim. Uns baixam suas barreiras, outros, não. Então, o velho princípio da reciprocidade poderia ser invocado nessas condições, porque há, evidentemente, um cerceamento de exportações de certos países, à custa de barreiras tarifárias ou de barreiras não-tarifárias, que são sempre invocadas para se encontrarem pretextos contra a penetração dos nossos produtos nesses países.

O Governo brasileiro deve ter uma postura mais rigorosa em relação a isso. Creio até que essa notícia de criação de moeda única no Mercosul, decorrente de entendimentos entre o Presidente Fernando Henrique e o Presidente Carlos Menem, visa a sinalizar também a possibilidade de se formar um

grande bloco na América do Sul, uma vez que esse bloco terá condições de negociar ou, pelo menos, de estabelecer relações com os Estados Unidos da América e com a União Européia, de maneira que possamos obter melhores condições para nossos produtos. Quer dizer, a hegemonia americana – devido à sua economia e poder – não beneficia os países em desenvolvimento ou os chamados países do terceiro mundo.

Se a União Européia não perceber isso, não for capaz de superar suas dificuldades internas para estabelecer um relacionamento privilegiado com um país como o Brasil, certamente teremos muita dificuldade nas negociações que virão a seguir com a Área de Livre Comércio das Américas, a Alca, e a nossa margem de manobra se reduzirá muito, porque não teremos como escolher outras opções.

Assim, espero que possamos apressar esses entendimentos a serem realizados com a União Européia. Em princípio, contamos com a simpatia da Alemanha, mas parece que encontramos uma grande resistência francesa.

É claro que o Brasil está fazendo a sua parte, diminuindo o tamanho do Estado, vendendo o patrimônio de empresas estatais, reduzindo o seu quadro de funcionários públicos, modernizando as suas instituições. No entanto, é um momento em que se chega à verdade: as regras do comércio são desfavoráveis a nós, mesmo quando temos mostrado capacidade de organizar-nos e de produzir com preços competitivos.

Essa devoção absoluta e incondicional ao mercado e às regras do comércio internacional parece não encontrar uma defesa tão intransigente e sem restrição nem pelos americanos, nem pelos europeus.

Ontem, por ocasião, também, li uma matéria no jornal **O Estado de S.Paulo** sobre a criação de emprego no Japão. Quando se fala em criar emprego no Brasil, vem logo a idéia de que a economia faz esses ajustes naturalmente, ou seja, as empresas diminuem o número de funcionários, porque precisam produzir melhor, com um preço mais baixo. O Estado também reduz o número de trabalhadores e, consequentemente, em função de condições que dizem respeito à estrutura da organização da sociedade e até à conjuntura econômica em que se vive, há uma liberação muito grande de mão-de-obra, aumentando-se, assim, o desemprego.

Lembro-me de que, quando era Deputado Federal, em uma dessas secas muito intensas que ocorrem no Nordeste vez por outra, fui recebido pelo

então Presidente João Figueiredo. Levei a S. Ex^a a idéia de criar frentes urbanas de trabalho, ou seja, de recrutar desempregados nas cidades para realizar serviços e tarefas que são próprios do poder público. O Presidente reagiu com aquela sua conhecida intempestividade, considerando que a idéia estava absolutamente fora do contexto e que não havia razão para isso.

Agora, infelizmente, vemos que os Governadores do Distrito Federal e do Estado de São Paulo, bem como o Prefeito da cidade de São Paulo começam a organizar essas frentes. Há uma quantidade enorme de pessoas desocupadas nas periferias das cidades e que passaram a ser recrutadas para realizarem algum serviço de interesse público, como manutenção de escolas, vias públicas, hospitais e assim por diante. E a imprensa noticia um grande contingente de pessoas a procurarem essas frentes, para, com isso, obter alguma renda, ganhar alguma coisa, uma vez que o desemprego é uma questão muito grave entre nós.

Enquanto isso, vi aqui em **O Estado de São Paulo** de sábado que o Japão investe US\$4,2 bilhões para criar empregos. Diz o texto do jornal que:

"A taxa de desemprego no Japão estava no nível recorde de 4,8% em abril. Dos 3,26 milhões de japoneses que estavam desempregados naquele mês, 1,15 milhão haviam sido demitidos.

O programa pretende a criação de até 700 mil empregos por meio de contratações do Governo – o Japão, que é apresentado muitas vezes também como a pátria do capitalismo, da economia liberal –; elevação nos subsídios às companhias privadas, para que aumentem as contratações; e pelo incentivo à competitividade entre as indústrias domésticas."

Uma pesquisa que, penso, foi divulgada nesse fim de semana mostrou que, salvo engano, 87% da população aceita que o Estado subsidie empresas, com o objetivo de manter ou aumentar o número de trabalhadores. Por aí se tem uma idéia de como a população está consciente, porque está sofrendo na carne, a respeito do problema do emprego e do desemprego.

E continua o jornal:

"O programa vai requerer cerca de 500 bilhões de ienes (US\$4,2 bilhões) de orçamento suplementar no atual ano fiscal, cujo pedido, para ser encaminhado ao Parlamen-

to, está sendo preparado pelo ministro das Finanças, Kiichi Miyazawa.

Cerca de 300 vagas temporárias – para dois anos – devem ser oferecidas pelo setor público, para cargos de estagiários em computadores e de professores de língua estrangeira.

As vagas serão financiadas por subsídios especiais endereçados aos governos regionais. O governo japonês vai subsidiar companhias de telecomunicações, de biotecnologia e do setor de ecologia, para que absorvam parte da mão-de-obra desempregada. Com a medida, espera-se a criação de 150 mil empregos.

O governo vai tornar flexíveis as exigências para que as companhias recorram aos fundos especiais do governo, criados no ano passado. A competitividade deve ser incentivada por meio da revisão de leis comerciais, para facilitar operações de fusão e aquisição com transferências de ações.

O governo propôs ainda criação de um sistema de troca de dívida, pelo qual os bancos deverão perdoar dívidas resultantes do fechamento de fábricas não utilizadas por companhias em troca de novas ações. Para isso, o governo permitirá que os bancos mantenham 5% das ações de outras companhias.

Um orçamento extra de "grande escala" ainda será necessário, além do investimento em empregos, antes do fim do ano, para manter a economia ativa, disse o líder do Partido Liberal Democrata (governista) Ichizo Ohara, que também é consultor econômico do primeiro-ministro, Keizo Obuchi.

Com isso, Sr. Presidente, apenas quero dizer que essa cantilena do desemprego tem que produzir algum resultado, como o de, por exemplo, sensibilizar governos. Essas frentes criadas em São Paulo, em minha opinião, são o sinal de uma situação muito grave. De qualquer sorte, significam que algum governante está sendo tocado pelo problema do desemprego, o que não tem nada a ver com o fato de o Brasil querer modernizar-se, de querer competir no comércio internacional, de querer exportar mais e manter a estabilidade da economia.

Desejamos que as áreas do Governo que cuidam desses assuntos, inclusive do comércio exterior, sejam mais agressivas, inclusive politicamente. Na verdade, muitas vezes somos retaliados. Pode-

mos retaliar também na medida em que possuímos grandes empresas sediadas no Brasil, que representa grande investimento. Algumas destas têm, fora de sua matriz, seu maior negócio.

Há algum tempo, em problema semelhante, o governo mexicano tomou medidas de retaliação contra a França no plano comercial. Afinal de contas, trata-se de um jogo muito pesado, muito duro. Quem não tiver condições de afirmar seus interesses e mobilizar esforços para aumentar sua participação no conjunto da economia certamente ficará para trás. Esperamos que as gestões diplomáticas e políticas do Brasil e a sensibilidade dos países membros da União Européia nos levem a decisões mais aliviadoras na cúpula que vai realizar-se no Rio de Janeiro agora no mês de junho. Que os países membros da União Européia estejam sensíveis a essas reivindicações do países do Mercosul que desejam ampliar a sua participação nos intercâmbios e trocas comerciais entre estes dois blocos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, tem ocorrido nos últimos meses, neste segundo Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, uma preocupante manifestação de fraqueza do Governo, que passa para a população a imagem de falta de autoridade do Presidente; isto me preocupa, apesar de ser de um partido de Oposição, porque é péssimo para o Governo, mas é ruim para o País também, uma vez que a imagem de um governante fraco e de um Governo sem unidade contamina toda a sociedade e gera consequências de difícil previsão em termos de esgarçamento do tecido social.

São ministros que se hostilizam publicamente, e o Presidente intervém de forma muito débil para sanar esses conflitos, passando, repito, essa idéia de que o País não tem pulso forte no comando.

Esse episódio da Polícia Federal é emblemático, Sr. Presidente. Há mais de dois meses, a Polícia Federal, um órgão tão importante como esse, ficou entregue a um interino porque havia uma queda de braço entre o Ministro da Justiça e o Chefe da Casa Militar. Isso poderia ter sido resolvido de início pelo Presidente da República, se tivesse afirmado e demonstrado de forma explícita a ambos que a escolha, em face da pendência e do conflito, seria dele. Isso deveria ter sido feito há muito tempo, ainda que

implicasse pedido de demissão de qualquer dos auxiliares ou de ambos.

Isso não aconteceu. O Presidente escolheu um tício tardiamente, e a crise não terminou. Para a infelicidade do Presidente da República, que foi muito mal informado pelo seu serviço de informações, o escolhido está sob acusação grave de ter, em tempos idos do regime militar, submetido pessoas – no caso dois sacerdotes – a sessões de tortura, o que, se comprovado, evidentemente o torna incompatível com o cargo para o qual foi nomeado.

Isso não é dito pela Oposição, e sim até por um homem do Governo, amigo pessoal do Presidente da República, como o Governador Mário Covas.

Sr. Presidente, o noticiário da imprensa demonstra que já não são acusações apenas levianas do sacerdote. As torturas realmente aconteceram, como se verifica no **Jornal do Brasil** de hoje que transcreve o laudo pericial feito à época pela Secretaria de Segurança Pública do Maranhão:

"Refere que foi esbofeteado, amarrado nos pulsos e suspenso do solo. Ao exame, apresenta: duas escoriações no terço inferior do antebraço esquerdo, face posterior, medindo a maior dois centímetros de extensão por um de largura; e a menor, meio centímetro de extensão por um de largura; escoriação medindo um centímetro de extensão, por um e meio de largura, no terço inferior, face posterior do antebraço direito.

O laudo confirma que o padre sofreu ofensa à integridade corporal ou à saúde e que essa foi produzida por instrumento contundente."

As escoriações no pulso, uma vez que ele não foi algemado, prova que, ao que tudo indica, ele foi pendurado pelos pulsos, submetido, portanto, à tortura do pau de arara.

A dúvida seria se o Delegado João Batista Campelo assistiu à tortura ou foi responsável por ela. Parece não haver dúvida, ou as dúvidas são muito poucas, Sr. Presidente. Isso é dito hoje pelo ex-Delegado Geral da Polícia Federal, Sr. Vicente Chelotti – o que é algo preocupante também. O Delegado Chelotti, da ativa da Polícia Federal, em uma entrevista hoje critica o Ministro da Justiça, o Chefe da Casa Militar e o Governo. Eis alguns trechos que V. Ex.^{as}s devem ter lido:

Em primeiro lugár, declara que o diretor escolhido não será aceito pela corporação.

"Jornal do Brasil – As acusações e suspeitas de que ele tenha participado da tortura podem prejudicar seu comando?

Vicente Chelotti – Com certeza. Para nós, isso é extremamente constrangedor, e, com certeza, se a acusação for comprovada, ele vai ter que sair. Mas, se ele for inocente, até que isso fique provado, ele terá dificuldades para desenvolver o trabalho dele. Ninguém vai entrar de cabeça e apoiar um líder, um diretor, um chefe, se ele está com uma pecha dessa natureza.

Jornal do Brasil – Em sua avaliação, a ênfase que o governo dá ao combate ao narcotráfico é só retórica?

Vicente Chelotti – Isso, não se materializa, não se combate o narcotráfico sem dinheiro."

Nesse ponto, critica o Governo.

"Jornal do Brasil – Os políticos integrantes do governo diziam que o senhor não controlava a polícia?

Vicente Chelotti – Antes a PF era uma polícia capacha. Vários inquéritos foram arquivados porque estavam incomodando gente importante."

É preciso saber que inquéritos foram esses e que gente importante é essa.

"Jornal do Brasil – A decisão do Ministro Renan Calheiros de afastar policiais foi um equívoco?

Vicente Chelotti – Não no caso de todos.
Jornal do Brasil – Em quais casos?"

Então relaciona os casos dos delegados que, segundo o Delegado Vicente Chelotti, foram afastados indevidamente pelo Ministro da Justiça, Renan Calheiros.

E agora, Sr. Presidente, como ficamos? O Ministro da Justiça, constrangido com a nomeação de uma pessoa que ele não queria. A pessoa escolhida, acusada com indícios veementes, para não dizer com provas de que praticou tortura, incompatibilizando para o cargo. E agora um delegado critica todo o Governo, dizendo que o novo diretor não se sustenta. Não temos Governo neste País, Sr. Presidente? O País está sem comando, está havendo uma grave erosão da autoridade do Presidente da República.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Concedo o aparte ao Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Jefferson Péres, quero cumprimentá-lo pela responsabilidade e pelo zelo político com que está tratando este assunto que é delicado e deixa estarrecida a sociedade brasileira, porque um órgão que tem função estritamente técnica, uma profunda responsabilidade em tratar de assuntos que digam respeito, desde a segurança nacional, como o problema do narcotráfico, até a integridade da sociedade brasileira, tornou-se um ambiente que chega a lembrar a promiscuidade política das bases podres de uma elite decadente que tem tomado conta deste País e começa a reagir no sentido de renovação interna. Eu também sinto falta de autoridade política clara nesse episódio e confesso que fiquei muito triste ao ler essa entrevista no **Jornal do Brasil**. Realmente, o Sr. Vicente Chelotti tem um manifestação nitidamente política como quem se afirma assim: "Vou dar a última martela para derrubar esse Sr. Campelo". Há hoje uma disputa nitidamente presente na Polícia Federal de apadrinhamento político e de sustentação em cima de um partido ou outro quando não é essa a função. Já não bastava para nós, da sociedade, uma duplidade de funções, uma confusão entre a Agência Brasileira de Inteligência e a Polícia Federal, uma reedição ou não do FMI, agora um debate político; parece até que o Parlamento se transferiu para a esfera do Ministério da Justiça e da Polícia Federal. Concordo de forma absoluta com o pronunciamento de V. Ex^a e espero sinceramente que o exercício da autoridade política se faça presente imediatamente para sanar um assunto que não se justifica continuar da forma como está, ainda mais com essas dúvidas de uso de arbitrariedade como foi o caso da denúncia da tortura. Muito obrigado.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM) – Muito obrigado Senador Tião Viana, se já era grande o constrangimento do nosso colega Ministro Renan Calheiros, vai ser duplo hoje no seu encontro com o Presidente da República. Eu não gostaria de estar no lugar daquele colega. Cada um sabe de si, Sr. Presidente, mas eu não seria mais Ministro da Justiça deste País.

Sr. Presidente, não sei qual será o desfecho deste caso: para o Governo será um constrangimento muito grande ter que demitir ou nem dar posse ao delegado escolhido e, se der posse correr o risco de ter que demiti-lo daqui a uma semana, se as acusações forem, como parece, comprovadas.

É por isso que o Senador Eduardo Suplicy me pediu que lesse o requerimento que vai apresentar amanhã na Comissão de Justiça e Cidadania e que

terá o apoio dos Senadores e Blocos da Oposição, nos seguintes termos:

"Requeiro, nos termos regimentais, sejam ouvidos pelo Plenário desta Comissão o atual Diretor da Polícia Federal, João Batista Campelo, o ex-Padre, Professor Universitário José Antonio Monteiro e Dom Xavier Mopeu, a fim de que sejam esclarecidas denúncias feitas pelo segundo contra o primeiro, no sentido de que teria sido preso em 1970, por subversão, no Maranhão e submetido a torturadas pelo citado Diretor da Polícia Federal, devendo ser explicados aos demais membros da Comissão que ditas arbitrariedades foram confirmadas pelo hoje Bispo de Viana Maranhão, Dom Xavier Mopeu, que foi preso com o ex-Padre, consoante se observa da leitura de reportagem veiculadas nas revistas **Época** e **Veja** do dia 14 de junho de 1999.

Brasília, 14 de junho de 1999
Senador Eduardo Matarazzo Suplicy."

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)
– Com muito prazer.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Jefferson Péres, V. Ex^a, com muito brilhantismo, está abordando um tema que tem que ser motivo de preocupação para todos nós. Confesso a V. Ex^a que não conheço profundamente o caso, mas não posso entender que um ex-padre, naquela idade, um homem com aquela responsabilidade possa vir perante a Nação mentir que foi torturado. Nós temos que estar muito atentos a esses problemas e digo a V. Ex^a por quê. Porque, no meu Estado, a Imprensa dá conta de torturas não no passado mas agora, de uma semana atrás, inclusive, foram afastados dois ou três diretores do Centro Penitenciário do meu Estado em virtude de torturas praticadas aproximadamente há dez dias. Isso é um exemplo extremamente grave para o restante do País. Outro fato, Senador Jefferson Péres: há pouco mais de um mês, a polícia invadiu a Universidade Federal de Goiás e atirou contra trabalhadores que estavam em busca de emprego. Um deles, um pai de família, morreu, deixando três crianças órfãs. Veja V. Ex^a: a polícia invadiu a Universidade Federal do meu Estado e atirou contra um cidadão indefeso, que estava em busca de emprego! Assim, recentemente, de trinta dias para cá, houve a morte de um trabalhador que buscava emprego e denúncias de torturas no Centro

Penitenciário. Não posso pensar que não houve torturas, porque, caso contrário, não teria havido a demissão dos diretores daquela Casa. O País precisa ficar atento a esses episódios que estão acontecendo aqui e acolá. O Governo precisa agir severamente, dando exemplo, não colocando aqui torturadores do passado, até para não motivar torturadores do presente. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento, que é da maior oportunidade. Obrigado..

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM)

– Senador Maguito Vilela, a denúncia que V. Ex^a faz agora me surpreende muito: a invasão da Universidade Federal de Goiás pela polícia. Isso eu só vi no regime militar e em algumas universidades, como a de Brasília, por exemplo. No regime democrático, não me lembro de o recinto sagrado da universidade ter sido violado pela polícia. De forma que lamento muito que isso tenha acontecido em Goiás. V. Ex^a tem toda razão: tortura é crime hediondo. É crime hediondo, Sr. Presidente! Não pode ser nomeada, não pode se manter como diretor da Polícia Federal, uma pessoa acusada desse crime, com indícios veementes de que a acusação é verdadeira.

Como disse o Senador Maguito Vilela, além dos elementos probatórios, como o laudo pericial, há o depoimento do bispó. É difícil conceber que um padre com aquela idade viesse simplesmente caluniar o delegado em virtude de mágoas passadas. Das duas uma, ou o padre é semilouco, é mentiroso, ou as acusações são verdadeiras; e se o forem, o Sr. João Batista Campelo não poderá ser diretor da Polícia Federal, porque a sociedade não pode tolerar isso. E se a isso se junta o fato de um delegado como Vicente Chelotti julgar-se no direito de dar uma entrevista criticando o Governo e o seu superior hierárquico, que é o Ministro da Justiça, então, Sr. Presidente, o Governo realmente está quase acéfalo por falta de pulso do Senhor Presidente da República. Repito, não estou dizendo isso com alegria. Não é um Senador da Oposição que tenta atingir o Presidente da República. Estou muito preocupado ao dizer isto: ou o Presidente Fernando Henrique Cardoso realmente intervém para impor a sua autoridade e sair dessa crise engrandecido, ou o seu Governo começa a acabar.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Jefferson Péres, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana por cessão da Senadora Marina Silva.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, recebi, na semana última, uma visita de representantes dos sindicatos de funcionários das empresas de telecomunicação dos Estados do Mato Grosso e do Acre.

Aqueles sindicalistas chamaram a atenção para uma situação delicada que está ocorrendo no Brasil inteiro. Trata-se da demissão progressiva, com ar de fúria, que tem ocorrido por parte da Tele Centro Sul, dos funcionários das empresas até então estatais, no caso dos Estados de Mato Grosso, do Acre e dos demais Estados, envolvendo um conglomerado de empresas que absorvem os Estados do Acre, de Rondônia, do Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul, de Goiás, do Distrito Federal, do Espírito Santo, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, havia uma lógica clara de que a privatização traria tanto a redução do custo para o usuário como a modernização das funções das empresas e também o crescimento dos profissionais. Seria muito bom para os trabalhadores daquelas empresas, que até então eram estatais, e seria muito bom para o País, em função do benefício para o usuário e do desenvolvimento que acompanharia a privatização.

Mas o que se vê é que, enquanto o Governo Federal, numa lógica de descentralizar os serviços públicos, faz com que Estados e Municípios absorvam os serviços que seriam até então centralizados em determinada região política, ao mesmo tempo há um paralelo horrível com essas empresas que privatizaram o setor de telecomunicações com uma fúria centralizadora, e agora desmontam uma estrutura administrativa que já estava colocada em alguns Estados. Como exemplo, cito a gestão administrativa da Telemat, a empresa de telecomunicações de Mato Grosso, que hoje mantém desativado o setor de processamento de dados e extingue oitenta cargos de gerenciamento e todo o serviço de atendimento, que era uma referência regional e um modelo. Isso apenas no Mato Grosso do Sul.

Parece que há uma tática bem estabelecida no sentido de olhar apenas para o lucro. Essa é a visão gerencial que se coloca na privatização dessas empresas de telecomunicações, marcada pela falta de sensibilidade a respeito daquilo que é a função de um Estado federado, daquilo que é a função de um Município e daquilo que é a presença de um serviço

que vivia com um mínimo de eficiência, com qualidade suficiente para gerar o respeito da população e da sua própria região.

Então, é um alerta que faço em nome do sindicato dos funcionários das empresas de telecomunicações do Estado do Acre e do Mato Grosso, diante dessa ameaça iminente de demissão. Há uma informação da imprensa de que 18 mil trabalhadores das empresas de telecomunicações serão vitimados por esse perverso movimento de centralização, de aumento da margem de lucro e de inviabilização de serviços que eram eficientes em alguns Estados. Fica o alerta para que a Tele Centro Sul reveja sua fúria centralizadora, sua insensibilidade que está redundando em demissão de funcionários com mais de quarenta anos de idade, que seguramente terão dificuldade de conseguir não só a estabilidade, como também novo emprego.

Se esses funcionários estivessem dentro de uma estrutura administrativa que significasse a ineficiência e o prejuízo estatal, tudo bem, mas não era isso. O discurso é o de que haveria mudança para melhor. Um exemplo que se pode tirar da fúria centralizadora e das demissões é o que ocorre no Estado de São Paulo com o verdadeiro caos em que se transformou o sistema de comunicação de massa por telefone e que tem sido amplamente denunciado nos meios de comunicação.

Espero que haja sensibilidade por parte dos gestores da Tele Centro Sul para que revejam a situação dos funcionários com a devida responsabilidade e o respeito para com aqueles que, até então, eram eficientes e orgulhavam os seus Estados e suas unidades federadas.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é a concentração de uma doença que tem atingido mais de trinta milhões de brasileiros : a alergia.

A alergia, no Brasil, tem sido considerada um assunto secundário, de classe média, de pessoas dos grandes centros urbanos apenas. Quando observamos as estatísticas, quando fazemos uma análise da epidemiologia, nos deparamos com um problema que, no mínimo, aflige trinta milhões de brasileiros. Somente a asma brônquica, que atinge 15% de toda a população alérgica do País, é o sexto responsável pela internação nos hospitais do SUS e ocupa o quinto lugar no custo de tratamento com doença nos hospitais públicos do Sistema Único de Saúde.

Uma doença cuja manifestação causa um fortíssimo impacto socioeconômico sobre os trabalha-

dores deste País, seja na forma de asma, seja na forma de rinite alérgica, seja na forma de enfisema, seja na forma de doenças de origem alérgica de uma maneira geral, como as próprias alergias alimentares, e que trazem um prejuízo socioeconômico marcante.

Outra questão delicada em relação ao assunto das alergias como um forte problema de saúde pública e que não entrou até hoje na consideração do Ministério da Saúde é o custo com esses medicamentos. Se formos fazer uma averiguação no receituário de um alergista, observaremos que pelo menos cinco medicamentos são prescritos, em regra, por manifestação aguda de doença alérgica e que o custo desses medicamentos, em nível de mercado, extrapola a média dos custos das doenças que são de acesso à população de baixa renda.

Com isso, Sr. Presidente, veremos que se trata de um problema de alta gravidade, ainda mais porque se trata de medicamentos que entram na condição individual de saúde de cada um, pois alguns desses medicamentos utilizados no combate às doenças alérgicas, como os glico-corticóides, por serem de natureza hormonal, têm repercussão em todo o sistema orgânico do paciente, com fortes manifestações de descontrole de peso corporal, de forte descontrole da função do aparelho digestivo e forte descontrole na função hormonal do indivíduo, para citar alguns exemplos.

Outra manifestação alérgica que temos é aquela que ocorre de uma forma aguda e mais grave: o choque anafilático. Hoje, a primeira causa de morte em nosso País em relação a choque anafilático se dá em virtude de picadas de abelha. Seguramente, há uma desatenção ampla dos profissionais de saúde em relação ao assunto, notadamente no que diz respeito aos serviços de saúde estarem atentos ao tema. Se fizermos uma simples investigação, uma simples consulta à qualquer serviço de saúde pública deste País, constataremos que apenas nos hospitais universitários encontraremos serviços aparelhados, com profissionais habilitados e qualificados, para fazer o tratamento de doentes portadores de alergias, como é o caso da Escola Federal Paulista de Medicina, do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul, do Rio de Janeiro, ou seja, apenas nos grandes centros urbanos deste País. Isso demonstra, Sr. Presidente, a mais absoluta insensibilidade dos órgãos de saúde pública e da sociedade organizada, quando se fala em governo do Estado, quando se fala em governo municipal, para preparar a sua es-

trutura de saúde de modo a atender, de fato, a população.

Trata-se de um problema de saúde pública que aflige, no Brasil, pelo menos, 30 milhões de pessoas, com fortes repercussões, dado o custo de internação hospitalar, revelando, ainda mais, a grande injustiça social que se abate sobre os brasileiros.

Ainda mais: mesmo quando um doente alérgico, com manifestação cutânea, por exemplo, chega a um serviço médico e alcança um profissional habilitado para o tratamento da sua doença, recebendo um receituário, o que ocorre é que mais de 90% desses pacientes não têm qualquer possibilidade de acesso ao medicamento para dele fazer uso. E aí nós nos encontramos com os graves efeitos das doenças alérgicas, quando nos dirigimos para a compreensão básica.

Os técnicos de saúde, na área de alergia e imunopatologia deste País, reuniram-se para comemorar o dia 25 de maio como o Dia Nacional de Combate e Controle das Doenças Alérgicas. No documento produzido pelo encontro, afirmam tratar-se de doenças cujo fundo está nitidamente ligado à higienização dos ambientes, ao modo de vida das pessoas, à maneira como elas estão vivendo em suas casas ou se organizando nos centros urbanos. Estes têm sido os fatores determinantes do descontrole e do agravio à saúde, com forte impacto socioeconômico, tirando definitivamente o trabalhador da sua regularidade de trabalho. Temos, neste caso, seguramente, uma perda maior do que a causada pelo tabagismo, do que a provocada por outras doenças como o próprio alcoolismo.

Lamentavelmente, esse grave problema não recebeu o grau de importância devido, porque não ocupou o centro das atenções das autoridades sanitárias deste País, não encontrando, por conseguinte, uma norma definida de controle e prevenção.

Se fizermos um levantamento nos domicílios brasileiros situados nos bairros de classes média ou média inferior, onde há essas humildes crianças vítimas de alergia, vamos encontrar dezenas de erros de conduta que desencadeiam as síndromes alérgicas, como a presença de cortinas ou de tapetes e carpetes velhos, que são os ambientes propícios à propagação de ácaros, os grandes determinantes do inconveniente e do abalo ao desenvolvimento psicossocial de um paciente vítima da alergia.

Está provado que há uma redução nítida no aproveitamento escolar, um forte impacto socioeconômico nas atividades profissionais, além de se

constituir em uma forte causa de mortalidade, como no caso da asma, verificada neste País.

Sr. Presidente, nada foi feito com seriedade em relação ao assunto das alergias.

Aproveito a oportunidade, por se tratar de um assunto que não entrou na ordem do dia do Plenário do Senado Federal, para apelar ao Ministério da Saúde no sentido de que faça uma revisão de conceitos a respeito da importância das doenças alérgicas no cenário da saúde pública brasileira e estabeleça, como propósito, um tratamento diferenciado para uma doença que aflige e consome nitidamente o aproveitamento socioeconômico das pessoas neste País, prejudicando milhões de brasileiros.

Estou fazendo uma averiguação no sentido de apresentar um projeto de lei, dentro da pertinência jurídica e constitucional, que determine a obrigatoriedade de que cada serviço público deste País, quando gerido pelo Sistema Único de Saúde, tenha, ao alcance da população, como referência, o serviço de alergia e imunopatologia, para que a população humilde possa dele fazer uso, não ficando à mercê de crises e crises alérgicas sem acesso a um serviço de saúde, prejudicando a sua estabilidade e a tranquilidade de sua família.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, já se pode dizer que, muitas vezes, após um dia inteiro de trabalho, na madrugada, é que se verifica o maior grau de agressividade das manifestações alérgicas, ou seja, exatamente na hora do repouso dos trabalhadores deste País, que têm que procurar as emergências dos hospitais públicos para se socorrer de uma manifestação alérgica.

Reafirmo que estou procurando dar a pertinência e o amparo necessários à apresentação de um projeto de lei que obrigue o Sistema Único de Saúde a oferecer profissionais formados em alergia, visando o tratamento de uma população humilde que não encontra qualquer auxílio, tanto na educação domiciliar, evitando o desencadeamento das alergias, como na hora da assistência à doença instalada, onde se observa um flagrante prejuízo do ponto de vista socioeconômico.

Um outro ponto para o qual se deve alertar, condenando-o, é o alto custo das vacinas antialérgicas com que nos deparamos. Enquanto a população remediada do País pode se socorrer, no Estado do Acre, por exemplo, a média de uma dose mensal dessas vacinas é da ordem de R\$600,00, Sr. Presidente, isso sem levarmos em conta o despreparo dos profissionais para cuidarem da alergia de um

adulto ou de uma criança ou de uma situação que diga respeito a um problema da comunidade.

Então, está faltando a formação básica do especialista em alergia nas universidades brasileiras, haja vista que poucas instituições de ensino superior neste País oferecem a cadeira de alergia e imunopatologia como especialização na formação de profissionais de saúde, desde os médicos com uma formação geral, até a falta de serviços especializados que ofereçam mais oportunidades para profissionais formados em imunopatologia e alergia contribuírem decisivamente com a saúde pública deste Brasil.

O tratamento dessas doenças está restrito a poucos hospitais universitários, ao alcance de apenas uma fatia da elite brasileira, deixando abandonado à sorte das consequências de ordem física, psíquica e social o desencadeamento da alergia, um dos grandes gravames à saúde pública do Brasil, e que aflige, sem dúvida, a milhões de brasileiros.

Quero alertar – concluindo, Sr. Presidente – para o fato de que, recentemente, fiz uma denúncia séria sobre a situação da AIDS no nosso País, a qual foi muito bem considerada dentro do próprio Ministério da Saúde. Contudo, embora a AIDS aflija hoje a mais de 450 mil infectados, as doenças alérgicas têm um número de acometimentos da ordem de 30 milhões de brasileiros, com flagrante abalo na estrutura socioeconômica e psicossocial dessa população muito marcante.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ademir Andrade) – Concedo a palavra ao Senador Artur da Távola, por permuta com o Senador Luiz Otávio.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, pensava há pouco como é difícil a tarefa de governar. Embora eu tenha sido formado em anos e anos de oposição, agora, convivendo com o Presidente Fernando Henrique diretamente, acompanho de perto todo um processo verdadeiramente torturante vivido por um governante diante de fatos que se atropelam.

Ainda hoje, nesta Casa, foi levantado um assunto que está evidentemente na ordem do dia, relativo às confusões na área da Polícia Federal, às confusões conduzidas por ciúmeiras partidárias em relação a cargos públicos, e a dificuldade real de um Presidente da República diante de fatos às vezes superiores a sua própria capacidade momentânea de resolvê-los.

O Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso foi acusado pelo ilustre Senador Jefferson Pé-

res, uma das figuras mais benquistas e admiradas desta Casa, de ser um homem que não toma providências, de ser uma pessoa sem autoridade. Um aparte ainda agravou esse tipo de observação, aumentando-a: De minha cadeira, fiquei a pensar em como a tessitura da política acompanha, nos dias de hoje, a tessitura da mídia e como a incompreensão atinge exatamente as pessoas que, neste momento, deveriam ser compreendidas.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Senador Artur da Távola, permite-me V. Ex^a apenas uma retificação?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Com muito prazer, Senador.

O Sr. Jefferson Péres (Bloco/PDT – AM) – Senador Artur da Távola, na verdade, não acusei o Senhor Presidente da República de falta de autoridade, apenas disse que passa essa imagem. A versão é mais importante do que os fatos. Talvez, o Presidente da República nem seja a pessoa que está demonstrando ser à Nação. E como V. Ex^a sabe que a simbologia do poder é importantíssima, é preciso que Sua Excelência, emblematicamente, até se violentando, tenha gestos que desfaçam essa imagem.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Muito obrigado, Senador, agradeço o aparte. Evidentemente, a resposta caberá exatamente na medida do que V. Ex^a disse.

Eu estava no ponto em que analisava a dificuldade de um governante democrata diante do atropelo das informações. Fosse o Presidente da República um irrefletido, à primeira notícia que saísse na imprensa ele agiria, como às primeiras notícias que saem na imprensa, naturalmente, a caixa de ressonância, que é o Congresso, reage. Mas o Presidente da República é um homem que tem muito mais que agir do que reagir. E não se pode levantar sobre o Presidente da República essa imagem que hoje se está disseminando – e então a fala do Senador Jefferson Péres tem perfeito cabimento – de que, não toma providência. Ora, em matéria de direitos humanos, **data venia**, de qualquer segmento político-ideológico da Casa, ninguém dá lições a este Governo. Ninguém!

Aconteceu o mesmo há tempos com um médico que havia sido acusado de participar de torturas e que tivera a sua nomeação no Exército. O que fez o Presidente da República? Demitiu-o imediatamente ou esperou que se configurassem as provas cabíveis? Aí, sim, agindo com a prudência de um chefe de Estado e de um governante, não deu à diretoria, no Exército, dentro da Forças Armadas, a esse mé-

dico acusado de tortura. Não o fez imediatamente, mas fez. Por que não o fez imediatamente? Porque respeita o estado de direito.

E é esse respeito ao estado de direito exatamente o que falta no momento em que se cobra de um governante a atitude imediata e arbitrária. Se toma, é arbitrário, não respeitou o estado de direito; se não toma, está sem autoridade e fica colocado diante da Nação como alguém que não age.

Ninguém dá lições de direitos humanos a este Governo, até por acaso um Governo que recebeu recentemente um prêmio internacional de defesa dos direitos humanos por sua política. O Secretário Nacional de Direitos Humanos recebeu um prêmio que honra o Brasil e honra o Governo exatamente na linha dos direitos humanos, que este Governo defende.

Quem lhes fala, Srs. Senadores, é um ex-exilado político, alguém que viveu profundamente toda essa crise e a conhece muito bem, que não tem qualquer razão – como não tem o Presidente da República – para pactuar com fatos do passado. Nós, portanto, temos alguma vivência, alguma autoridade.

Num momento em que, compreendendo a complexidade dos assuntos, entendemos que o Presidente da República está com a cautela que o cargo exige. Não tenham dúvidas de que, provado algum fato, as medidas serão tomadas. Mas o que o Presidente não pode fazer é sair tomando medidas num primeiro momento.

Existe a acusação – quem acusa tem todas as condições de dignidade – e não está sendo contestada. No entanto, há a necessidade de comprovação e, diante da comprovação, as medidas serão tomadas. Essa cautela deve existir.

Vejam como é complexa a situação de um Presidente da República diante de uma crise como essa da Polícia Federal. É sabido, em todo o mundo, o poder que têm as Polícias de caráter federal – de caráter de inteligência, conforme a configuração de cada país. Conhece-se a força do FBI nos Estados Unidos e o que já ocorreu nos porões daquela entidade. Conhece-se a força da KGB e de outras Polícias dessa natureza. São pessoas detentoras de enormes poderes. Nos seus bastidores, dão-se lutas enormes. Eu até diria a alguns dos Srs. Senadores: "Cuidado com o lado que tomam. Acautelem-se de tomar logo partido em relação a um lado, quando a Polícia Federal expõe a nua as divisões que a caracterizam".

O que querem de um Presidente da República? Que ele seja capaz de se sobrepor a um orga-

nismo que tem poderes e, nem sempre, apesar da qualidade de muitos dos seus quadros, utiliza esses poderes exclusivamente como deve? Que ele aja de modo destemperado, imediatista? Ou tudo isso apenas serve para o discurso oposicionista? Se serve para o discurso oposicionista, tudo bem, ficará como um discurso oposicionista. Há tantos! Mas a população não deve se iludir com esse tipo de discurso porque é muito fácil montar argumentos preciosos ou com a verossimilhança, que é a semelhança da verdade mas verdade não o é, ou com a meia-verdade, que, muita vez, é pior do que a mentira. É fácil montar esse tipo de discurso, é fácil captar notícia daqui, notícia dali, manchete de lá, juntar esses fatos e dar-lhes aparência. Eis a verossimilhança: a aparência da verdade.

Tenho a impressão de que cabe ao Senado, como a Casa da reflexão, como a Casa da revisão, como a Casa da maturidade, não sair de imediato a julgar e dar ao Presidente da República o espaço necessário para que possa agir, como magistrado que é, como árbitro que é, porque Sua Excelência não pode, apenas pelos noticiários dos jornais, diante de uma crise que, infelizmente, lhe foi criada por um partido que o apóia, diante da complexidade desse quadro, deixar de considerá-la, sob pena de ser um irrefletido.

Nós podemos aqui dizer o que quisermos, porque a tribuna é livre e esta é uma Casa política. Podemos apressar nos julgamentos, mas Sua Excelência precisa dessa instância de reflexão. E isso não lhe pode nem lhe deve ser negado no momento em que a pressa passa a configurar na figura da falta da autoridade, o que em Sua Excelência está sendo prudência.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex.^a um aparte, ilustre Senador Artur da Távola?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Com muito prazer, eminentíssimo Senador Tião Viana.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Senador Artur da Távola, quero apenas prestar um esclarecimento, a exemplo do Senador Jefferson Péres, a quem fiz um aparte. A minha preocupação foi exatamente pelo clima que se criou em face da nomeação de um Diretor da Polícia Federal. Comungo da tese segundo a qual, muitas vezes, o Presidente da República precisa preocupar-se com seus aliados e não com seus adversários. O pronunciamento do Senador Jefferson Péres e o meu demonstraram um incômodo nítido com a ação política oriunda da nomeação do Diretor da Polícia Federal, e, como V. Ex.^a coloca muito bem, um Partido de sustentação do

Governo cria esse clima de confusão que desgasta a imagem do Presidente da República.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – V. Ex.^a me permite um aparte ao aparte? Não é um Partido, mas sim setores de um Partido. Expressei-me mal.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Setores de um Partido – tenho essa clareza.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Qual é o Partido?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – O PMDB. É o que a imprensa diz, eminentíssimo Senador.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Por que o PMDB?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Está na imprensa. V. Ex.^a merece um esclarecimento de um Líder do PMDB.

O Sr. Eduardo Siqueira Campos (PFL – TO) – Nem PMDB, nem Renan Calheiros. Ninguém tem nada a ver.

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Concluindo meu aparte, eminentíssimo Senador Artur da Távola, como representante do Partido dos Trabalhadores, sinto um forte desconforto diante de uma briga que chega a parecer falta de respeito à instituição. Vejam: um ex-Diretor da Polícia Federal acusa a Casa Militar da Presidência da República, que é a própria Presidência da República – um conflito envolvendo a Polícia Federal, que tem a função constitucional de zelar pela integridade da sociedade brasileira. A Amazônia é vítima hoje de um descontrole absoluto no que se refere ao narcotráfico. E a Polícia Federal não discute o tráfico de drogas na Amazônia. Não podemos contemplar passivamente um impasse político dessa natureza, que abala a imagem do Presidente da República.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Por quê, Ex.^a?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Não responsabilizei o Senhor Presidente da República pelo fato que está ocorrendo.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Por que abala?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Porque corrói a imagem a demonstração da falta de decisão política da Presidência da República em deixar que seus subalternos se manifestem de forma tão descontrolada que beira a falta de ética.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Perdão, V. Ex.^a, portanto, endossa a posição do Sr. Vicente Chelotti?

O Sr. Tião Viana (Bloco/PT – AC) – Não. Pelo contrário, eu a critico. Disse que ele está dando a última martelada para tirar o Sr. João Batista Campelo que, acredito, devia passar por uma investigação de fato, como o Governador Mário Covas disse... Foi minha manifestação.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – O Governo fará. O Parlamento está fazendo livremente. Portanto, ou se endossa a posição do Sr. Vicente Chelotti e se aproveita a posição dele para fazer oposição ao Governo e ao mesmo tempo se tem a posição identificada com a dele, ou se comprehende que essa é uma questão complexa – e essa é a tese do meu discurso –, que demanda do Presidente da República cuidado, equilíbrio, mas decisão.

Não se darão aulas de direitos humanos a esse Presidente, particularmente. É preciso não se esquecer de uma tocante homenagem que houve no Palácio do Planalto, com a viúva de Rubem Paiva, no momento em que este Governo assinou o ato que responsabilizou o Estado por crimes à época do período ditatorial. Foi este Governo. E a política de direitos humanos deste Governo no campo é de tamanha amplitude e tolerância que, muitas vezes, leva críticas ao Presidente da República por esse fato.

Então, não é um Presidente que não toma medidas; é, sim, um Presidente que toma medidas após meditar e agir de acordo com a lei, de acordo com o interesse público.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Com muito prazer, Senador:

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu concordo com V. Ex^a: não há quem possa querer dar aulas de direitos humanos ao Presidente Fernando Henrique Cardoso ou a seu Governo. Concordo plenamente com V. Ex^a: pode-se discordar do Governo do Presidente em qualquer estilo, menos na sua dignidade, na sua correção e, basicamente, no respeito aos direitos humanos. V. Ex^a está-se referindo – e é verdade – à lei feita pelo Ministério da Justiça contra a violência, a tortura. Foi qualquer coisa de espetacular. E alcançou o que parecia impossível: o milagre de agradar a todos. Foi lembrada no mundo inteiro, pois encerrou a fase de arbitrio com a maior categoria. Mas aqui é um pouco diferente. Permita-me V. Ex^a, dizer: cabe ao Presidente da República nomear Ministros e os cargos de alto escalão. Quanto a cargos de competência do Ministério da Justiça – sei, porque fui Ministro de Estado – o Ministro só

nomeia se o Presidente concordar. O que dizer do Chefe da Polícia Federal? É evidente que a escolha passa pelo Presidente da República. Sua Excelência decide quem é e quem não é. Mas há de concordar V. Ex^a que Sua Excelência decide, mas o assunto passa pelos dois. Diz o Presidente: "O fulano me serve e o fulano não me serve. É este, não é este e está acabado." É assunto de duas pessoas: o Ministro e o Presidente da República. O Presidente diz quem é. O Ministro ou aceita ou, não aceitando, cai fora. Isso me parece evidente. É o óbvio. E quanto ao assunto Chefe da Polícia Federal? Quem decide? O Ministro da Justiça decide se ele fica ou sai? Não. O Presidente decide. Mas, se não ouvir o Sr. Ministro da Justiça, vai ouvir quem? Se aceitar o nome indicado pelo Presidente, fica o Ministro da Justiça; se não aceitar, cai fora. O que fez o atual Presidente? Recebeu Sua Excelência o nome do Ministro da Justiça e, por 45 ou 50 dias, ficou com o nome: nem sim nem não, nem é nem não é. E o indicado pelo Ministro continuou no exercício do cargo, tendo, diga-se de passagem, um desempenho razoável. Não houve problema interno da Polícia durante seu mandato. De repente, houve toda essa crise, que eu não sei nem como começou. Só sei que foi lamentável. Eu não entendo por que dizer que a culpa é do PMDB.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Setores, eu falei.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Eu não entendo por quê. Eu diria que a culpa é de setores do Governo.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Também.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Não cabe a um Ministro dar palpites em outro Ministério. Tratam do assunto o Ministro da Justiça e o Presidente da República. Quem tem de decidir é o Presidente da República. O Ministro da Justiça não tem de decidir, mas vai ao Presidente. No entanto, não pode outro Ministro, outro cidadão, seja quem for, dar palpites em algo que é da competência do Presidente da República e do Ministro da Justiça. Aí o erro do Presidente: deixou o negócio passar, deixou transbordar, deixou sair, e aí aconteceu algo com o Ministro, que – e V. Ex^a sabe e eu sei – não tem Chefe de Polícia que resolva. Resolveram convocar o Chefe da Casa Militar para prestar um depoimento. Aconteceu algo que eu não consegui entender e o Presidente da República tem de explicar. Não dá para acreditar no que está no jornal: o Presidente criou o Ministério da Defesa, terminando com os outros Ministros Militares; de repente, convocou o Chefe da Casa Militar

para prestar um depoimento, e, por medida provisória, o Presidente transformou novamente a Casa Militar em Ministério, para que o Chefe da Casa Militar tenha foro privilegiado e diga quando e onde quer depor. Só por isso se mudou tudo? Foi um grande avanço escolher um Ministro da Defesa, dar posse ao Ministro da Defesa, estabelecer um entendimento nas Forças Armadas e no Congresso Nacional; elaborar-se um projeto, escolher um homem de bem para o Ministério da Defesa. Se quisesse manter a Casa Militar como Ministério, que mantivesse! Mas mudar por lei e, depois, por medida provisória, elevar novamente a Casa Militar à categoria de Ministério! O que acontece com o Sr. Chelotti não é o problema; são duas coisas diferentes. Não entendi no pronunciamento do ilustre Senador do Amazonas que S. Ex^a estava batendo palmas para o Sr. Chelotti. Entendi na manifestação do Senador Jefferson Péres que S. Ex^a está contrário. Foi um absurdo o que o Chelotti fez. Foi um absurdo. Ele não podia ter feito o que fez. Não sei nem se ele ainda está na ativa. Não sei se V. Ex^a sabe me responder. Eu estava perguntando, mas o Senador Jefferson Péres não sabe.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Ao que consta, está na ativa.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Se ele está na ativa, é muito grave. O que ele disse foi muito sério. O que ele disse foi muito sério! Alguém dizer que está batendo palmas, que está vibrando, que está contente com isso? Não! A situação é muito grave para todos nós. Foi muito grave o que o Sr. Chelotti fez. Demonstra a gravidade da situação a que chegamos. Ele disse coisas muito sérias, envolvendo quem ontem não era Ministro e hoje é Ministro-Chefe da Casa Militar.

Muito obrigado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Pelo aparte agudo de V. Ex^a como também pelo aparte do Senador Tião Viana, chega-se justamente ao que pretendo trazer a esta tribuna na tarde de hoje. Não aquela possibilidade maravilhosa de todas as soluções verbais, as soluções pelo discurso de que o Brasil é pródigo! Mas a certeza da complexidade do problema. O próprio aparte do nosso querido Senador Pedro Simon demonstrou a complexidade. Em menos de 24 horas, fatos novos se atropelam de tal modo que não se pode esperar desde já ou exigir desde já respostas para eles. O que é preciso, sim, é confiar e não se juntar questões que são internas da Polícia Federal, complexas, que têm raízes muito profundas e que atingem aspectos atuais

e passados extremamente complexos da vida brasileira, juntar isso a uma política oposicionista, aproveitando-se de uma situação dessa complexidade, para que se faça oposição ao invés de se fazer o juízo de análise, de aprofundamento na busca de formas para solucionar tudo isso.

É da natureza do Presidente da República esse caráter curiosamente colegiado de suas decisões. Sua Excelência ouve, escuta, ausculta, e, enfim, decide. São estilos. Prefiro esse estilo para um governante ao estilo autoritário, onipotente, tonitruante, que fica aparentemente bem diante de certos setores mais apressados da opinião pública, mas que não contempla o interesse do Estado.

O Presidente da República é também o responsável pela estabilidade interna do seu Governo e tem de agir nessa linha. Disse muito bem o Senador Pedro Simon: "É muito grave a situação". Essa foi a sua frase. O Presidente tem de agir, já que a situação é grave, com prudência, e não com açodamentos e com imprudências.

Portanto, estamos diante de algo que nos dá a oportunidade de dizer que, em situações semelhantes, em momentos anteriores, foi justamente a prudência adotada que nos levou ao melhor caminho. Levou-nos ao melhor caminho para afastar torturadores ou acusados de tortura com fundamento; levou-nos ao melhor caminho nessa política de direitos humanos que o Governo vem praticando, sabendo trilhá-la e conduzindo-a, sem os radicalismos que a teriam impedido.

Nesse particular, deixo com o Senado a reflexão de que cada vez mais o espaço...

O Sr. Luiz Otávio (PPB – PA) – Concede-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Pois não, Senador, com muito prazer.

O Sr. Luiz Otávio (PPB – PA) – Senador Artur da Távola, é muito coerente o seu pronunciamento, muito firme, realmente diz tudo aquilo que nós, que acompanhamos de perto os trabalhos do Senado Federal e aqui comparecemos todos os dias, temos visto. Sobre a posição do Senador Pedro Simon, diríamos que quando S. Ex^a arguiu a dificuldade de entendimento sobre a Casa Militar tornar-se um Ministério, tendo como Ministro o General Alberto Cardoso, que essa foi também uma forma encontrada pelo Presidente Fernando Henrique para equilibrar, já que existe a Casa Civil como Ministério. O Ministro da Casa Civil ficaria numa posição muito desconfortável, tendo a prerrogativa de Ministro, com os ônus e bônus do cargo. A Casa Militar ficaria numa posi-

ção inferior. Essa foi mais ou menos a fórmula encontrada para equilibrar, para deixar clara a posição do Ministro Chefe da Casa Civil, do Ministro Chefe da Casa Militar, que são ligados diretamente ao Presidente da República. Por outro lado, quando V. Ex^a aborda a questão séria que vive a Polícia Federal, eu diria que na Polícia Federal hoje há uma divisão de bandas. Lá temos o sindicalismo, praticado pelo ex-Diretor-Geral da Polícia Federal, Vicente Chelotti; temos na liderança do Senador Romeu Tuma outro grupo que compõe a Polícia Federal; e, na linha dura, estão os antigos, ligados aos militares, caso do ex-Diretor-Geral Amaury Galdino, hoje aposentado. Essa é uma matéria que saiu nas revistas de circulação nacional de hoje, em que é mostrada a divisão que existe dentro da Polícia Federal. Sabemos que a Polícia Federal é um poder paralelo que temos e que esse grave e sério problema só será solucionado com a reforma do Poder Judiciário, quando ela realmente tiver o seu papel de polícia judiciária, não for uma polícia de investigações, de posicionamento, de pronunciamentos e até de decisões políticas e simplesmente cumprir seu papel constitucional. Com certeza, melhoramos com a criação do Ministério da Defesa e vamos concluir com a Reforma do Judiciário. Muito obrigado.

O Sr. Maguito Vilela – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Senador Maguito Vilela, informo a V. Ex^a que meu tempo está concluído, mas, com a anuência da Presidência, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Gostaria de dizer a V. Ex^a que fiz um aparte ao nobre Senador Jefferson Péres, mas, em momento algum, nem o Senador Jefferson Péres, nem o Senador Tião Viana ou eu falamos qualquer coisa do Presidente no que diz respeito a direitos humanos. Nós o respeitamos. Tenho pela pessoa do Presidente muito respeito com relação à sua honestidade pessoal. Foi o poder de indecisão que fez com que eu citasse exemplos de Goiás. Há poucos dias, a indecisão de regulamentar ou não o transporte urbano fez com que os "kombeiros", "perueiros", fossem à Universidade Federal para uma manifestação, e a polícia invadiu o **campus** da Universidade Federal de Goiás e assassinou um trabalhador, pai de três crianças, que lá estava em busca de um trabalho. Essa característica de não decidir as coisas no momento não é só do Presidente, não; é do PSDB. Porque governar é, antes de tudo, antecipar fatos, antever, evitar, prevenir. Em Goiás, um pai de família, repito, morreu as-

sassinado no **campus** da Universidade Federal por falta de uma decisão. E agora todos os jornais – não estou fazendo denúncia – de Goiânia trazem a tortura, não do passado, mas tortura de agora, feita no centro penitenciário do meu Estado. Governo tem que tomar posição na hora certa. Agora, isto é verdade: o PMDB não tem nada a ver com essa história. A instituição PMDB não tem nada a ver com essa história de nomeação ou não nomeação. Isso é um problema do Presidente da República. O PMDB não indicou ninguém nem deixou de indicar, ao que me consta. A instituição PMDB não tem nada a ver com essa história. Agora, se o Presidente está com esse problema há mais de quarenta, cinqüenta dias, como foi noticiado, está errado realmente. Deveria ter decidido, deveria saber quem são os homens capazes de comandar essa instituição tão importante do nosso País, que é a Polícia Federal. Um Presidente tem que saber quem é capaz de comandar ou não uma instituição em quarenta, cinqüenta dias. Essa indecisão é que gerou esse problema todo, que está tendo uma repercussão nacional, quiçá internacional. Muito obrigado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Muito obrigado, Senador.

Assim é a política, Srs e Srs. Senadores: para uns, indecisão; para outros, prudência. Fique com cada pessoa a conclusão. Prefiro a prudência num governante no presidencialismo. O presidencialismo é extremamente grave como sistema, é um sistema errado de governo, que concentra poderes e funções demais na mão de uma só pessoa. O presidente faz o que pode no sentido de criar-se uma consciência co-participativa, aprofundar a idéia de uma aliança, estruturar um comportamento democrático. Isso nem sempre é compreendido e é facilmente confundido com falta de autoridade. Porém, insisto em que aí está a prudência, e que a prudência é uma conselheira adequada.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Cedo o aparte, com muito prazer, ao Senador Iris Rezende, que foi Ministro da Justiça, que conhece possivelmente o problema muito bem e que também é um homem prudente.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Muito obrigado, Senador Artur da Távola, pela oportunidade que me empresta, concedendo-me este aparte. Entendo importante esta discussão, partindo do Senado Federal. Louvo a atitude de V. Ex^a, assomando à tribuna e fazendo a defesa do Chefe da Nação, diante das observações e das críticas aqui feitas. Esta

discussão deve ser travada justamente no Senado, porque, como bem disse V. Ex^a, é a Casa constituída de pessoas experientes, prudentes, calejadas, sobretudo na vida política. A começar do Presidente desta Casa, que foi Governador do seu Estado várias vezes, Ministro, hoje Presidente do Congresso Nacional. Temos aqui tantos ex-Governadores, ex-Ministros e ex-Prefeitos. É muito importante salientar que quem já ocupou chefia de Poder Executivo, seja como Prefeito, Governador ou Ministro, sabe o quanto é difícil governar. Para quem está de fora pode parecer que é simplesmente baixar ou levantar uma varinha mágica, e as coisas vão acontecendo. Não é assim, principalmente no Brasil de hoje, quando saímos de um regime autoritário de 20 anos e estamos buscando e consolidando, com muita competência, a democracia. Sabemos que governar não é fácil para um Chefe de Nação, que tem como suporte político tantos Partidos, tantas forças. Posso até dizer que o Presidente tem sido feliz. Tive o privilégio de ter sido seu Ministro por quase um ano, logo na área da Justiça, e posso dar o meu testemunho. O Presidente Fernando Henrique Cardoso é um homem prudente e sobretudo equilibrado. Penso que muitas vezes, diante de fatos, questões e problemas que surgem inesperadamente – e governar é conviver com problemas em cada momento –, é preferível o equilíbrio. As pessoas desprovidas de equilíbrio duraram pouco no poder. Temos exemplo disso na Presidência da República, em Governos Estaduais e em Ministérios. De forma que não me assusta e não me preocupa essa prudência do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Pelo contrário, ela até chega a me confortar porque sei que desatinos não serão praticados no seu Governo. E Sua Excelência tem tomado atitudes. Convivi com a Polícia Federal durante todo aquele tempo, uma convivência posso dizer boa, difícil muitas vezes, mas com resultados. Convivi com outras forças que constituem o Governo, e nada disso me assusta. Esses pequenos desencontros entre líderes de segmentos dentro de corporação, dentro de instituição – como é a Polícia Federal – não me assustam. O que realmente me tranqüiliza é que o Presidente tem consciência do que se passa e tem prudência suficiente para definir bem as situações. Cumprimento V. Ex^a pelo seu oportuno pronunciamento, e cumprimento até os demais, porque entendo que esta é a Casa do debate, e o debate tem que prosseguir, a fim de que a Nação sinta-se também tranqüila com relação aos homens que compõem o seu Congresso. Muito obrigado.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) –
Muito obrigado, Senador.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Senador Artur da Távola, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Sr. Presidente, não queria negar o aparte à Senadora e não sei se a Mesa toleraria essa transgressão de minha parte, mas concedê-lo-ei com muito prazer, se me for permitido.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Pois não, Senador.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT-AL) – Senador Artur da Távola, estava chegando de viagem quando ouvi o pronunciamento de V. Ex^a. Confesso que corri muito para ter a oportunidade de fazer o aparte, até porque já tinha conversado com V. Ex^a sobre o episódio na semana passada, quando da tribuna solicitei do Presidente da República, do Governo Federal todas as atitudes necessárias, respeitando o Estado de Direito, mas efetivamente buscando a investigação dos fatos. E tenho absoluta certeza de que V. Ex^a e outros Srs. Senadores trouxeram esse assunto à tribuna sem tomar partido de nenhum outro setor. E não quero nem saber das brigas internas que estão acontecendo dentro da própria base do Governo ou de um ou outro setor que esteja se aproveitando desse momento para provocar desentendimentos dentro da própria Polícia Federal. Eu disse a V. Ex^a na semana passada que não exijo do Presidente outra coisa senão o que qualquer pessoa de bom senso neste País exige – o respeito ao Estado de Direito e a devida apuração dos fatos. Entretanto, como conheço José Antonio há mais de 20 anos e sei exatamente o quanto é uma pessoa de bem, para mim não existe suposta vítima nem suposto torturador. Não espero que o Presidente da República entenda assim, mas tenho obrigação de dizer que, conhecendo José Antonio, para mim não existe suposta vítima nem suposto torturador. Existe uma vítima e um torturador. Como disse a V. Ex^a, Senador Artur da Távola, José Antonio é um homem de bem, decente e de tanta sensibilidade que, quando conversou conosco, justamente para evitar que esse fato fosse alvo de manipulação política ou de disputa interna partidária, teve a grandeza de me dizer: "Heloisa, ele nunca usou a mão para me dar um murro, nunca me deu um choque elétrico com sua própria mão, mas ajudou a me colocarem no pau-de-arara e conduzia todos os interrogatórios. Quando eu não respondia às perguntas, as pessoas batiam em mim". Então, para mim isso é tortura. Concordo com V. Ex^a em que todos os fatos devam ser apurados. O Senado fará isso. Na quarta-feira ele estará presente na Comissão de Direitos Humanos, e espe-

ramos que, à luz dos fatos, da realidade concreta possamos efetivamente impedir que esse senhor assuma a Polícia Federal. Fiz questão de fazer o aparte porque já havia dito a V. Ex^a que conhecia o Sr. José Antonio. Trata-se de uma pessoa incapaz de se envolver em manipulações políticas, em qualquer jogo, seja da Bancada do Governo ou da Polícia Federal. Portanto, não são fatos isolados, arrancados daqui e dali, que formam uma história. Pessoalmente, não estou tomando partido, mas tenho a obrigação de dizer que, em minha opinião, não existe suposta vítima. A dor maior da vítima de tortura é conseguir dizer quem o torturou, porque é a palavra do torturado – sua dor, a lembrança do choque elétrico e das dores de sua família – contra a de alguém que pode simplesmente dizer: "Nunca o torturei". Mas só quem sabe das angústias e das lembranças doloridas é o torturado. Portanto, queremos o Estado de Direito. Obrigada pelo aparte.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ) – Muito obrigado, Senadora. Sua emoção e sinceridade evidentemente denotam o quanto está convencida. E saiba V. Ex^a que, assim como conhece o ex-padre José Antonio e dá esse depoimento sincero, dou-lhe também o depoimento sincero de um conhecimento de mais de 30 anos com o Presidente da República. Portanto, confirmado o fato, as providências serão tomadas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Ah, bom! Pensei que V. Ex^a iria dizer que conhecia o delegado que vai ser nomeado para a Polícia Federal. Aí eu ficaria tranquilo.

Durante o discurso do Sr. Artur da Távola, o Sr. Ademir Andrade, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antônio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 415, DE 1999

Institui o Dia Nacional da Doação de Órgãos.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Doação de Órgãos, a ser comemorado no dia 27 de setembro de cada ano.

Párrafo único. No período de duas semanas que antecede a data fixada neste artigo, será promovida, diariamente, campanha de estímulo à doação de órgãos, em conformidade com o previsto no parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A doação de órgãos constitui um ato inigualável de amor e solidariedade. No Brasil, contudo, ainda não se consolidou a "cultura da doação" da forma necessária, de modo que, enquanto na Europa existem quarenta doadores por milhão de habitantes ao ano, em nosso país essa proporção gira em torno de cinco doadores para o mesmo número de habitantes.

A aprovação da Lei de Transplantes – Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997 – originada de projeto de nossa autoria, vem causando mudanças significativas nesse quadro, mas ainda não surtiu todo o efeito esperado. A principal razão para isso reside na ausência de campanhas de esclarecimento, com o propósito de despertar a consciência de cada indivíduo para a questão, da forma prevista na própria Lei. Por esse motivo, entendemos ser importante criar um dia específico para celebrar a doação de órgãos a fim de fomentar o desenvolvimento dessa consciência.

A data escolhida, 27 de setembro, corresponde àquela em que se comemora o dia dos santos Cosme e Damião no mundo ocidental. Esses santos, mártires do cristianismo, cultuados no Brasil, sobretudo nos Estados do Rio de Janeiro e da Bahia, foram irmãos gêmeos, originários da Arábia, que estudaram medicina na Síria e passaram a exercê-la na Egéia, Cilícia, Ásia Menor. Exerceram sua profissão sem nada receber por seu trabalho, sendo por isso cognominados "anargíros", ou seja, inimigos do dinheiro. Maior que a perícia deles só mesmo sua fé e seu dom de realizar milagres, com o qual operavam curas estupendas em casos desesperadores.

A força desse relato já bastaria para justificar a escolha do dia 27 de setembro, porquanto nele se testemunha que a existência e o trabalho dos dois santos foram uma constante doação destinada a salvar as vidas de seus semelhantes. Entretanto, o mais significativo é que eles também fazem parte da história mitológica dos transplantes no ocidente: atribui-se-lhes o transplante de uma perna, retirada de uma pessoa que havia falecido, em um indivíduo

que acabava de ter a sua própria perna amputada. Esse episódio encontra-se reproduzido na obra *Cosme e Damião*, de Alonso de Sedano, pintor que viveu nos séculos XV e XVI.

Assim sendo, acreditamos justificar-se a comemoração do Dia da Doação de Órgãos na data em que se celebram esses santos de significado tão especial na história da humanidade.

Confiantes de contar com o apoio de nossos Pares, apresentamos este Projeto de Lei a sua apreciação.

Sala das Sessões, 14 de junho de 1999. – Senador Lúcio Alcântara.

LEGISLACÃO CITADA

LEI Nº 9.434 DE 4 DE FEVEREIRO DE 1997

Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento e dá outras providências.

Art. 11. É proibida a veiculação, através de qualquer meio de comunicação social de anúncio que configure:

Parágrafo único. Os órgãos de gestão nacional, regional e local do Sistema Único de Saúde realizarão periodicamente, através dos meios adequados de comunicação social, campanhas de esclarecimento público dos benefícios esperados a partir da vigência desta Lei e de estímulo à doação de órgãos.

(As Comissões de Educação e de Assuntos Sociais, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 416, DE 1999

Proíbe a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifeniltricoretano (DDT) e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica proibida, em todo o território nacional, a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de diclorodifeniltricoretano (DDT).

Art. 2º Os estoques de produtos contendo DDT, existentes no País à data publicação desta Lei, deverão ser incinerados no prazo de trinta dias: to-

madas as devidas cautelas para impedir a poluição do ambiente e riscos para a saúde humana e animal.

Art. 3º Constitui crime contra o meio ambiente, nos termos do art. 54 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, a fabricação, a importação, a exportação, a manutenção em estoque, a comercialização e o uso de DDT.

Art. 4º O Poder executivo realizará, no prazo de dois anos, a contar da data de publicação desta Lei, estudo de avaliação do impacto ambiental e sanitário causado pelo uso de DDT para controle de vetores de doenças humanas, na Amazônia.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O DDT é um inseticida organoclorado que, no pós-guerra, provocou uma verdadeira revolução agrícola ao substituir, com eficácia, as práticas tradicionais de controle de pragas e elevar significativamente a produtividade das principais culturas. Também foi muito utilizado, em nosso meio, durante as últimas décadas e em anos recentes, para o controle de vetores de doenças humanas, especialmente a malária na Amazônia.

Trata-se de substância que apresenta grande poder de diluição na água e nas gorduras e que, no solo, permanece, sem alteração de sua estrutura molecular, por períodos de até vinte anos.

Em razão dessas características, acarreta sérios agravos à saúde humana e animal, afetando os sistemas imunológico e neurológico, mas, sobretudo, acometendo a estrutura celular do sistema nervoso central e gerando danos irreversíveis à estrutura nervosa.

Sua ação imediata e residual afeta gravemente os animais, os vegetais e todo o manancial de águas da região em que é empregado. Para dar a dimensão do problema, basta lembrar que estudos recentes evidenciaram a presença de DDT na vegetação e em animais de vastas regiões do Ártico, o que demonstra que a contaminação por esse inseticida, diluído em água e levado por correntes marinhas, atinge todo o planeta.

No ambiente, sua ação seletiva, ataca tanto as pragas agrícolas ou vetores de doenças contra os quais é empregado quanto destrói, indiscriminadamente, outras espécies da fauna e da flora nativas, elimina predadores naturais e gera resistência.

O impacto da ação do DDT foi relatado, de forma dramática, no livro "PrimaVéria Silenciosa", da bióloga americana Rachel Carson, editado em 1962.

no qual ela chama a atenção para o desaparecimento dos pássaros em extensas regiões onde se utilizou o inseticida. Esse livro teve repercussão mundial e constituiu um marco na tomada de consciência, pelos cientistas e pela população em geral, das complexas e fragéis inter-relações ecológicas que condicionam a vida na Terra.

Em vista disso, o DDT é, hoje proibido em mais de quarenta países. A Suíça proibiu sua utilização em 1939; os Estados Unidos, em 1972.

No Brasil, seu uso foi proibido em agricultura em 1985, por ato do Ministro da Agricultura. Apesar da proibição, os especialistas reconhecem que persistiram grandes estoques que não foram destruídos e que seu uso não foi totalmente interrompido.

Em 1997, a partir de uma representação do Deputado Federal Fábio Feldman, feita junto ao Ministério Público Federal em 1990, a Justiça Federal declarou moratória ao uso do inseticida, decidindo que ele deveria ser banido do combate à malária em três anos, isto é, em 2000.

Nossas autoridades sanitárias, no entanto, já tinham abandonado o seu uso em 1995, tendo o estoque remanescente sido recolhido e incinerado. Contudo, entre 1990 e 1995, cerca de três mil toneladas foram empregadas na Amazônia para controlar a malária. Os resultados disso sobre o referido ecossistema não são conhecidos.

No final da década passada e nos primeiros anos desta, como forma de controlar a importação de casos de malária para as regiões Sul e Sudeste, as autoridades sanitárias utilizaram o inseticida também nessas regiões, no bloqueio de focos.

O DDT também continua sendo utilizado como componente de inseticidas domésticos em várias partes do mundo subdesenvolvido e constitui a única alternativa para o controle da malária nos países pobres da África, Ásia e América Latina.

No momento, existe um movimento internacional, promovido pela Malaria Foundation International, uma organização não-governamental, e pelo United Nation Environment Program, pelo banimento do DDT no mundo, o que se espera aconteça, no mais tardar, em 2007. Para tanto, porém, é necessário que os países desenvolvidos aumentem seus investimentos e doações para a pesquisa e o controle da malária nos países pobres, de tal forma que se encontrem alternativas econômica e tecnicamente viáveis para o controle da doença, sem precisar recorrer ao uso do DDT.

Este projeto de lei pretende incluir nosso País no movimento mundial de banimento do DDT e de defesa da vida no planeta.

Sala das Sessões, 14 de junho de 1999. _ Senador **Tião Viana**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998

Que "dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e da outras providências."

.....
Art. 54. Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora:
.....

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Sociais, cabendo à ultima a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Os projetos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL)

– TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, volto à tribuna desta Casa para abordar uma questão estratégica para o desenvolvimento do País, da Região que tenho a honra de representar nesta Casa e de vários outros Estados. Entendemos que este assunto já se encontra bastante maduro, pronto para uma tomada de decisão por parte do Presidente da República e dos setores competentes da respectiva área.

Já tive oportunidade, Sr. Presidente, de tratar, desta tribuna, da questão da Ferrovia Norte-Sul. Entre todos os comentários que farei, quero esclarecer vários colegas e a opinião pública, que têm visto, veiculada em rede de televisão, propaganda em que o Estado do Tocantins demonstra para a população as razões pelas quais estamos lutando pela privatização da Ferrovia Norte-Sul.

Tenho dito sempre que sou favorável ao processo da privatização. Sou contrário na questão do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobrás, mas favorável a que a iniciativa privada

faça investimentos em áreas em que o Governo não está investindo por falta de recursos.

Portanto, parece-me que, no momento, é preciso que o Governo Federal articule as ações, deixe de gastar dinheiro e que a população possa contar, efetivamente, com o benefício da obra.

Assim me pronunciei com relação ao processo das usinas hidrelétricas. Vejo que as que foram construídas pelo Governo Federal levaram 15 ou 20 anos: orçamentos duplicados, o dobro dos custos, toda a sorte de problemas, paralisações, pendências no orçamento, expectativa da população, desperdício de dinheiro público.

Partir para o processo de privatização depois de pronta a obra não deixa de me trazer certo descontentamento. Apesar de ser favorável à tese da privatização, da gestão da iniciativa privada em determinadas áreas, preocupo-me. Quando o Governo Federal tem oportunidade, é bem melhor que incentive a privatização não depois de pronta a obra, mas preliminarmente, para que não tenha de gastar recursos e enfrentar a discussão sobre se está vendendo barato, entregando o patrimônio público, gerando prejuízo; sobre se o Poder Público pode, ou não, ser um bom gestor de uma hidrelétrica ou de uma ferrovia. Gera-se sempre essa dúvida. Ainda assim, Sr. Presidente, continuo favorável ao processo de privatização.

Nós temos uma extraordinária oportunidade para que o processo de privatização se dê agora com relação à Ferrovia Norte-Sul. Estamos veiculando essa propaganda, incentivando o debate do assunto, exatamente porque ocorreu, nos dias 3 e 4 de junho, na cidade de Nova Iorque, o V Fórum Internacional de Ferrovias. O assunto foi exaustivamente debatido; o projeto da Ferrovia Norte-Sul, nesse fórum, foi apresentado e analisado. Estava lá o Presidente da Valec, que fez uma brilhante exposição.

Sr. Presidente, aquilo que já sabíamos, que já mereceu estudos dos Banco Mundial, concretizou-se na realização desse fórum, uma vez que um grupo de investidores privados internacionais já manifestaram aos integrantes desse fórum sua completa adesão ao projeto. Ou seja, é outro caminho de privatização, em que o Governo não gasta recursos, mas os capta para a construção da obra; depois discute a gestão, com garantia de preços mínimos de tarifa pública, e tudo aquilo que constitui uma precaução de que o Poder Público deve revestir-se antes de um processo de privatização. Considero que a Ferrovia Norte-Sul se enquadra nesse exemplo.

O Banco Mundial, Sr. Presidente, uma instituição insuspeita com relação às parcerias, aos estudos que promove e aos investimentos que faz, vem analisando esse assunto há algum tempo; tendo contratado pesquisas, chegou ao entendimento de que a viabilidade econômica da obra é absolutamente inquestionável.

Essa obra já tem um longo histórico. Recordo-me de alguns editoriais, principalmente da região centro-sul, segundo os quais a Ferrovia Norte-Sul ligava nada a lugar nenhum. A obra foi duramente criticada. Na época, os seus defensores argumentavam que o mesmo fora dito com relação a Brasília e à rodovia Belém-Brasília.

Hoje, sabemos que, se este País tem esperança de retomar o desenvolvimento, de encontrar na produção agrícola a sua grande vocação, a saída para a crise, fortalecendo suas exportações, melhorando o perfil da sua economia, promovendo uma melhor distribuição de renda, isso se dará exatamente nessa grande região que abrange os Estados do Pará, Amazonas e Tocantins.

Portanto, Sr. Presidente, essa é uma boa oportunidade para começarmos a discutir esse processo, antes mesmo de ele ser iniciado, já que o Governo Federal alega não ter a verba. Ora, se os investidores privados estão lá; se o resultado concreto é a diminuição, em média, de US\$30 ou US\$40 na tonelada da soja; se o Porto de Itaqui, no Maranhão, está apenas com 20% da sua capacidade sendo utilizada; se os portos do sul estão com problemas de acúmulo, de excesso, problemas sindicais, problemas operacionais de toda ordem, a questão da Ferrovia Norte-Sul é uma extraordinária saída para obtermos eficiência, derrubarmos o custo Brasil e fazermos nossa soja, nosso arroz, enfim, nossos produtos agropecuários chegarem ao mercado externo em condições extremamente favoráveis em relação ao custo.

Existem hoje o Projeto Rio Formoso, o Prodecer e vários projetos de irrigação. O Tocantins já é um grande Estado exportador de grãos, mas os prejuízos com o transporte – são dois mil quilômetros pela rodovia Belém-Brasília até o porto – são muito grandes; há toda sorte de problemas na recuperação dessa malha.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL-TO) – Ouço V. Ex^a, Senador Maguito Vilela.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Senador Eduardo Siqueira Campos, V. Ex^a está abordando

um tema da maior importância para este País: a Ferrovia Norte-Sul. Eu diria mais: essa ferrovia é importante para o mundo, porque, por meio dela, poder-se-iam escoar produtos com preços mais acessíveis a vários países do mundo. Além da irrigação, da interligação de ferrovias, hidrovias e rodovias, V. Ex^a aborda um tema que o Brasil precisa, realmente, discutir: a retomada da construção das ferrovias. Juscelino Kubitschek disse que o grande arrependimento de sua vida administrativa foi justamente não ter investido mais em ferrovias e que, se voltasse a governar, construiria muitas ferrovias importantes para este País. A ferrovia dá competitividade ao agricultor, ao pecuarista, ao industrial, enfim, ao empresário brasileiro. O custo do transporte ferroviário é bem menor do que o do transporte rodoviário, que é hoje mais adotado em nosso País. O Brasil, um país continental, de dimensões muito grandes, só se tornará competitivo, só terá uma agricultura forte, se tiver ferrovias e hidrovias para escoar sua produção; pelas rodovias, V. Ex^a sabe, o transporte é bem mais demorado, e, principalmente, o preço é altíssimo. Falta aos agricultores e pecuaristas brasileiros competitividade no mercado internacional justamente pelo preço de seus produtos. O nosso agricultor é competitivo até o momento em que ensaca seu produto; depois que o joga na carroceria do caminhão, deixa de ser competitivo. Se a produção fosse transportada por ferrovia ou hidrovia, ele poderia competir no mercado mundial. Portanto, V. Ex^a está de parabéns. Precisamos, realmente, mostrar a necessidade da Norte-Sul, da Leste-Oeste e de outras ferrovias importantes. Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Incorporo as palavras de V. Ex^a ao meu pronunciamento. V. Ex^a, por ter governado o Estado de Goiás, tem experiência e conhece a fundo os problemas da nossa Região.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB-PA) – V. Ex^a concede-me um aparte, nobre Senador?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Ouço com alegria o Senador Ademir Andrade.

O Sr. Ademir Andrade (Bloco/PSB – PA) – Senador Eduardo Siqueira Campos, tem V. Ex^a toda a razão. Eu só percebo que há uma certa inocência por parte de V. Ex^a quando busca todo o empenho dos empresários para o término da Ferrovia Norte-Sul. Isso seria essencial, fundamental, desejável. Acontece que, em nosso País, as privatizações ocorrerão com tamanhas benesses e facilidades que, hoje, ninguém quer comprar o que não está

pronto. Os grandes empresários, as grandes corporações que compraram tudo em nosso País querem encontrar a obra feita e comprá-las a "preço de banana". Está V. Ex^a corretíssimo em sua exposição, e estou aqui para me somar e me solidarizar com V. Ex^a por suas idéias. Todavia, com dois exemplos, quero mostrar-lhe o que aconteceu no Brasil. Nós três últimos anos do Governo Fernando Henrique, foram investidos R\$22 bilhões no crescimento da Telebrás, a qual foi vendida exatamente por R\$22 bilhões. Recentemente, a Eletronorte está construindo – e aí entra a Eletrobrás – a segunda etapa da Hidrelétrica de Tucuruí. Não dá para compreender uma situação dessa. O Governo está trabalhando para vender as hidrelétricas do Brasil. Só falta vender agora o sistema elétrico. Vai vender, inclusive, a Hidrelétrica de Tucuruí. Haviam planejado a divisão da Eletronorte em seis empresas diferentes, em que Tucuruí é a única lucrativa e a única passível, portanto, de venda. O Governo está construindo, com recursos próprios, a segunda fase da Hidrelétrica de Tucuruí, cujo investimento é de R\$1,2 bilhão. Como admitir-se a privatização de uma hidrelétrica, se o Governo está tirando dinheiro da população para construir a segunda fase dessa hidrelétrica? Então, a intenção de V. Ex^a é corretíssima. Penso que é isso que deveria ser feito. Se fosse preciso, o Governo deveria ajudar, com o financiamento, o empresário que deseja construir. Infelizmente, os empresários brasileiros e o próprio Governo – porque, por trás disso, há muita coisa errada, muita maracutaiá, muita corrupção – não estão interessados em negócios desse tipo. O ideal, para eles, é que o Governo construa, para, depois, eles comprem a troco de nada.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Agradeço a contribuição do Senador Ademir Andrade. V. Ex^a admite que é muito melhor, uma vez que há essa onda de privatização – com a qual eu concordo, apesar de todos os problemas que têm ocorrido no seu desenvolvimento –, que o Governo dê autorização ao empresário para investir, ao invés de comprar aquilo que está pronto. Concordo plenamente com V. Ex^a a esse respeito. Isso aconteceu – e eu disse aqui – com outras hidrelétricas. O Governo levou vinte anos para construí-las, gastou o dobro do que deveria e, depois, entregou o dinheiro do BNDES ao vendê-las. É lógico que temos as nossas discordâncias com este processo.

Agora, temos uma obra a ser construída, que é a Ferrovia Norte-Sul. Ela integrará no sistema produtivo nacional e internacional mais de 50 milhões de

hectares agricultáveis. Abrangerá toda a área do Tocantins, do Pará, do sul do Maranhão. Vai interligar a nossa região com o sistema Centro-Oeste, a Ferroeste, em construção, com o sistema Centro-Sul. Possibilitará ao Brasil uma nova matriz de transporte. Mas é importante, uma vez que o Governo Federal não dispõe dos recursos para essa construção, que entregue essa iniciativa aos setores privados, que estão aí demonstrando seu interesse.

Quero registrar que já temos a equação hoje. Antes de o Governo Federal adotar as providências, foi feita uma demonstração no V Fórum Internacional das Ferrovias, seminário realizado nos dias 3 e 4 de junho próximo passado, onde foi discutido o projeto como um todo.

Vejam: de R\$1,6 bilhão, custo total da obra da Ferrovia Norte-Sul, os investidores privados participariam com R\$1,1 bilhão em recursos disponíveis para promoverem sua adesão ao projeto. Dos R\$500 milhões restantes, R\$360 milhões seriam supridos pelo Banco Mundial, que já analisou a obra e decidiu que, havendo um pedido formal do Governo brasileiro, disponibilizaria tais recursos.

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, caberia ao Tesouro R\$140 milhões para a conclusão da obra. E esse foi o dinheiro desperdiçado na construção do TRT de São Paulo.

Portanto, não vejo nenhuma razão para o Governo não aderir imediatamente a essa tese. Ele deve promover, por meio do Conselho Nacional de Desestatização, uma reunião, para nela ser apresentada e discutida essa equação, e aprovada, por parte do Governo Federal, a concessão, para que seja privatizada a construção da ferrovia, e não construir para depois privatizar, como vem ocorrendo nos demais processos.

Para isso, é importante que o setor privado internacional e que os investidores recebam algumas garantias, tais como, a de que o Governo Federal demonstre o seu interesse no projeto e que este conste do Plano Plurianual; que o Conselho Nacional de Desestatização inclua essa obra dentre aquelas passíveis de privatização.

Vejam quanto o País já investiu. Todos os projetos, os relatórios de impacto ambiental – exigência primeira do Banco Mundial para financiar uma obra – já estão prontos. A obra não invade nenhuma área indígena, nenhum parque nacional; não causa dano, em nenhum aspecto, ao meio ambiente. Tudo isso está por demais estudado.

O que falta agora é exatamente a vontade política, a decisão e a autorização do Presidente da Re-

pública, com a sua determinação, para que o Conselho Nacional de Desestatização assuma, em sua próxima reunião, o debate desta questão e anuncie para a Nação a sua concordância.

A partir daí, Sr. Presidente, com os recursos já estão garantidos, com a existência dos consórcios internacionais, apenas aguardando-se a iniciativa do Governo brasileiro, para que, já depois de tantos anos, essa expectativa, esse sonho do povo tocantinense, integrado com os nossos irmãos goianos, paraenses, mato-grossenses, amazonenses, com todos aqueles envolvidos na articulação dessa região, vejam esse sonho tornar-se realidade.

Esses mesmos estudos mostram que no ano de 2003 já estaríamos com a rodovia em pleno desenvolvimento. Imaginem qual não vem sendo o desperdício do esforço nacional, depois de haver construído um dos maiores e melhores portos deste País, o Porto de Itaqui, que hoje utiliza apenas com 20% de sua capacidade!

Mas, enquanto isso, o Porto de Paranaguá, o Porto de Santos, os portos do Sul do País estão assoberbados, estão defasados, envolvidos em todo esse processo de exportação da soja nacional.

Estamos cansados de ver aquelas grandes filas, mostradas nos noticiários, de caminhoneiros esperando sua oportunidade para embarcar a mercadoria no Porto de Paranaguá, e a soja brasileira, principalmente a soja tocantinense, passeando mais de 2.000km para ser exportada. É lógico que aí não há competição em que o Brasil possa situar-se bem no cenário internacional.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – V. Ex^a concede-me um aparte?

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL – TO) – Tendo meu tempo já esgotado, Sr. Presidente, ouvirei o Senador Maguito Vilela e concluirrei.

O Sr. Maguito Vilela (PMDB – GO) – Faço o aparte apenas para dizer a V. Ex^a que além de todos os argumentos expendidos e indiscutíveis está um País que necessita gerar empregos. Quantos mil empregos diretos e indiretos uma ferrovia como a Norte-Sul não gera na agricultura, na pecuária ou em sua própria construção? Somos um País que precisa gerar empregos, aumentar a produção de alimentos, melhorar a sua balança, exportar mais; todos são argumentos que vêm robustecer o seu pensamento da necessidade imperiosa de construir a Ferrovia Norte-Sul e têm o apoio integral do Estado de Goiás, da Bancada federal, dos Senadores e de todo o povo goiano, que reconhece a importância

e a necessidade dessa obra, não para o Tocantins, mas para o Brasil e para o mundo:

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PFL-TO) – Agradeço, Sr. Presidente.

Encerro dizendo que o projeto que estamos discutindo para a Ferrovia Norte-Sul é privatizar para construir e não construir para depois privatizar. Em nome do futuro, da economia do nosso País e do nosso glorioso Estado do Tocantins.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Antônio Carlos Magalhães, Presidente, deixá a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Siqueira Campos, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Agripino.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio por 20 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL-TO) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores: "Deveriam revogar o crime de sonegação fiscal que raramente resulta em punição. Assim, desocuparia o trabalho do Judiciário e da Polícia Federal." Está claro senhores que essa frase chocante representa apenas o desabafo e a indignação de uma autoridade, no caso o Procurador Regional da República Odim Brandão Ferreira, que participou da investigação do caso PC Farias/Collar.

Ouvido pelo jornal **Gazeta Mercantil**, o Dr. Odim Brandão esclarece que a Lei nº 9.249, de 1995, estimula a sonegação: "O cidadão só paga no âmbito administrativo da Receita ou do INSS quando a dívida é descoberta, e ainda assim fica impune". (art. 34)

Segundo a **Gazeta Mercantil**, procuradores apontam duas leis que favorecem a impunidade dos sonegadores em nosso País, ambas sancionadas pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. A primeira é a que acabei de citar. Se o indivíduo pagar na instância administrativa, ainda que seja um estelionatário ou um fraudador da Previdência ou de outros impostos federais, ele estará isento de ir para a esfera judicial.

Sobre a outra, peço vênia a este colendo Plenário para me alongar um pouco mais. Refiro-me à Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que "dis-

põe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências".

Informa a **Gazeta Mercantil** que essa lei veio dificultar ainda mais a punição dos sonegadores, já que, "pelo art. 83, a Receita Federal não pode informar o Ministério Público sobre os crimes de tributos já detectados." Tal falha da lei é confirmada pelo Procurador Regional da República Mário Bonsaglia, na mesma matéria jornalística.

Até 1996, nobres colegas, conforme a edição de 30 de abril daquele jornal, o Ministério Público Federal de São Paulo recebia, anualmente, entre duas mil e três mil representações da Receita Federal relativas a sonegações. A partir daí, o Ministério Público formalizava a denúncia.

Com a vigência da Lei nº 9.430, o Ministério Público, que antes era comunicado pela Receita Federal, só recebe a representação do débito fiscal ao requisitar informações de determinada pessoa. Também essa entrega da representação ao Ministério Público ficou condicionada, pela mesma lei, à conclusão do processo administrativo na Receita, o que pode se arrastar de cinco a oito anos e normalmente caduca na instância administrativa.

Alertado pela Consultoria Legislativa desta Casa, apresentei o Projeto de Lei do Senado que recebeu o nº 33, de 1997, com o firme propósito de revogar o **caput** do art. 83 da citada Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996. Apesar do parecer favorável do Relator, a proposição não chegou a ser discutida pelos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sendo então arquivada, segundo as disposições regimentais.

Atento à necessidade de que seja revogado o referido artigo, reapresentei a proposta, designada como PLS nº 72, de 1999, cuja argumentação básica passo a lhes apresentar.

O art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, dispõe que, nos crimes de sonegação fiscal, a Receita Fiscal (ou fisco estadual) somente encaminhará ao Ministério Público representação fiscal para fins penais, contendo as informações e documentos necessários à propositura da ação penal, após proferida a decisão final, na esfera administrativa, sobre a exigência fiscal do crédito correspondente.

A decisão final no processo administrativo demora, via de regra, muitos anos para ser proferida, uma vez que está sujeita a duas instâncias, podendo, em alguns casos, submeter-se a uma terceira instância. Mesmo vencido em todas as instâncias

administrativas, terá sempre o contribuinte a possibilidade de recorrer ao Judiciário, em face do princípio constitucional da inafastabilidade do acesso ao Judiciário (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal). São mais três ou quatro instâncias.

Como se vê, o contribuinte pode sempre proteger a discussão do débito e inviabilizar completamente o processo criminal, pois fatalmente ocorrerá a prescrição, seja tornando insubstancial a pena que venha a ser eventualmente aplicada, seja até mesmo impedindo o início do processo.

O citado art. 83 viola o princípio da independência entre as instâncias administrativa e penal, segundo o qual as decisões administrativas não vinculam a manifestação do juízo criminal. O dispositivo é, pois, inconstitucional, já que visa coarctar a propulsão da ação penal pública por parte do Ministério Público, impedindo-lhe, na prática, o exercício da função prevista no art. 129, inciso I, da Constituição, e, em decorrência, vedando-lhe o acesso ao Judiciário.

Argumenta-se, em prol do art. 83, com a possibilidade de o contribuinte, processado criminalmente, vir a beneficiar-se com uma decisão favorável do Fisco. Essa hipótese criaria, por certo, uma situação contraditória, em prejuízo das garantias individuais. Para hipótese, extremamente remota – não há registro de fato semelhante –, existe solução adequada na legislação vigente.

Com efeito, o Código de Processo Penal – CPP (arts. 92/94) prevê a possibilidade de o processo criminal ser suspenso enquanto é discutida, na Justiça Cível, questão que se mostre prejudicial ao julgamento penal. E, para que não ocorra a prescrição (isto é, a extinção da punibilidade do crime em face do transcurso de determinado lapso temporal, relacionado à pena máxima cominada ao delito ou à pena efetivamente aplicada), o CPP prevê também a suspensão da prescrição desses crimes. Já a Lei nº 9.430 não prevê a suspensão da prescrição.

A situação do sonegador já fora facilitada com a introdução, pela Câmara, do art. 34 do projeto de lei do Imposto de Renda da pessoa jurídica convertido na Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995.

O dispositivo permite que o sonegador se livre do processo criminal, pagando, desde logo, o débito fiscal.

O art. 83 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, foi além: o sonegador sequer precisa pagar o débito: basta contestá-lo, interminavelmente, na esfera administrativa e, depois, na judicial.

Sr. Presidente, ilustres Colegas, estava mais do que certo o nobre Senador Roberto Requião, quando disse que "a Lei nº 9.430 faz uma homenagem póstuma a PC Farias".

O Procurador Mário Bonsaglia explica-nos claramente que, com todas essas vantagens em favor do sonegador, apenas cerca de 1% de todos os crimes fiscais cometidos resultam em processo e condenação.

Perante a CPI do Sistema Financeiro, o secretário da Receita Federal afirmou que "as leis estão favorecendo os sonegadores".

A *Gazeta Mercantil*, ao analisar os fatores que impedem a utilização das provas pela CPI que investiga o sistema financeiro, afirma, sem risco de errar: "Prisões por crimes fiscais e devolução de dinheiro desviado em sonegação são raros na Justiça brasileira. Na avaliação de procuradores de Justiça, as leis sobre crimes de colarinho branco contribuem para esse desfecho".

Senhores, os que sonegam são os que, além de dever, têm condições de pagar. Há alguns anos, o Brasil vem necessitando do sacrifício da maioria da população, principalmente da classe média e dos menos favorecidos, que têm dado sua contribuição. É necessário fazer justiça também nas classes de maior poder aquisitivo.

Espero, portanto, que meus nobres Pares somem aos meus os seus esforços para que possamos eliminar da Lei nº 9.430 esse artigo tão nocivo à sociedade.

É hora de dar um basta à falta de caráter e de patriotismo da minoria gananciosa capaz de sugar o sangue do povo brasileiro.

É a contribuição que gostaria de dar, Sr. Presidente, sobretudo após a magistral exposição do secretário da Receita Federal e de ver nosso projeto de lei, que procura evitar a sonegação fiscal em nosso País, ser rejeitado. Fiz uma reapresentação. Espero receber o respaldo da Comissão competente e, posteriormente, do plenário do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Agripino) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade.

S. Ex^a dispõe de 20 minutos,

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. e Srs. Senadores, trarei hoje a este Plenário uma grande preocupação de lideranças políticas de todos os lugares por onde andei. Quero dirigir-me especialmente ao Presidente

do Senado, Senador Antonio Carlos Magalhães, ao Presidente da Câmara, Deputado Michel Temer, aos presidentes das comissões técnicas do Senado e da Câmara dos Deputados e especialmente ao presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania desta Casa.

Vou tratar da reforma política, basicamente da reeleição. Há total e absoluta incerteza em todos os lugares por onde andei a respeito das eleições do ano 2000, quando o povo brasileiro elegerá os novos prefeitos e vereadores.

Embora esteja claro na Constituição o direito à reeleição, há uma expectativa, um sentimento, uma sensação de que esse direito acabará; ou melhor, o povo pensa que não haverá reeleição. A pergunta que sempre nos fazem é: vai haver reeleição, ou não?

Creio que ficou muito claro para o povo brasileiro que o Brasil ainda não está preparado para o processo de reeleição. Ficou mais do que evidente o uso da máquina do Governo na busca da reeleição. Há no dispositivo que permite a reeleição algo absolutamente absurdo e injusto. Observem: um secretário municipal para disputar o direito de ser candidato a vereador, a vice-prefeito ou a prefeito, é obrigado a deixar o cargo seis meses antes da eleição. O irmão, o sobrinho ou a mulher do prefeito não podem ser candidatos a não ser que o prefeito renuncie ao seu cargo.

Qual é a pressuposição da necessidade de o secretário municipal em exercício, a mulher, o irmão ou o sobrinho do prefeito não poderem disputar o cargo? A pressuposição é a de que o prefeito usaria o dinheiro e a máquina da prefeitura para ajudar na eleição do seu parente ou amigo. O Secretário, por sua vez, também usaria a força do seu cargo para ajudar facilitar a sua reeleição.

Não há nada mais absurdo, mais incoerente, mais estapafúrdio do que o que existe em nossa legislação hoje. E em tudo isso existe um culpado único, que se chama Presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele é o culpado por essa loucura que existe em nossa legislação.

O Sr. Pedro Simon (PMDB-RS) – Nós também.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Nós não. Nem todos nós. O Congresso obedeceu, como é comum, às ordens do Executivo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB-RS) – V. Ex^a faz parte do Congresso. O Congresso é o Congresso.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Tudo bem, mas nem todos obedeceram. O Congres-

so obedeceu às ordens do Presidente e votou essa matéria estapafúrdia que é o processo de reeleição.

Se tivessem um mínimo de sinceridade...

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador, esse Congresso, em sua grande maioria...

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Eu peço a V. Ex^a que aguarde e eu lhe concederei o aparte.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Esse Congresso, por sua grande maioria, é solidário com o Presidente; não é submisso a Sua Excelência.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– No meu entendimento, Senador Edson Lobão, o Congresso e suas grandes lideranças negociam com o Presidente, como estamos vendo o PMDB a negociar e a dizer que não sai do Governo. Aliás, nenhum dos partidos de V. Ex^as sobrevive sem o Governo. V. Ex^as só existem e só são eleitos porque têm a máquina de governo na mão; senão, aqui não estariam.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Se V. Ex^a permitisse o debate...

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– No momento oportuno, darei o aparte a V. Ex^a.

O que há de mais absurdo é a forma como o Presidente Fernando Henrique garantiu a sua reeleição. O ministro, para que seja candidato, tem de deixar o cargo; Sua Excelência pode ser candidato no exercício do cargo. Se houvesse um mínimo de sinceridade, se fossem honestos, diriam que todos podem. Se o maior pode, o menor pode também. Se o presidente pode ficar no cargo e ser candidato, por que o ministro não pode?

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Em seguida, darei o aparte a V. Ex^a.

Por que a mulher do presidente não pode ser candidata, por que o filho do presidente não pode, se ele, que é o presidente, pode? Por que o secretário do prefeito tem de deixar o cargo, se o prefeito não precisa fazer isso? Essas coisas só existem num país como o nosso. Nunca vi na história do mundo uma loucura como essa que existe em nossa legislação.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – O culpado é o Congresso, Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Senador Pedro Simon, eu entendo. V. Ex^a, homem de tantas lutas, político vivido, sabe, melhor do que eu, como funciona o nosso Congresso.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Em primeiro lugar, devo dar o aparte ao Senador Edison Lobão, em seguida, eu o darei a V. Ex^a.

Antes, contudo, de conceder o aparte ao Senador Edison Lobão, quero dizer o seguinte: precisamos nos definir. Daí o meu apelo ao Senador Antonio Carlos Magalhães, Presidente desta Casa, ao Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados, bem como aos Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara, a fim de que apressem essas definições, pois essas questões não podem continuar dessa maneira. Se a reeleição deve ser mantida, que seja liberalizada para todos, e não apenas para o Prefeito que está no exercício do cargo. Se, ao contrário, deve ser abolida, que se defina logo isso.

Há 12 propostas de emenda à Constituição tramitando no Congresso, sugerindo o fim da reeleição de Governadores e de Prefeitos, o que seria algo muito importante para o nosso País; mas, sobre elas, não há manifestação deste Congresso, ficando a população inteira na expectativa, sem saber o que vai acontecer.

Além disso e ainda que os 23 Governadores da gestão passada não fossem os melhores, no entanto, sabe-se que, dentre os que disputaram a reeleição, 17 se reelegeram; apenas 6 perderam a eleição – e não era um momento de muito boa situação para o povo brasileiro. Reelegeram-se porque tiveram a máquina a seu favor. Quem se vale da reeleição trabalha a seu favor com todo o funcionalismo dos cargos de confiança, com todo o segmento empresarial, com os meios de comunicação, que, seja no âmbito federal ou estadual, são sustentados pelo Governo, e, acima de tudo, com os institutos de pesquisa, clientes permanentes dos atuais Governos. É preciso haver uma catástrofe; é preciso ser péssimo; é preciso ser horrível para não conseguir uma reeleição. É preciso haver um processo de perseguição; enfim, algo é preciso.

Então, o Congresso Nacional tem que se definir sobre o tema.

Há, além disso, três propostas em tramitação admitindo a continuidade do processo de reeleição para os Prefeitos, Governadores e o Presidente, antes, porém, exigindo a renúncia do cargo dentro de um determinado prazo antes do pleito. Há propostas que contemplam um prazo de seis meses; há outras, de quatro meses; e, ainda outras, de três meses. Estão tramitando no Congresso Nacional, mas não vão

para frente, não andam, e a população aguarda uma definição de nossa parte sobre isso: primeiro, se haverá ou não reeleição, se haverá mudança quanto ao instituto da reeleição; segundo, se, persistindo o processo de reeleição, o Prefeito terá que renunciar ao cargo para disputar a reeleição.

Então, Sr. Presidente, temos que nos definir. Não é possível deixarmos a população nessa expectativa. O Congresso tem que se pronunciar sobre a matéria, razão pela qual faço esse apelo neste momento.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Gostaria de falar sobre toda a reforma partidária, tecer considerações sobre voto distrital, sobre voto facultativo, enfim, sobre todas as questões da reforma; porém, concedo, com alegria, o aparte ao Senador Edison Lobão.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – V. Ex^a está trazendo a esta Casa uma questão que nos preocupa a todos: o problema da reforma político-partidária naquilo que ela tem de mais importante, realmente, e a respeito do que urge uma definição de parte do Congresso ainda neste ano, de preferência, em boa parte, no primeiro semestre. Não estou longe de ter as mesmas preocupações de V. Ex^a. Porém, para tratarmos dessa questão, V. Ex^a não precisa ser agressivo com seus companheiros. V. Ex^a tenta desqualificar as Lideranças do PFL e do PMDB nesta Casa, começando por dizer que, sem estarmos – nós, que apoiamos o Governo – agregados a ele, não estariamos aqui, não nos elegeríamos ou não nos reelegeríamos. Quero lhe dizer que o primeiro nome citado por V. Ex^a, o do Presidente do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães, não precisa, nunca precisou, de Governos para se eleger. Jamais precisou.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Sempre esteve ao lado deles.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Nunca precisou de qualquer Governo para se eleger.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Não; exatamente a todos os Governos.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Esteve solidário àquele que, no final, caiu em desgraça.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Se V. Ex^as me permitem, devo dizer que isso não é verdade. No Governo do Presidente Itamar Franco, S. Ex^a era da oposição.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Um curto mandato.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Bem recebida pelo Presidente Itamar Franco, diga-se de passagem.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Pois bem; quanto a mim, posso dizer que, embora tenha tido um Presidente da República, o Sr. Fernando Collor de Mello, contra a minha candidatura a Governador, inclusive enviando Ministros de Estado para fazer campanha para outro candidato, ganhei a eleição brilhantemente. Aliás, nas cinco eleições que disputei – e não sei se o mesmo ocorreu com V. Ex^a; espero que sim –, duas para Deputado Federal, duas para Senador e uma para Governador, fui o mais votado do Estado. Portanto, não preciso de Governos para me eleger e não devo nada a este Governo, que apóio. Reitero publicamente: apóio sem lhe dever nada. Penso mesmo que o Senador Pedro Simon também não precisa de Governos para se eleger, bem como o Líder de S. Ex^a, Senador Jader Barbalho, que representa o PMDB nesta Casa. Então, V. Ex^a está sendo extremamente injusto embora venha tratar aqui de uma questão com a qual todos nós estamos preocupados. A meu ver, o tema é importante, e estaríamos, quem sabe, dispostos até a colaborar com V. Ex^a se não fôssemos, desde logo, objeto das agressões desnecessárias de um parlamentar educado como é V. Ex^a.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Muito obrigado Senador; contudo, foi V. Ex^a quem fez a provocação.

Eu estava mostrando a incoerência das nossas leis e mostrando que o Presidente Fernando Henrique é responsável por essa incoerência. O Senador Pedro Simon disse que o Congresso é responsável. Então, aqueles que votaram nesse tipo de loucura legislativa que estamos vendo é que são os responsáveis. Votei contra, então, não sou responsável. Faço parte deste Congresso, integro-o e respeito a decisão da maioria, mas não votei a favor dessa legislação eleitoral que temos hoje.

Por outro lado, com relação a ser governo, realmente há pessoas que têm dificuldades. Por que o PMDB teve todo esse problema de ser ou não parte da base de sustentação do governo durante tanto tempo? A maioria do PMDB, evidentemente, necessita dos cargos do governo; grande parte dos nossos políticos precisa dos cargos de governo para sobreviverem politicamente, comandando órgãos de desenvolvimento, bancos, DNER, enfim; para comandarem todas as outras estruturas, porque não

fazem política sem isso. Utilizam-se da contratação de empreiteiras, definindo quem ganha concorrências de determinadas obras, etc. É esta a nossa realidade, à qual não podemos fugir. Se o Governo é assim, não posso dizer que não é.

Não quis, em nenhum momento, nem pretendo – V. Ex^a me conhece muito bem – ser agressivo. Agora, sou realista sobre a questão. O PMDB, hoje, não pode sair do Governo, porque, se sair, acaba. Esta é uma realidade que ninguém pode desconhecer. Isso também se verifica em relação a outros Partidos que também estão no Governo.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Ouço, agora, o Senador Pedro Simon.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Senador Ademir Andrade, como o Senador Iris Rezende já levantou seu microfone para solicitar um aparte, deixo a questão da provocação de V. Ex^a ao PMDB para que S. Ex^a responda, até porque o Senador Iris Rezende tem mais condições de fazê-lo, pois está mais por dentro do Partido que eu, ultimamente, que não me integro totalmente à filosofia do PMDB. Todavia, quero dizer a V. Ex^a que quis argumentar no sentido de que não podemos cometer injustiças; temos de ser sinceros conosco mesmos. A reeleição para Presidente da República é culpa do Presidente, responsabilidade do Presidente; foi um erro brutal do Presidente. Sua Excelência não podia, não devia admitir a reeleição, inclusive porque tinha um compromisso. Quando da revisão da Constituição – Presidente da República, o Sr. Itamar Franco; eu era Líder do Governo e Sua Excelência, Ministro –, reunimos a cúpula do Governo, que adotou uma posição contrária à reeleição. Eu, como Líder do Governo, disse: "No Governo Itamar, somos contra a reeleição". E Itamar podia ser candidato. A reeleição para Presidente, mesmo assim, não passou por meia dúzia de votos, sendo, como fomos, contra. Assim, responsável pela reeleição para a Presidência da República: Presidente Fernando Henrique; culpado: Presidente Fernando Henrique. Agora, aquilo para o que V. Ex^a chama atenção – e é verdade –, realmente é de se indagar: como o Governador é candidato à reeleição, não precisando renunciar, e o Secretário precisa renunciar? Como o Prefeito é candidato à reeleição, sendo que não precisa renunciar, e o Secretário precisa renunciar? Culpa do Presidente? Não. Culpa nossa. Os Secretários de Estado precisam renunciar porque os Parlamentares não quiseram que eles fossem candidatos; porque seriam candidatos muito for-

tes contra nós – Senadores e Deputados. Foi votação em causa própria, aqui, no Congresso. Não houve pressão, não houve coação, não houve nada da parte do Presidente da República. Aqui no Congresso, os Parlamentares não admitiam que Secretário de Estado fosse candidato a Deputado Estadual, que Ministro fosse candidato a Deputado Estadual, a Deputado Federal, a Senador, ficando no cargo. Aí, vamos ser justos, eu votei contra tudo, V. Ex^a votou contra tudo. Na reeleição para Presidente da República, o Congresso, culpado e responsável, pressionou o Presidente da República. Mas V. Ex^a está colocando em jogo: como o Presidente é candidato à Presidência da República, pode ficar e o Ministro tem que sair? Como é o Governador é candidato à reeleição, pode ficar e o seu Secretário tem que sair? Como é que o Prefeito é candidato à reeleição, pode ficar e o seu Secretário tem que sair? Quem é o culpado disso? Eu respondo: Deputados Federais e Senadores. Votaram isso, colocaram na lei esse absurdo que V. Ex^a está salientando, com medo da concorrência. Porque Ministro é candidato muito forte a Deputado, ainda mais ficando no cargo; porque Secretário Municipal, principalmente das grandes prefeituras, é candidato muito forte, ficando no cargo. Então, vamos assumir a responsabilidade. O Congresso e não o Presidente da República foi responsável por isso que está acontecendo.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Concordo com V. Ex^a, Senador Pedro Simon. Penso que o Presidente tem sua culpa, o Congresso também, mas esse erro não pode continuar. Se quisermos ser sinceros com o povo brasileiro, ou tem reeleição para todos sem ninguém sair do cargo, ou se acaba com a reeleição. O que não é possível é essa excrescência na nossa legislação. O povo está nos assistindo, não é possível continuar. O que estou pedindo aqui é, pelo menos, o direito de discutir a matéria. Isso depende basicamente do nosso Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, depende do Presidente do Senado, depende do Presidente da Câmara fazer com que essas matérias tramitem dentro do tempo hábil. Está aqui o Senador José Agripino, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a quem apelo diretamente, porque o Congresso tem o direito de discutir essas matérias. Espero que sejam colocadas em pauta, para que possamos decidir sobre elas, e, seja qual for a decisão, que efetivamente haja uma posição.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA)

– Ouço V. Ex^a com prazer. Em seguida, concederei um aparte à Senadora Heloisa Helena e, por fim, ao Senador Luiz Otávio. Só pediria brevidade, considerando que o meu tempo já está praticamente esgotado.

O Sr. Iris Rezende (PMDB – GO) – Agradeço

a V. Ex^a pela concessão do aparte, dizendo inicialmente que o pronunciamento que faz nesta tarde é por demais oportuno. Entendo que o Congresso, sobretudo o Senado Federal, precisa preocupar-se com a legislação eleitoral e com as questões políticas, uma vez que, ao longo dos anos, principalmente pela legislação existente, a classe política não se encontra bem situada junto à opinião pública. Temos observado que, às vésperas de eleições, quando faltam de 10 a 15 dias para o encerramento de discussão e votação de lei que regulamentará aquele pleito, o Congresso, apressadamente, vota a lei que irá reger aquela eleição. Assim tem sido: leis imperfeitas, leis que colocam muitas vezes os candidatos numa situação desconfortável e, ao final, a classe política vai-se situando cada vez pior. Sou favorável a que busquemos uma lei definitiva, uma legislação de cujas regras o povo tome conhecimento antecipadamente, sobretudo quem se dispõe a enfrentar uma eleição. No entanto, não podemos, em hipótese alguma, atirar a culpa em quem quer que seja, nesse ou naquele partido, ou no Presidente da República. Todos temos a nossa parcela de culpa. Por isso é que louvo a posição de V. Ex^a, assumindo a tribuna e advertindo os poderes constituídos para essa realidade. O que não posso concordar, em hipótese alguma, é que se atire sobre o PMDB e o PFL, Partidos que dão sustentação ao Governo, uma responsabilidade total, porque, numa questão como essa, V. Ex^a bem sabe que a minoria, a Oposição, tem sido ouvida, indiscutivelmente. Aqui não se votou nada que pudesse agredir a Oposição no Congresso Nacional, pelo menos não senti isso. Por isso tenho o dever, neste momento, de me insurgir quando V. Ex^a agride o PMDB. O meu PMDB não merece essa observação por parte de V. Ex^a, até porque é um Partido que nasceu do sentimento de um povo em oposição à situação político-administrativa do País àquela época. Não foram para o PMDB os fisiológicos, mas os corajosos, os patriotas. Do MDB surgiram tantos partidos e foi como uma seara de líderes a compor o quadro que há atualmente. Não aceito em hipótese alguma a insinuação de V. Ex^a de que o PMDB não vive sem Governo. Fui candidato a prefeito em 1965, como candidato de oposição à di-

tadura e venci as eleições. Cassado, em 1982 fui candidato ao Governo de Goiás, candidato de oposição ao Governo estadual e ao federal, que era o Presidente da Arena. Em 1990, voltei como candidato ao Governo de Goiás, enfrentando o Governo Federal que, à época, era o Presidente Fernando Collor, que tinha o seu candidato em Goiás, foi o coordenador de sua campanha no Estado. Embora fosse um candidato eleito pelo meu partido, rompi com ele dez meses antes das eleições, dispensando o seu voto e o seu apoio. De forma que me acostumei e estou calejado de disputar eleição e fazer oposição. Não seria isso. Hoje, quando dou meu apoio ao Presidente Fernando Henrique e o faço por um sentimento pessoal de que estou ajudando meu País, de que estou contribuindo para o futuro do Brasil, e nunca por interesses fisiológicos. Nunca! Eu disse, há poucos dias, numa entrevista: se tenho, como Líder em Goiás, indicado nomes para essa ou para aquela posição aqui no Governo Federal, o faço entendendo que estou contribuindo, mas nunca por buscar nessas posições interesses outros. De forma que quero que V. Ex^a compreenda que nem todos agem por interesse pessoal. É possível que num Partido da dimensão do PMDB, num Partido da dimensão do PFL, tenha esse ou aquele que pratique política por interesses pessoais, mas é preciso que se respeite o sentimento da maioria que pratica política por ideal, como V. Ex^a. Idealismo não é privilégio desse ou daquele. Eu acho que deve ser um sentimento a pairar no subconsciente de todos aqueles que praticam a política. Muito obrigado por ter-me concedido este aparte.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio. Fazendo soar a campainha.) – Nobre Senador Ademir Andrade, a Mesa quer advertir a V. Ex^a que o seu tempo já está esgotado há cinco minutos. Existem, ainda, vários oradores inscritos. A Presidência gostaria de atender a todos os Srs. Senadores. Peço, portanto, aos aparteantes que sejam o mais breve possível.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB – PA) – Para dar tempo aos aparteantes, ouvirei logo e farei as considerações finais.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT – AL) – Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Concedo o aparte à Senadora Heloisa Helena.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT-AL) – Senador Ademir Andrade, eu quero saudar o corajoso pronunciamento de V. Ex^a. A questão da legislação eleitoral é, sem dúvida, fundamental. Logo no início

dos nossos mandatos, eu tive a oportunidade de escutar um pronunciamento extremamente importante do Senador Pedro Simon, até exigindo da Casa a rapidez necessária para aprovar uma legislação com o mínimo de condições de permanecer por algum tempo. E não uma legislação que possa ser modificada, uma legislação cuja mobilidade é estabelecida pelas aspirações financeiras, eleitorais, pessoais de quem está no poder. Essa legislação volúvel é desastrosa para a democracia. Qualquer pessoa de bom senso neste País, quando faz o balanço do processo eleitoral e da reeleição, tem que concordar com o pronunciamento de V. Ex^a: corrupção, manipulação da máquina administrativa, fragilidade das instituições federais e estaduais, que não foram independentes o suficiente para fiscalizar a utilização da máquina administrativa. Consolida-se, assim, o personalismo, porque cria-se, na população de uma forma geral, a idéia de que a única possibilidade de garantir a continuidade administrativa é a permanência da mesma pessoa no poder. Portanto, o personalismo político é algo deplorável na política. E o Senado Federal, o Congresso Nacional, fica numa situação muito difícil. Por quê? Porque os prefeitos, hoje, cobram de todos os Senadores e Deputados Federais que votaram favoravelmente: "Ora, os senhores permitiram a reeleição do presidente da República, os senhores permitiram a reeleição dos governadores; os senhores não questionaram a honra, a honestidade dos que quiseram a reeleição, por que vão questionar agora os prefeitos?" Como existe muita disputa política entre os atuais prefeitos e os seus vices, eles também não querem o afastamento. Sei que o tempo que me é destinado não permite que eu continue. Os meus dois minutos já se esgotaram, e o Presidente Geraldo Melo está sinalizando com a campainha. Muitos nesta Casa reconhecem o erro cometido, porque nada melhor do que a realidade para nos fazer questionar nossas posições políticas. Por isso apelo para que tentemos dar uma satisfação à sociedade, aprovando uma legislação que não seja volúvel para atender as conveniências de quem está no poder, mas uma legislação aperfeiçoada gradativamente à luz da realidade objetiva. Parabéns, Senador, pelo corajoso pronunciamento que faz.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Muito obrigado, Senadora Heloisa Helena.

O Sr. Luiz Otávio (PPB-PA) – Senador Ademir Andrade, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Luiz Otávio (PPB-PA) – Nobre Senador Ademir Andrade, o seu pronunciamento tem o mérito de trazer o tema à discussão. Pouco tenho a acrescentar, haja vista a manifestação de vários Senadores que abordaram, com muita propriedade, o assunto. Quando diz que muitos não estariam presentes aqui, se não tivessem contado com o apoio oficial dos governos de seus Estados, V. Ex^a agride, como disse o Senador Edison Lobão, alguns Senadores, e eu me senti nessa posição. Gostaria apenas de lembrar que V. Ex^a foi o candidato oficial da Prefeitura de Belém. Então, se eu e outros Senadores fomos apoiados pela máquina, como V. Ex^a afirma, do governo estadual – e eu tive a honra de ser companheiro de chapa do Governador Almir Gabriel –, V. Ex^a foi o candidato oficial da Prefeitura de Belém. Se V. Ex^a não contou com a unanimidade de seus Pares, esse é um problema sobre o qual não posso me manifestar nem emitir opinião.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Olha, Senador Luiz Otávio, nunca vi um candidato a Governador ser candidato oficial de uma prefeitura. É a primeira vez que ouço isso.

Fui candidato a Governador do Estado, apoiado pelo PT, PCdoB e PCB. Contei com o apoio político do Prefeito de Belém, mas nunca tive a máquina da prefeitura à minha disposição, absolutamente nenhuma.

O Sr. Luiz Otávio (PPB-PA) – Depende do que V. Ex^a interpreta como máquina. Se os funcionários da prefeitura, se os veículos da prefeitura, se a mídia da prefeitura e se os meios de chegar ao interior não são a máquina, V. Ex^a, então, não foi candidato. Como V. Ex^a foi candidato? Sozinho? V. Ex^a foi candidato de uma chapa do candidato a Prefeito de Belém. O fato de ser do Partido dos Trabalhadores não tira nem um pouco do mérito do Partido dos Trabalhadores, que tem o poder e a condição de apresentar seus candidatos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Ouço V. Ex^a, mas V. Ex^a está trazendo um problema local, que não tem muito a ver.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Ademir Andrade, V. Ex^a já ultrapassou dez minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Já vou encerrar, Sr. Presidente.

Desconheço que o PT, na sua condução política, ao longo da sua existência, um Partido que cresce permanentemente, tenha em algum momento se utilizado da máquina pública para o processo eleitoral. Pelo que sei, o PT foi contra a reeleição até pela

possibilidade de uso da máquina administrativa. Não há nenhuma notícia no Pará de que a prefeitura tenha utilizado qualquer coisa em benefício da minha campanha ao Governo do Estado.

A Sr^a Heloisa Helena (Bloco/PT-AL) – Até porque, se tivesse feito isso, teriam que abrir uma comissão parlamentar de inquérito para investigar. Se não o Senador seria cúmplice direto de uma aberração dessas.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Ademir Andrade.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco/PSB-PA) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

O tema que queria abordar, na verdade, era a reforma política como um todo. Há pontos que eu gostaria de discutir com detalhes neste debate. É um tema muito polêmico e muito questionado. Fui de certa forma provocado pelo Senador Edison Lobão. Ninguém pode tocar no Presidente Fernando Henrique, ainda que fale a verdade, que S. Ex^a fica doido para defender o Presidente. Assim começou esta discussão.

Encerro, Sr. Presidente, pedindo ao Senador José Agripino, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, a V. Ex^a, dirigindo-me naturalmente ao Senador Antonio Carlos Magalhães e ao Deputado Michel Temer, que apresentem o debate das matérias em pauta sobre reforma política. A grande questão colocada pelo povo é: haverá reeleição? O prefeito permanece no exercício do cargo até o dia da eleição ou deixa o cargo para disputar a eleição? Precisamos definir esse assunto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ AGRIPIINO (PFL-RN) – Já responderei a V. Ex^a, Senador.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. José Agripino, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr.^as e Srs. Senadores, agora estou um pouco perdido. Foram tantos os assuntos tratados aqui que não sei como começar. Ainda, para azar meu, está V. Ex^a na Presidência. Fora outro, eu teria

mais tranqüilidade para desenvolver meu raciocínio, porque teria o tempo necessário.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a não tem, nesta Casa, ninguém que aprecie mais ouvi-lo do que eu.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vim aqui com o pronunciamento pronto, que não vou ler. Vou deixá-lo para outra ocasião, para fazer uma felicitação ao Governo. Eu trouxe o pronunciamento escrito, da maior importância, mas não vou fazê-lo agora porque não seria lógico fazê-lo em meio a outros assuntos. Virei a esta tribuna novamente felicitar o Governo por reabrir o processo do Rio Centro. Dou nota dez ao Presidente, às Forças Armadas, ao Brasil e ao jornal **O Globo**. Na verdade, estamos diante de uma atitude corajosa, digna, real. Sobre essa matéria, voltarei à tribuna para falar de minúcias importantes.

Sobre o assunto aqui tratado pelo meu amigo Senador Ademir Andrade, faço questão de salientar que não podemos, simplesmente, a toda hora, afirmar que a culpa é do Presidente.

No episódio da reeleição, a culpa foi do Presidente. O Senhor Fernando Henrique Cardoso realmente não poderia mandar a reeleição a esta Casa. Sua Excelência fazia parte do Governo Itamar e, no Governo Itamar, foi discutida a reeleição em momento próprio, qual seja, a revisão da Carta Constitucional. Naquele momento, o Governo tomou uma posição contrária, como foi contrário na Constituinte.

Eu era Governador de Estado e podia tentar fazer com que minha Bancada votasse pela reeleição: estaria votando em causa própria. Fui contra a reeleição. Fomos contra a reeleição, e a matéria não passou na Constituinte.

Na revisão, era Presidente o Sr. Itamar Franco. Assim como apoiou e conseguiu fazer seu candidato, Fernando Henrique Cardoso, Presidente, poderia ter sido candidato à reeleição e ter ganho. Fernando Henrique, Ministro da Fazenda, foi contra a reeleição. De repente, a reeleição apareceu aqui não sei como. Votou-se a reeleição por pressão estranha do Presidente da República.

Mas aí vem o Senador Ademir Andrade, e é o caso mais sério que ele menciona, e ele não está discutindo, colocando em jogo a reeleição. Ele está discutindo por que o Presidente, o governador, o prefeito podem ser candidatos sem deixar o cargo. Há reeleição. E por que um ministro, um secretário de Estado, um secretário de prefeitura tem que deixar o cargo para ser candidato?

Senador Ademir Andrade, a culpa não é do Presidente, não é do PMDB, do PSDB, do PFL; a culpa é do Congresso, que não quer secretários estaduais como candidatos, porque um secretário é um candidato muito forte, e ficando na secretaria, é mais forte ainda. Aí ele está tirando a vaga de um deputado. Não quer o ministro como candidato a deputado, a senador, no cargo porque ele, como ministro, é um candidato muito forte. E não quer um secretário de prefeitura, principalmente das grandes prefeituras, Porto Alegre, São Paulo, Belo Horizonte, porque é um candidato muito forte se permanecer no cargo.

Foi o Congresso que votou contra. Isso que ele chama de absurdo foi o Congresso que votou. O Fernando Henrique não tem nada com isso; fomos nós que fizemos isso. Também votei contra. Agora, pelo fato de ter votado contra não quer dizer que não sou co-responsável se faço parte deste Congresso. Seria muito fácil dizer que sou o que sou, o que não sou eu é contra o Congresso. Então o Congresso é isto e aquilo. Não! O Congresso somos nós todos quando acertamos e nós todos quando erramos. Vamos ser sinceros. O Congresso não deixou ficar no cargo candidatos a parlamentar, ou seja, secretários, ministros ou secretários de prefeituras.

Penso que isto está certo: o ministro no cargo não deve ser candidato, secretário estadual ou municipal não deve ser candidato permanecendo no cargo, mas penso também que o Presidente da República e governador não poderiam continuar no cargo. E sobre isso ninguém falou. Porque, na hora, fui contra a reeleição, você foi contra a reeleição e, se tivesse de haver reeleição, eu entendia que o Presidente deveria afastar-se. Não passou. Agora, por que se permitiu que o Presidente permanecesse? Por que se mandou que os secretários saíssem? Porque os Deputados e Senadores não quiseram, porque os Deputados e Senadores não são candidatos... É muito pouco ser candidato a Presidente da República e a Deputado... ou a Governador. São apenas 26. Agora, para Deputado, são 513 e para Senador são 81. Então os Deputados e Senadores votaram em causa própria. É isso o que o meu amigo Ademir tem de reconhecer, tem de entender. Não teve nada a ver.

O erro original, digamos assim, foi do Presidente Fernando Henrique, que cometeu o grande erro da sua vida, na vaidade de se candidatar à reeleição. Está vendo aí os resultados: se ele não fosse candidato à reeleição, o último ano do seu Governo teria sido um Governo mais afirmativo e ele não teria o desgaste que teve para bancar a reeleição, teria

feito as reformas necessárias, política e tributária, e hoje seria um grande estadista. Quis ficar e hoje está pagando o preço.

Esse foi um assunto. O segundo foi tratado nesta sessão pelo Senador Jefferson Péres. Ora, Sr. Presidente, esse assunto é sério demais. A entrevista do Sr. Delegado Chelotti confesso que me surpreendeu, fiquei chocado. Conheço S. Ex^a, admiro S. Ex^a, quando ele foi chefe de polícia, desde a época do Ministro Jobim, tenho-o no mais alto conceito. Ele causou uma confusão na polícia que não consigo entender. Na verdade, na verdade, o que aconteceu ali merece uma resposta.

Primeiro, o Sr. Vicente Chelotti não podia ter dado aquela entrevista ao **Jornal do Brasil**. É estranho que uma pessoa, com a responsabilidade dele, dê aquela entrevista. O fato de eu considerar estranho e entender que ele não deveria ter dado aquela entrevista não significa que eu não deva analisar o que ele disse. O que ele falou é muito sério! É muito sério quando ele diz que, à época que estava na chefia da Polícia Federal, processos que envolviam determinadas pessoas, ministros ou autoridades não podiam ir adiante. É muito sério! As pressões que ele diz ter sofrido na condução da chefia da Polícia são muito sérias, Sr. Presidente!

Não foi a Oposição, não foi ninguém que criou o problema. Ninguém foi pedir ao Sr. Vicente Chelotti que desse aquela entrevista, mas ela é da maior seriedade e merece resposta.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, estou com o Governador Mário Covas. Não há como não se investigar o que está sendo dito a respeito desse novo Chefe de Polícia. O Governador Mário Covas tem razão – é isso o que o caracteriza, por isso sou sempre seu admirador. Ele pode estar na linha do Governo ou da Oposição, mas tem uma série de princípios da qual não abre mão.

Perdoem-me, mas o Sr. Chefe da Casa Militar, que tem um órgão a sua disposição, não saber... Eu quero saber se o Presidente da República Fernando Henrique sabia ou não que havia esse fato envolvendo esse cidadão. Duvido que sabia. Entre outras coisas, o Presidente Fernando Henrique é uma pessoa competente. Para bobo Sua Excelência não serve. Não ia colocar, numa hora tão confusa como esta, na chefia da Polícia, um cidadão com uma biografia – digamos – discutível. E, se Sua Excelência não sabia do fato, alguém é responsável. O Presidente da República não é obrigado a saber da biografia das pessoas que lhe são apresentadas para diversos cargos. Querer imaginar que o Presidente

da República tem obrigação de saber disso é ridículo! Qualquer um de nós que estivesse sentado naquela cadeira também não saberia. Por isso há uma equipe montada. E a chefia da Casa Militar montou um outro instrumento exatamente para orientar o Presidente da República nesse sentido. E não se diga que foi precipitação! O Ministro da Justiça levou ao Presidente da República um nome que, interinamente, foi conduzido à Polícia Federal e, ao que me consta, ia bem. Não conheço esse cidadão, que era chefe de Polícia. Nunca falei com ele. Não conheço sua biografia. Não sei nada sobre ele. Só sei que foi indicado um cidadão e que as coisas estavam indo muito bem.

O nome ficou na mesa do Presidente por cinquenta dias. Cinquenta dias! E alguém deve ter levado o nome desse indicado ao Presidente da República. E alguém deve ter tomado conhecimento da vida desse cidadão. Esse alguém que levou o nome ao Presidente da República ou deve ter-se dirigido a Sua Excelência, dizendo: "Sr. Presidente, entregolhe o nome do senhor fulano de tal", que lhe deve ter indagado: "Quem é este cidadão? Quem é este alguém para quem me vou virar? É para o meu chefe da Casa Militar? Diga-me: Quem é esse cidadão?" A resposta deve ter sido: "É um homem de bem, um homem sério. Não tenho nada contra ele".

Sabia o Sr. Fernando Henrique das acusações que pesam contra Sua Excelência? Duvido que sabia. Duvido que sabia! E, se não sabia, alguém era responsável. Alguém colocou o Presidente da República nesse constrangimento e não tinha o direito de colocar! Essa é a questão. O resto não tem importância. Fui Governador do Estado, o chefe de polícia estadual escolhemos eu e meu secretário de justiça, ninguém mais ficou sabendo, nem mesmo do Governo. Imaginem o chefe da Polícia Federal! Quem decide é evidente que é o Presidente. Erraram Ministros e Lideranças, inclusive Presidentes de Poderes que deram palpites onde não deveriam ter dado. Ali não é um problema de partido. Quem decide é o Presidente e, publicamente, Sua Excelência só pode ouvir uma pessoa, que é o Ministro da Justiça, porque Sua Excelência escolherá um cargo subordinado ao Ministro da Justiça. O que acontece? O Ministro da Justiça leva um nome ao Presidente, interinamente assume esse nome. As coisas vão muito bem. Cinquenta, sessenta dias depois, aparece esse Chelotti: não pode ser PMDB, tem que ser fulano, não pode ser esse, não pode ser aquele, isso já é passado, mas, de repente, aparece um nome que está indicado. O Presidente indicou está indicado. O

Presidente do PMDB diz: "O Presidente indicou, está indicado. Não se fala mais."

Então aparece um ex-padre e dá uma declaração de que ele era torturador, participou de torturas. Não sei o que é, sei que é muito sério. Volto a dizer, concordo com Mário Covas: tem que ser investigado, deve sair uma nota oficial dizendo o que é verdade, o que é mentira, o que houve e o que não houve. Esse assunto é delicado demais e se o senhor Presidente da República colocar uma pedra em cima e deixar para lá, cometerá um equívoco, porque é algo que não vai parar.

Como disse o nobre Senador carioca aqui desta tribuna, ninguém pode colocar em dúvida direitos humanos neste Governo, principalmente contra o Sr. Fernando Henrique Cardoso. É evidente que sim. Não passa pela cabeça de ninguém – tem razão o Senador Artur da Távola – que Fernando Henrique Cardoso seja um Presidente da República que mancharia sua biografia numa tese como essa. Tanto que estou dizendo: duvido que o Senhor Fernando Henrique soubesse que havia uma vírgula com relação a participação em tortura no homem que ele indicou. Erro grave, muito grave é do seu assessor, que deixou o Presidente ser exposto a uma situação destas, de o Governador do maior Estado, seu maior amigo e aliado, Mário Covas, dizer: "Tem que ser apurado". Esse é o problema.

O Sr. Chelotti deu uma entrevista de uma página inteira ao **Jornal do Brasil**. Errou? Na minha opinião, errou; não deveria ter falado. Mas o que ele diz é muito sério. Não é como diz o Senador Artur da Távola, respondendo ao ilustre Senador do Pará: "V. Ex^a é solidário com o que disse o Chelotti?". Ninguém é solidário. Mas isso não significa que o que disse o Delegado Chelotti não seja muito sério. É muito sério. E o Delegado é um homem muito competente, muito responsável, um homem sobre o qual não pesa absolutamente nada em relação a sua dignidade e a sua seriedade – isso eu acompanhei pessoalmente. Entretanto, vindo ele com uma declaração como essa, pesada, grave, ela tem que ter resposta.

Ele está dizendo que a Polícia Federal não vai obedecer a esse Chefe de Polícia. Pelo amor de Deus, se o Sr. Chelotti já está dizendo que não vão obedecer, estamos assistindo a quê? E não vão obedecer porque seria um homem que estaria ligado à tortura. Isso tem que ter resposta.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB-RO) – V. Ex^a me concedeu um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Pois não, Senador.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB-RO) – Senador Pedro Simon, na época da Revolução, houve torturas e mortes. Muita gente foi absolvida. Será que se questiona se esse delegado torturou por vontade própria ou se por ordem de alguém? E será que esse alguém foi punido? Ou agora vão buscar as mortes todas que houve desde o episódio do Rio Centro, naquela época em que diziam as pessoas que faziam aquilo pela Pátria? Será que é o momento de fazer essa revisão do passado, inclusive passando por esse Delegado de Polícia, ora acusado de torturas ora de ser torturador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS) – A pergunta de V. Ex^a é muito importante. Fui daqueles, Sr. Presidente, que nesta tribuna, junto com Teotônio Vilela, um dos primeiros a defender a Lei da Anistia. E andamos pelo Brasil afora defendendo a anistia. Penso que a anistia é para valer. E o Brasil foi dos países do mundo – graças a Deus – que passou por muita violência, mas saiu com muita serenidade e com muita dignidade, sem ódios e sem rancores, pelo menos que levassem a explosões, como aconteceram em outros países. Mas daí, meu querido Senador, a indicar alguém que tem participação na tortura como Chefe de Polícia há uma diferença muito grande. Buscar na vida desse Delegado o que fez e o que não fez não é questão a ser discutida. Agora me perdoe V. Ex^a de repente vem um cidadão desses, é indicado para a Chefia de Polícia e se diz que ele foi torturador. Aí é diferente, aí se tem que analisar, porque o Chefe de Polícia tem de ter um passado que lhe dê respeito. Essa é a questão. Não é uma lei da **vendetta**, não é o negócio de não esquecer. Tanto que ele estava esquecido. Foi de má vontade o cidadão que foi se lembrar do nome dele pela metade, que não se lembrou do nome dele completamente.

Sr. Presidente, ainda gostaria de tratar de outro tema. Na sexta-feira, meio abruptamente, passei pelo Senado e, estando na sala do café, acabei pedindo emprestado a um dos nossos colegas que servem cafêzinho uma gravata e um paletó, para que eu pudesse entrar em plenário e fazer um aparte ao pronunciamento do meu amigo, Senador Jefferson Péres. Foi sobre esse assunto que eu tinha me comprometido de voltar a falar desta tribuna: o problema da Iugoslávia e da OTAN. E se há uma pessoa a quem admiro, por quem tenho carinho e respeito total é o Senador Jefferson Péres, pelo seu caráter, pela sua dignidade, pela sua postura. É um homem

que tem uma linha reta, e a reta dele é reta mesmo, não tem desvios, o que admiro muito. Pode bater contra quem for; mas o que acha que deve ser S. Ex^a defende com a maior dignidade e com a maior seriedade.

Entendo a posição do Senador Jefferson Péres. Pelo amor de Deus, o que estava acontecendo na Iugoslávia, num final de milênio, é algo impossível! O mais grave é que estamos vendo pela televisão o que está acontecendo ali. Agora, as imagens chegam a nossa casa. No tempo de Hitler e do nazismo, ouvíamos falar delas. É diferente agora, sob esse ângulo, com o mundo realmente globalizado, estamos assistindo pela televisão às bombas explodirem. Estamos vendo ao vivo as coisas acontecerem.

O que está ocorrendo ali é um absurdo, é inconcebível. É claro que a questão naquela região não é de agora. Ela vem pelo século inteiro. No entanto, independentemente da análise que se faça de sua personalidade, temos de reconhecer que houve um homem que foi realmente um gênio de competência, o Marechal Tito. Ele conseguiu, durante um longo período, manter essa gente toda no equilíbrio e no entendimento. E olha que o Marechal Tito rompeu com o comunismo de Stalin, o qual passou um tempo enorme tentando derrubá-lo, e não aderiu ao mundo ocidental. Ele não era nem da OTAN nem do Pacto de Varsóvia. Ficou uma pessoa praticamente sozinha no mundo: ele, a Iugoslávia dele e essa gente toda. Ele conseguiu viver e morrer sobrevivendo a tudo. Nunca a Rússia teve condições de colocar um soldado e atirar na fronteira nem os Aliados do outro lado, do Pacto da OTAN, porque Tito soube manter a unidade. A ferro e a fogo essa gente esteve junta, mas esteve junta.

A morte do Marechal Tito, a implosão da União Soviética, a queda do Muro de Berlim, o término da Guerra Fria, a supremacia total e absoluta dos Estados Unidos, que agora são os juízes – Deus colocou os Estados Unidos como o braço para dizer o que está certo e o que está errado, para dizer o que se faz e o que se não faz -, fizeram aparecer essas questões.

A questão dos Balcãs é séria. Trata-se ali de nações com línguas, raças, histórias, biografias que vêm de tempos remotos, mas com falta de território para todos. São praticamente cinco nações e quatro territórios. Sr. Presidente, não se tem encontrado solução para isso ao longo do tempo, mas não concordo com a solução apresentada pela OTAN, de mandar bombardear, como realmente fizeram. Há muitas

pessoas dizendo que os americanos estão fazendo experiências. Uma delas foi realizada no Iraque: os mísseis dirigidos a alvo certo. A decisão americana de bombardear o Iraque também foi um absurdo. Isso não quer dizer que sejamos a favor do ditador iraquiano. Podemos ter mil opiniões contra o ditador do Iraque, mas daí a se bombardear uma nação, como fez o americano, há uma diferença muito grande.

Agora na Iugoslávia os alvos foram mais concretos, mais positivos. É claro que ainda erraram, pois milhares de civis morreram, fábricas, pontes e tudo o mais caíram por engano. Entretanto, os americanos apareceram.

Muitos queriam continuar essa guerra porque, se não for nessa, será na próxima. Na próxima guerra que os americanos inventarem, eles terão uma tecnologia ainda mais perfeita a executar. As bombas apagarão todos os dados dos computadores, e toda a energia elétrica será cortada. Esse será o efeito das bombas e da tecnologia que estão elaborando. Queriam tê-las experimentado na Iugoslávia, mas, por uma questão técnica e psicológica, resolveram deixar para uma outra oportunidade.

Ora, Sr. Presidente, a OTAN não tem mais razão de existir. Que é a OTAN? É o pacto de defesa do Atlântico Norte contra o Pacto de Varsóvia. Os comunistas da União Soviética se reuniram no Pacto de Varsóvia, e a Europa ocidental e os americanos, no pacto do Atlântico Norte. Mas isso terminou. Não há mais Pacto de Varsóvia, não há mais União Soviética, não há mais nada do outro lado. Qual é a razão da existência da OTAN?

Hoje, o que existe é a União Européia. A Europa tem um parlamento europeu, quase uma confederação de países – aliás, é espetacular a presença e o trabalho da União Européia. A confederação europeia hoje é uma realidade, caminhando para uma moeda única, para quase um Estado confederado, com uma unidade extraordinária.

E os americanos utilizam a OTAN para bombardear a Iugoslávia! Por que a OTAN? Por que desmoralizar, como desmoralizaram, a Organização das Nações Unidas? Já existe a ONU, já existe o Conselho de Segurança da ONU, por que usar a OTAN? Por que desmoralizar a ONU? E por que os Estados Unidos decidiram isso?

Então, a tese hoje, Sr. Presidente, é a de que não há mais essa idéia. Terminou a chamada garantia de que um País tem autonomia total e absoluta. Hoje, não. Hoje somos globalizados, temos que caminhar nesse sentido. É com isso que me assusto.

Se amanhã ou depois, resolverem dizer que estamos depredando, tratando malevolamente a Amazônia, poderão decidir que o Brasil não tem condições de comandá-la, que ela é grande demais para o Brasil dirigir; que é oxigênio, água doce demais para o mundo inteiro e para estarmos a depredá-la permanentemente. Quem disse que não? A questão da hegemonia é muito séria, e o que me assusta é o precedente.

Alguém quer imaginar que o americano larga a bomba, porque não gosta do Hussein ou porque não gosta da Iugoslávia ou porque está em uma guerra humanitária? Não consigo acreditar nisso. Se, no Brasil, no Chile, na Argentina, no Uruguai, pelo mundo afora, estão largando bombas, se está havendo luta ou não, o americano não tem nenhuma preocupação com isso, a não ser quando há interesse político em jogo.

Os americanos ficaram do lado de um governo fantasticamente corrupto como o de Cuba. No momento em que rompeu com aquele governo, que não mais lhe interessava, auxiliou Fidel Castro a derrubá-lo na revolução. Depois, brigou com Fidel Castro. Esse governo americano não me parece que tenha lutado para implantar a democracia e a liberdade na humanidade.

Por isso, assusto-me com o que aconteceu na Iugoslávia. Queira Deus que os absurdos que lá estavam sendo cometidos se encerrem. Queira Deus que os crimes brutais para fazer desaparecer, praticamente, uma raça se encerrem. Mas bombardear pura e simplesmente... Não consigo imaginar, Sr. Presidente.

Estamos reunidos aqui e, de repente, decidimos: "Vamos bombardear tal cidade". E bombardeamos? Bombardearam hospital, caiu bomba em asilo, Sr. Presidente. Até Kissinger, que foi um dos grandes homens americanos no passado, criticou duramente seu país, dizendo que, a não sei quantos mil quilômetros de altura, largar bombas sem nenhuma responsabilidade é um absurdo. É isso que eu quis dizer ao meu amigo, Senador Jefferson, quando tratei dessa matéria em um aparte que fiz a S. Ex^a na sexta-feira. Volto a repetir: penso que a OTAN festejou tristemente seus 50 anos.

Todo mundo sabe que a Inglaterra não tem voz própria; ao longo do tempo, ela não tem tido condições de dizer "não" aos Estados Unidos. Ela diz "sim", "sim" e "sim". O próprio Tony Blair, que é uma das pessoas mais bem-vistas pelo mundo, pelo que representa de modernidade, é obrigado a aceitar sem dizer nada. Afora isso, Sr. Presidente, sabemos

que, na Europa, países como a França aceitaram, mas à força. No fundo, a população daqueles países não estava entendendo por que estava acontecendo aquilo na Europa; depois de terminarem os massacres da Segunda Grande Guerra, no final do milênio, está vendo um país sendo bombardeado dentro da própria Europa, sem declaração de guerra ou coisa que o valha.

Eu tenho medo dessa globalização, aliás, sempre tive. Tenho medo dessa questão de colocarmos nas mãos de alguns o direito de decidir o nosso destino. Estamos vendo e sentindo, a cada dia que passa, que essa chamada globalização nos leva a um terreno muito perigoso de interrogações, de dúvidas e de incertezas.

No setor dos alimentos, Sr. Presidente, estamos verificando que a guerra tecnológica é imprevisível quanto ao que pode levar. E quais são os resultados disso?

Quando eu lecionava Economia Política, há pouco tempo, na Faculdade de Direito, Sr. Presidente, divergia de Malthus, das suas teses de que o mundo havia de morrer de fome, porque a população aumentava geometricamente, e a produção de alimentos aumentava aritmeticamente. A população crescia, subindo de elevador, e a produção de alimentos subia pelas escadas. Isso não existe mais. Nós sabemos que este perigo de o mundo morrer por falta de produção de alimentos não existe mais, porque a tecnologia avançou de uma maneira tão fantástica, que se pode produzir muito.

O que acontece no mundo, Sr. Presidente, é que, na verdade, quem produz e distribui é que está fazendo com que da humanidade esteja passando fome. Esse da humanidade está passando fome, não porque falta alimento, não porque não tem condições de produzir alimento. É porque não interessa ao neoliberalismo do mundo essa questão. Essa gente, para o neoliberalismo do mundo, não existe. Imaginar, como imaginam alguns nossos neoliberais, que o capitalismo vai crescer, desenvolver-se e, um dia, vai preocupar-se em distribuir, no sentido de que ninguém passe fome, isso é piada, Sr. Presidente. Isso é piada.

■ Esta é a realidade social atual: da humanidade passando fome em vários países e o que sucedeu na Iugoslávia: bombardearam um país, para depois tentar reconstruí-lo. Para onde vamos?

Sr. Presidente, penso que a ONU pode ser uma entidade muito longe do que almejamos. Como professor de sociologia na universidade, eu sempre colocava em dúvida a ONU, por causa do seu Con-

selho de Segurança. Será que a ONU precisa de um Conselho de Segurança? Há o voto. Seis países dizem o que se faz ou não, e o resto tem que obedecer? Não é a Assembléia Geral da ONU, por votação, que deve decidir?

Hoje, entendo que, se não houvesse o Conselho de Segurança, a ONU não existiria há muito tempo. No entanto, agora, mesmo com o Conselho de Segurança, os países não querem mais aceitar; não recorrem à ONU, por causa do aconteceu no Iraque: em meio à votação do Conselho da ONU, quando a Rússia e a França votaram contra, os americanos mandaram bombardear. À revelia da decisão do Conselho, foi feito o bombardeio. (*O Presidente faz soar a campainha.*) Já encerro, Sr. Presidente.

Agora, na Iugoslávia, com medo de que o Conselho da ONU pudesse fazer a mesma coisa, eles foram direto para a OTAN. Moribunda nos seus 50 anos, não tendo mais razão de existir, a OTAN de repente ressuscitou, para permitir que o bombardeio fosse feito. Isso me assusta, Sr. Presidente, me preocupa. E se a tecnologia avançar, como estão dizendo, daqui a um par de anos não vai ter nenhuma morte. Vão mandar os teleguiados, e, de repente, num país determinado, não tem luz, não tem mais computador, faz-se a anarquia generalizada.

Essas são as questões que temos que debater na globalização, Sr. Presidente, porque isso foi um início muito ruim que vi lá na Iugoslávia.

Muito obrigado.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB-RO) – Sr. Presidente, peço cinco minutos para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a terá a palavra após o próximo orador.

Tem a palavra o Senador José Roberto Arruda. (Pausa.)

Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, inicialmente, gostaria de responder ao apelo do Senador Ademir Andrade. Lamento que S. Ex^a não esteja presente, porque fui tão citado por S. Ex^a, que desejava que estivesse presente para ouvir as minhas colocações com relação à reforma política.

Gostaria que S. Ex^a ouvisse que eu, como Senador, singular, à época da discussão da reeleição, apresentei uma tese que foi amplamente discutida. E hoje, principalmente depois de tudo que estamos vendo acontecer, desejava que ela tivesse prevalen-

do: era a tese da progressividade na questão da reeleição.

Aprovar-se, sim, a tese da maturidade política e democrática da reeleição, mas em etapas. Experimentar-se a tese da reeleição para Presidente da República; avaliar-se o processo, o pleito; corrigir-se os erros porventura cometidos; e, em função das ocorrências e das correções, aí, sim, em eleições sucessivas, promover-se a reeleição de Governadores. E, após isso, com as correções ocorridas nos pleitos de reeleição de Governador, fazer-se a reeleição de prefeitos municipais.

Minha tese foi colocada em discussão, mas, ao final, foi preferida à tese da reeleição maciça. De modo que registrei minha posição e o fiz com veemência; ela foi inclusive objeto de editoriais em jornais de circulação nacional, mas, infelizmente, não prevaleceu. Essa era a minha posição pessoal.

Mas S. Ex^a me instou também como Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, pedindo-me que colocasse na pauta das discussões, como se dependesse de mim, a reforma política como um todo. Quero dizer a S. Ex^a que, ao final da gestão do Senador Bernardo Cabral, algumas propostas de emenda à Constituição versando sobre reformas políticas foram analisadas e mereceram relatórios, que não se transformaram em pareceres porque não chegaram a ser votados. E pelo Regimento Interno da Casa, ao não transformar-se o relatório em parecer, a matéria volta ao Arquivo, para ser reapresentada na nova legislatura. Foi o que aconteceu.

Ainda não foram reapresentadas as PECs. Na hora em que as PECs sobre reforma política forem reapresentadas, elas constarão daquilo que é tarefa e responsabilidade minha: ordenar a pauta de acordo com a graduação da importância dos fatos a analisar.

É verdade que algumas matérias políticas foram entregues à Comissão de Constituição e Justiça e estão em análise, em discussão, em caráter de prioridade. De modo que, no que depender do Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, ao serem reapresentadas, as PECs obedecerão à devida prioridade na ordem dos trabalhos, como estão merecendo prioridade a discussão de temas políticos por projetos de lei, ordinários ou complementares, que tratem de fidelidade partidária, de cláusula de barreira para partidos políticos, enfim, os temas que exigem discussão profunda.

O que desejo neste começo de noite abordar – e o tema tem muito a ver com o tema da reeleição – diz respeito ao aparte que ofereci a discurso pronun-

ciado semana passada pelo Senador Fernando Bezerra, cuja ausência lamento, ao defender seu correligionário, o Governador do Rio Grande do Norte, cujo governo é objeto de investigação com relação à aplicação dos recursos decorrentes da venda da companhia de eletricidade. São R\$771 milhões entre o valor auferido no leilão e a aplicação decorrente de investimentos no sistema financeiro. Entre o principal e a aplicação, foram gerados R\$771 milhões.

Enquanto o Senador defendia seu Governador, com as considerações singelas que ofereci naquele momento, pedi uma única coisa: que a bem do interesse da sociedade potiguar e a bem do que deve ser o interesse desta Casa – não premiar a impunidade – se associasse à tese, que não era apenas da Oposição do Rio Grande do Norte, mas da sociedade do nosso Estado, com suas entidades de classe, com sua representação política, da prorrogação do prazo, estabelecido em 60 dias, para que os trabalhos de investigação pudessem ser completados, para que se o Governador, que o Senador Fernando Bezerra dizia nada temer, realmente nada temia, tivesse a grande oportunidade, com a prorrogação dos trabalhos da CPI, de mostrar o que havia sido feito com os R\$771 milhões. Era a grande oportunidade que a sociedade tinha para ver a Oposição e o Governo digladiando em torno de um interesse que era público: desvendar um fato que para mim é mistério, o gasto de R\$771 milhões – é verdade que em período eleitoral, e aí está a ilação com a questão que aqui foi discutida, a reeleição –, sem que tivesse ficado registrado nenhum marco, nenhum emblema real que justificasse a aplicação ou o fim dos R\$771 milhões.

Era interesse dos que são Governo e dos que são Oposição oferecer à sociedade as explicações que ela estava desejando. Era interesse do Governo obter o tempo de prorrogação para conseguir o atestado de bom governo. Pedi, nesse rumo e nesse sentido, a participação na tese da prorrogação do Senador Fernando Bezerra.

O que quero registrar nesta Casa é que, infelizmente, apesar de todos os apelos, a CPI foi encerrada sexta-feira passada e de forma curiosa. Para votar o encerramento da CPI, deputados estaduais ligados ao Governo vieram do exterior, da Europa, só para votar o fim da CPI e retornar para lá.

O fato é que os trabalhos da CPI foram encerrados. E eu quero dizer, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, que não estamos aqui tratando de uma CPI para apurar uma aplicação de 10, 15 ou 20 milhões de reais. Estamos aqui para comentar a apli-

cação de R\$771 milhões, o que é muito dinheiro em qualquer lugar do mundo.

É a minha preocupação – e abordo esse tema – é porque a CPI dos Deputados Estaduais, a Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte tinham a obrigação diante da sociedade do Rio Grande do Norte. Ela era responsável por oferecer respostas às indagações da sociedade, no âmbito estadual. Mas essa CPI, com as denúncias que foram feitas, com os fatos que foram constatados, assumiu tal importância pela gravidade das denúncias oferecidas, terminou produzindo um escândalo nacional, registrado na grande Imprensa, em edições seguidas do *Jornal Nacional* e do *Jornal da Record*.

E aí quem se expôs foi a imagem do meu Estado, e aqui estou para dizer que se o relatório final da CPI, que daqui a pouco comentarei, foi apresentado, se a CPI foi encerrada antes do prazo desejado pela sociedade, esse escândalo, que é hoje nacional, que foi objeto de interesse de redes nacionais de televisão, pelo nosso desejo, daqueles que fazem Oposição e que se associam ao desejo da sociedade potiguar, ela não vai se encerrar, porque se a CPI tinha obrigações com a sociedade potiguar, pela dimensão da gravidade dos fatos denunciados e da transformação da CPI num escândalo nacional, o Rio Grande do Norte deve explicações à sociedade brasileira. Para isso aqui estou.

Srs e Srs. Senadores, durante 60 dias, a CPI investigou fatos e circunstâncias. Perguntou ao Governo, por exemplo, onde ele havia gasto o dinheiro. O governo respondeu que havia gasto o dinheiro na construção de dez mil casas. Fomos investigar a aplicação dos recursos. Como não se poderiam visitar 100 ou 120 Municípios, escolheu-se o Município de Serra Caiada para se investigar. A comissão, com seus membros, foi lá para verificar, por exemplo, que com o Vice-Prefeito havia sido contratada a construção de 65 casas, mediante convênio feito em período proibido pela legislação eleitoral. Esse foi o primeiro dolo.

O segundo dolo: 65 casas envolviam uma soma de recursos que determinava a obrigação de processo licitatório, de tomada de preços, contudo verificou-se que não foi feito. Dividiu-se o total de 65 casas em dois lotes: um de 40 e um de 25. O que justificava, para o Governo, a oportunidade de entregar de mão beijada a construção das casas mediante uma simples carta-convite ao seu afilhado, supomos nós, o Vice-Prefeito da cidade, que, circunstancialmente, é construtor.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo. Fazendo soar a campainha) – Senador José Agripino, interrompo V. Ex^a apenas para consultar o Plenário sobre a prorrogação da sessão pelo tempo necessário para que V. Ex^a conclua a sua oração. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, está prorrogada a sessão.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (PFL-RN) – Prossigo, Sr. Presidente. Foi, portanto, dividido em dois lotes: um de 40 e outro de 25 casas, para mais uma vez se burlar a lei, que já havia sido burlada porque o convênio foi realizado em período proibido pela Legislação Eleitoral.

Lá em Serra Caiada, porém, verificou-se que, em vez de 65 casas, como estava publicado no Diário Oficial – e o dinheiro havia sido transferido para construí-las –, apenas 45 haviam sido construídas. Pagas 65, construídas 45 e recebidas oficialmente pelo Governo do Estado. Recebidas em que condições? Os Deputados foram lá e constataram: as paredes rachadas, o teto torto, o piso esfarelado; qualidade da pior possível que se possa imaginar. E o preço? Não sou eu que digo. Foi o Presidente do Tribunal de Contas do Estado quem declarou: "... a preço superfaturado em pelo menos R\$700 por unidade".

Esse fato foi levado ao conhecimento do controlador das contas do Estado que, em depoimento instado por um Deputado, a fim de que se manifestasse sobre todo aquele processo curioso, esquisito, ilegal, sobre o qual ele teria a obrigação de se manifestar à época, disse que realmente lhe havia sido submetido esse processo, com o qual ele não havia concordado e que o havia remetido com seu desacordo ao Procurador-Geral do Estado. Evidente que os Deputados desejaram ouvir o Procurador-Geral do Estado. E nas outras semanas, na CPI, o requerimento foi colocado para apreciação dos Deputados, sendo negada pela base governista a oitiva do Procurador do Estado que havia emitido parecer favorável àquilo que julgávamos uma indignidade. Encerra-se, portanto, a CPI sem se ouvirem pessoas fundamentais no esclarecimento de dúvidas que não são nossas, são da sociedade, porque os R\$771 milhões não eram patrimônio do Governo, eram patrimônio do povo do Rio Grande do Norte. A nós, da Oposição, cabe zelar pela boa prática de governo e pela boa aplicação do recurso, que é público.

Perguntou-se ao Governo em que mais se havia gasto o dinheiro. Ele disse que na construção da rede de esgotos. Não se poderia ir a todos os Municípios onde se havia declarado estar sendo construí-

da rede de esgotos, mas foi-se a Macau e foi-se a Lagoa Nova. Os Deputados foram a Lagoa Nova e verificaram que foi feito um convênio igualmente em época proibida pela legislação eleitoral, repassados R\$500 milhões para construção da rede de esgotos completa. O Prefeito recebeu os recursos e fez uma licitação, vencida, curiosamente, por sua filha, que é Secretária de Administração da Prefeitura, que não executou a obra com 500, mas com um aditivo para 600 e para 700 milhões. Foi-se verificar a qualidade da obra. Verificou-se *in loco* que a estação de tratamento, com a primeira chuva, havia desmoronado, e que nenhuma ligação para nenhuma casa de Lagoa Nova havia sido feita. Portanto, o dinheiro pago e a obra recebida como concluída não tinham beneficiado uma só família de Lagoa Nova.

Muito bem. Questionaram-se os convênios com Prefeituras municipais: todos convênios feitos em período proibido pela legislação eleitoral, e constatou-se uma coisa no mínimo curiosa: a ocorrência de vários convênios com o Município de Pau dos Ferros que, somados, atingiam a cifra de R\$13 milhões. Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, Sr. Presidente, o Município de Pau dos Ferros, um Município governado por um prefeito eleito com a participação dos que hoje são Oposição – ele era Oposição e mudou de opinião, passando a apoiar a candidatura do Governador, de quem nunca foi correligionário – recebeu R\$13 milhões em diversos convênios. Treze milhões de reais é mais do que o Governo gastou com os recursos decorrentes da privatização da Cosern em educação, saúde, segurança e agricultura. E gastou num Município só.

Investigou-se o setor em que o Governo dizia ter gasto o maior volume de recursos: a construção de adutoras. Constatou-se a compra – dita pelo próprio Governador – de 1.200 quilômetros de tubo de ferro fundido que se encontram amontoados, conforme as televisões de circuito nacional mostraram, às portas de entrada das cidades, para impressionar. Mas o mais grave é que esses tubos foram comprados – isso ficou constatado – ao preço de R\$1,38 por quilo, quando, na mesma época, empresas particulares e privadas compraram tubos iguais não por R\$1,38 por quilo, mas por R\$0,98 centavos por quilo, 40% mais baixo para não considerar o IPI.

Não deram à CPI o direito de, com mais tempo, investigar a fundo essa questão. E nós estamos falando de compra no valor de R\$70 milhões, com pelo menos 40% de valor a mais. A empresa privada não comprou 1.200 quilômetros, comprou alguns poucos quilômetros. E quando se compra muito a

tendência é baixar o preço. Não se deu oportunidade à CPI que desejava zelar pelo interesse da sociedade e dar as respostas que o povo queria ouvir. Não se deu a oportunidade à CPI para ver as respostas, nem os fatos elucidados. Emasculou-se essa CPI, e os trabalhos foram encerrados. Faço com tristeza este registro porque pode parecer a alguns que estamos trazendo para o Plenário do Senado questões provincianas, talvez até com alguma paixão. Não é verdade, e aqui disse: esse fato é minha obrigação registrar porque sou Senador da República; mas represento o Estado do Rio Grande do Norte, que está hoje com a imagem comprometida porque a CPI deveria ter dado respostas à sociedade, mas o escândalo adquiriu tal monta, tal volume, que o Rio Grande do Norte passou a constar do circuito dos escândalos nacionais.

O que quero dizer é que se o Governo não desejou ou não quis aproveitar a oportunidade para, na comissão parlamentar de inquérito oferecer as respostas que a sociedade queria, nós que fazemos Oposição não vamos parar, vamos continuar pelos meios próprios. Confiamos na Justiça do Rio Grande do Norte. Vamos oferecer as peças, com os fatos e as circunstâncias, para a análise da Justiça.

Se o relatório, aprovado na noite de sexta-feira passada, fosse lido por alguém que passasse três meses sem ir ao Rio Grande do Norte, essa pessoa iria entender que era uma peça de propaganda do Governo do Estado; era uma peça aprovada pela maioria governista para passar o atestado de bom-mocismo a um Governo de quem se suspeita, sobre quem pesam acusações sérias.

O que o Governo e a sua base governista desejaram foi, com aquele relatório, obter o nada-consta para o futuro. Só que, repito, no meu Estado, existe uma Oposição não-raivosa, responsável, zelosa; existem instituições, como a Ordem dos Advogados do Brasil e os sindicatos, que vão procurar, pelos meios judiciais, pelo Ministério Público, pela mobilização da sociedade, as respostas que a sociedade deseja ouvir. Se o Governo não fez a sua parte, nós faremos a nossa, a bem da boa imagem do Estado do Rio Grande do Norte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os Srs. Senadores Paulo Hartung e Ernandes Amorim enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex's serão atendidos.

O SR. PAULO HARTUNG (PSDB-ES) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, na semana pas-

sada, tive a honra de entregar à viúva do saudoso reverendo Jaime Wright, Dona Alma Wright, o certificado Mérito-Cidadão. Um diploma que o Legislativo Municipal oferece às pessoas que se destacam na construção da cidadania e da justiça social. Hoje, quero deixar registrado, nos anais desta Casa, uma parte da história de vida desse homem que tanto lutou pela garantia dos direitos humanos no Brasil. Uma história que tem muito a ver com a minha própria história de vida.

Paranaense da cidade de Curitiba, Jaime Wright era filho de norte-americanos. Brilhante aluno, formou-se em Administração na Universidade de Ozarks, nos Estados Unidos, e foi seminarista em Princeton. Na faculdade, conheceu Alma Cole, com quem se casou e teve cinco filhos. Em 1950, recebeu o ministério de pastor presbiteriano. Foi o início de um dedicado trabalho em defesa da democracia e da justiça social. Ele começou como diretor do Colégio Instituto Ponte Nova, em Itacira, na Bahia, onde atuou por dez anos. Nos sete anos posteriores, foi secretário-executivo da Missão Brasil Central, em São Paulo. Depois, passou mais sete anos como pastor em Caetité, na Bahia.

Educador, administrador, jornalista, executivo e líder nas áreas de relações ecumênicas, o reverendo Jaime Wright era um incansável soldado na luta pelos direitos humanos. Em Caetité, denunciou a existência de corrupção fiscal na Bahia. De São Paulo, escrevia – sob o pseudônimo Roberto Barbosa – artigos para periódicos no exterior, denunciando as injustiças sociais que estavam acontecendo no Brasil.

Em 1973, quando a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE) foi organizada, o pastor Jaime Wright foi escolhido para elaborar o projeto que resultou na publicação de 1.800 exemplares da edição ecumênica da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nessa época, ajudou a organizar, no Rio e em São Paulo, a estrutura de apoio aos refugiados políticos vindos do Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai e Bolívia. E, ao lado de Jan Rocha e Luiz Eduardo Greenhalgh, fundou o Comitê de Defesa dos Direitos Humanos nos Países do Cone Sul.

Foi também em 1973 que o pastor Jaime Wright se aproximou da Igreja Católica. Em setembro daquele ano, tentando descobrir o paradeiro de seu irmão, deputado Paulo Wright, que – como um dos fundadores do grupo de esquerda Ação Popular – havia sido cassado, preso e estava desaparecido, ele conheceu aquele que viria a se tornar um de seus grandes aliados na luta em defesa dos direitos

humanos: o cardeal arcebispo de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns.

Em setembro daquele ano, ao lado de dom Paulo Evaristo Arns e do rabino Henry Sobel, o pastor Jaime Wright participou do "Culto Proibido", em memória a Wladimir Herzog. Em 1977, ajudou a formar o "Movimento Justiça e Libertação", que reuniu 20 mil entidades laicas de São Paulo. Dessa articulação surgiu o documento "Pela Justiça e Libertação".

Juntos, o pastor Jaime Wright e dom Paulo Evaristo organizaram um dossiê baseado em processos dos tribunais militares contra os opositores do regime. Com mais de mil páginas, o relatório continha 700 depoimentos de presos que foram vítimas de tortura. O documento deu origem ao livro "Brasil Nunca Mais", que chegou às livrarias em julho de 1985, quatro meses depois de o general João Batista Figueiredo ter deixado o Governo.

Com prefácio de dom João Evaristo, o livro vendeu, em pouco tempo, 200 mil exemplares. O reverendo Wright, que coordenou a pesquisa, traduziu a obra para o inglês, editando o "Torture in Brazil". Jaime Wright encontrou provas da morte de seu irmão nos documentos que pesquisou, mas nenhuma pista sobre seu corpo.

Em 1993, Jaime Wright se aposentou como pastor. Mas não encerrou seu trabalho em defesa dos direitos humanos. Morando em Vitória, continuou participando de várias entidades ecumênicas e de solidariedade. Até o último dia 29 de maio, quando morreu – vítima de um infarto – ele era presidente da Fundação Samuel, em São Paulo, e do Instituto Pró-Vida, do Rio de Janeiro, e estava ajudando escrever a biografia do cardeal Paulo Evaristo Arns.

Com esse pronunciamento, quero prestar uma sincera homenagem a esse homem que tanto lutou contra a opressão e que dedicou sua vida à defesa da democracia e da garantia dos direitos humanos. Nesse momento quero me solidarizar com dona Alma e seus filhos, Anita, Débora, Sílvia, Sônia e Nelson, e registrar que todos nós, que acreditamos e lutamos por um futuro melhor para o país, sentimos profundamente essa perda.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO) – Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, em 1998 este Congresso Nacional aprovou a Lei nº 9.649, por meio da qual se estabeleceu, no seu art. 58, uma nova feição aos Conselhos de Fiscalização Profissional, tirando-lhes o caráter público e democratizando seu processo de formação, atuação e gerenciamento.

Segundo o espírito desta lei, apresentei nesta Casa projeto de lei que corrige antiga injustiça praticada com a categoria profissional dos Técnicos Industriais.

Estes profissionais, formados em escolas técnicas, operacionalizam os serviços de perfuração e exploração de petróleo da Petrobrás, os serviços de

Telecomunicações, e das empresas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica para citar alguns exemplos.

Proponho a Criação do Conselho Federal de Técnicos Industriais – CFTI e dos Conselhos Regionais de Técnicos Industriais – CRTI, delegando-lhes os serviços de fiscalização profissional da categoria, criada pela Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968.

São 600 mil Técnicos Industriais no Brasil, parte deles submetida ao controle dos Conselhos Regionais e Federal de Engenharia e Arquitetura, junto aos quais os Técnicos Industriais somente têm deveres, sem qualquer direito, nem mesmo o de representação no colegiado.

Os médicos, em sua atuação profissional, são julgados pelos médicos, advogados por advogados, contadores por contadores, parlamentares por parlamentares, engenheiros por engenheiros. O princípio de que o cidadão comum deve ser julgado por seus pares é ainda observado na mais importante instituição da justiça brasileira que é o tribunal do júri.

Este princípio, porém, não é admitido aos Técnicos Industriais. Estão, alguns deles sem Conselho, somente sendo admitidos por ordem judicial, como ocorre com os técnicos em nutrição e dietética que tiveram que conseguir na justiça o direito de registro no Conselho de Nutricionistas, para daí obter seu emprego, sem, porém, lhes ser concedido acento no Conselho.

Outra situação é a dos técnicos na área de engenharia, submetidos à vontade do Confea e dos Crea, onde também não têm o direito de serem conselheiros, somente lhes restando obrigações de natureza pecuniária, sem qualquer benefício ou contraprestação.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr's e os Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, a realizar-se às 14 horas e 30 minutos, a seguinte

ORDEM DO DIA**- 1 -**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 1996
 (Em regime de urgência – art. 336, II, do
 Regimento Interno, nos termos do
 Requerimento nº 306, de 1999)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 1996 (nº 131/95, na Casa de origem), que dispõe sobre a indenização à companheira ou companheiro, no caso de acidente de trabalho ou de transporte, com morte do segurado da Previdência Social, tendo

Pareceres sob nºs:

– 88, de 1999, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora: Senadora Benedita da Silva, favorável, com adendo para adequação à Lei Complementar nº 95, de 1998, e pela audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em virtude de requerimento aprovado por aquela Comissão; e

– 89, de 1999, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Eduardo Dutra, pela constitucionalidade e juridicidade da matéria.

- 2 -**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58, DE 1999**

(Em regime de urgência – art. 336, II, do
 Regimento Interno, nos termos do
 Requerimento nº 307, de 1999)

Discussão, em turno único, Projeto de Resolução nº 58, de 1999, do Roberto Satumino, que altera a redação do inciso IV do § 1º do art. 2º da Resolução nº 78, de 1998. (Operações de crédito interno e externo), tendo

Parecer favorável sob nº 328, de 1999, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Luiz Estevão, assinando sem voto o Senador Roberto Satumino.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão).

- 3 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
 Nº 12, DE 1998

Discussão, em turno único, Projeto de Decreto Legislativo nº 12, de 1998 (nº 626/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Financeira de 24 de outubro de 1991, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, em Brasília, em 26 de maio de 1997, tendo

Pareceres sob nºs

– 162, de 1998, e 160, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 1º pronunciamento: Relator: Senador Leonel Paiva, favorá-

vel; 2º pronunciamento: Relator: Senador José Agripino Maia, favorável; e

– 161, de 1999 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 244, de 1998), da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jorge Bornhausen, favorável ao Projeto, nos termos do parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

- 4 -

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
 Nº 13, DE 1999

Discussão em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 13, de 1999 (nº 716/98, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, celebrado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação da Rússia, em Brasília, em 21 de novembro de 1997, tendo

Parecer favorável sob nº 225, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Mauro Miranda.

- 5 -**REQUERIMENTO Nº 274, DE 1999**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 274, de 1999, do Senador Eduardo Suplicy, solicitando, nos termos regimentais, seja transmitido ao Senado e ao Governo Colombianos a preocupação do Senado Brasileiro com respeito ao seqüestro da Senadora Piedad Cordoba de Castro, ocorrido no dia 21 de maio do corrente, tendo

Parecer favorável, sob nº 370, de 1999, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relatora: Senadora Emilia Fernandes.

- 6 -**REQUERIMENTO Nº 287, DE 1999**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 287, de 1999, do Senador Romeu Tuma, solicitando, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 1993 (nº 237/93, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 43 minutos.)

(OS 14515/99)

ATOS DO PRESIDENTE

Processo nº 009106/99-5
Em 14/6/99
Assinado por
Agaciel da Silva M...
Diretor-Geral

ATO DO PRESIDENTE Nº 99, DE 1999

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009106/99-5,

RESOLVE dispensar o servidor KLEBER ROBSON DE ARAÚJO FERNANDES, matrícula 4617, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Liderança do Governo, com efeitos financeiros a partir de 01 de junho de 1999, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente

P U B L I Q U E - S E
Em 14/6/99
Assist. da Orv. Maria
Dir. Geral

ATO DO PRESIDENTE
Nº 100, DE 1999

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009105/99-9,

RESOLVE designar o servidor EVANDRO BEZERRA FREIRE, matrícula 2466, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Orçamento Público, para exercer a Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-8, do Gabinete da Liderança do Governo, com efeitos financeiros a partir de 01 de junho de 1999.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal

ATOS DO DIRETOR-GERAL

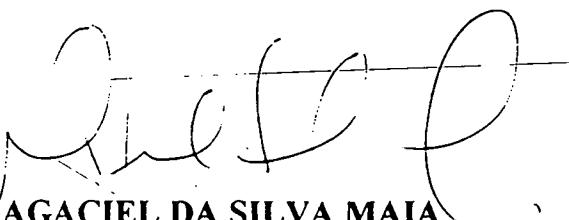
PROVIMENTO N.º 161
14/06/99
AGACIEL DA SILVA MAIA

(*) ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.661, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009496/99-8,

RESOLVE dispensar a servidora MARLI DALKIRANES, matrícula 3631, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Casildo Maldaner, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Subchefe de Gabinete, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 01 de março de 1999.

Senado Federal, 8 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Ronaldo L. F. E. S. P.
Em 12/06/99

**(*) ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.662, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009495/99-1,

RESOLVE dispensar a servidora JAQUELINE MOUSINHO MACÁRIO, matrícula 3459, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do gabinete da Quarta Secretaria, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 01 de março de 1999.

Senado Federal, 09 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICQUE : 56
EN 14/06/99

Section on SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.689, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso das suas competências regulamentares, e de acordo com o disposto no art. 320 da Resolução nº 9, de 1997, que altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, **RESOLVE:**

Alterar o Ato nº 2090/98, do Diretor-Geral, para incluir, na qualidade de membros, os servidores ROGÉRIO BRAGA DE FIGUEIREDO, matrícula 3044, e AGNALDO SCARDUA, matrícula 4068, a partir de 1º de junho de 1999.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
DIRETOR-GERAL

PROBLEMA
Em 19/06/99
Obr. de SCAPES

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.690, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009661/99-9,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA LUCINEY DE SOUZA SALOMÃO, matrícula 3914, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Assistente de Divulgação, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 07 de junho de 1999.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

REPUBLIQUE D'AFRIQUE DU SUD
Em 14.06.95

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 1.691, DE 1999

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009660/99-2,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA APARECIDA S. DE CARVALHO, matrícula 4384, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Encarregado de Divulgação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 07 de junho de 1999.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

14/06/99
Em 14/06/99
Diretor de Gabinete

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.692, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009664/99-8,

RESOLVE designar o servidor JOÃO RIOS MENDES, matrícula 4959, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 02 de junho de 1999.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

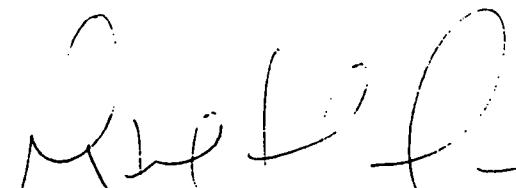
PROVÍNCIA E. S.
Em 14/06/99
Assinado em 14/06/99
Diretor da TV Senado

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.693, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009659/99-4,

RESOLVE dispensar a servidora MARY JANE ALVES DA SILVA, matrícula 3146, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria de Comunicação Social, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-07, do Serviço de Produção da Subsecretaria TV Senado, com efeitos financeiros a partir de 01 de junho de 1999.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

P U B L I C U E . S E
Em 14/06/99
Assinado em 14/06/99

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.694, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009657/99-1,

RESOLVE dispensar a servidora BIBIANA TEXIDOR DANTAS, matrícula 456, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, da Função Comissionada de Chefe de Serviço, Símbolo FC-07, do Serviço de Produção da Subsecretaria TV Senado, com efeitos financeiros a partir de 01 de junho de 1999, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

RODRIGO SOARES
Em 14/6/99
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.695, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009715/99-1,

RESOLVE designar o servidor FRANKLIN MACIEL TORRES, matrícula 833, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Subsecretaria de Telecomunicações, com efeitos financeiros a partir de 03 de maio de 1999.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

PUBLICADO EM
Em 14/06/99
.....
.....
.....

.....

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.696, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 009497/99-4,

RESOLVE dispensar o servidor DOLIVAL MORAES PESSOA, matrícula 2785, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Casildo Maldaner, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 01 de março de 1999.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

16/06/99
Assinatura

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.697, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009972/99-4

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HIRAUBA FREIRE SALLES SILVA** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Gilvam Borges.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

14/06/99
AGACIEL DA SILVA MAIA

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.698, DE 1999**

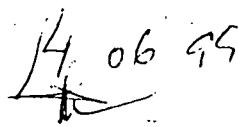
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009983/99-6,

R E S O L V E exonerar, na forma do disposto no artigo 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, **ROSEMARY BARRETO CHAVES**, do cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Gabinete do Senador Djalma Falcão, a partir de 11 de junho de 1999.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

14.06.99


**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.699, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 009981/99-3,

R E S O L V E exonerar **SERGIO DE ARAUJO CASTRO** do cargo de Assistente Parlamentar, AP-3, e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Djalma Falcão.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

14/06/95
AGACIEL DA SILVA MAIA

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 1.700, DE 1999**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 181, de 1997, e tendo em vista o que consta do Processo nº 009982/99-0

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **HELIO RAIMUNDO DE SOUZA CORREIA RIBEIRO JUNIOR** para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Djalma Falcão.

Senado Federal, 14 de junho de 1999.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente : Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: (Vago)
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PFL

1. (Vago)
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas (1)
4. (Vago)

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. (Vago)
4. (Vago)

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. (Vago)
2. Gerson Camata
3. (Vago)
4. (Vago)

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. (Vago)

PPB (Ex- PPR + Ex-PP)

1. (Vago)
2. Osmar Dias

1. (Vago)

PTB

1. Emilia Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social



SENADO FEDERAL

**SECRETARIA - GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA BARBOSA F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E
PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: CRISTINA JUDITE VICINO (Ramal 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal 3508)
DULCÍDIA FRANCISCA RAMOS (Ramal 3623)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 4526)
HAMILTON COSTA DE ALMEIDA (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:

CAE	- DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605) - LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)
CAS	- JOSÉ ROBERTO ASSUNPÇÃO CRUZ (Ramal: 4608) - ELISABETH GIL BARBOSA VIANNA (Ramal: 3515)
CCJ	- MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4609) - ALTAIR GONÇALVES SOARES (Ramal: 4609)
CE	- JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604) - PAULO ANTONIO FIGUEIREDO AZEVEDO (Ramal 3498)
CFC	- JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935) - AIRTON DANTAS DE SOUSA (Ramal 3519)
CI	- CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
CRE	- MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496) - MARCOS ANTONIO MORAES PINTO (Ramal 3529)

COMISSÕES PERMANENTES
(Arts. 72 e 77 RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Presidente: FERNANDO BEZERRA

Vice-Presidente: BELLO PARGA

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	1. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	2. PEDRO SIMON	RS	3230/3232
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	6. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. WELLINGTON ROBERTO	PB	3184/3185
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346	8. AMIR LANDO	RO	3130/3132
CARLOS BEZERRÁ	MT	2291/2297	9. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	1. JOSÉ AGRIPINO	RN	2361/2367
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	2. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
BELLO PARGA	MA	3069/3072	4. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2272	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
FREITAS NETO	PI	2131/2137	6. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	7. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	4. LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2355	5. OSMAR DIAS	PR	2121/2137

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3213/3215	1. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	2. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	5. HELOISA HELENA - PT	AL	3197/3199

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. ERNANDES AMORIM	RO	2255/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas
 Secretário: Dirceu Vieira Machado Filho
 Telefones da Secretaria: 311-3516/4605

Sala nº 19 – Ala Senador Alexandre Costa
 Telefone da Sala de Reunião: 311-32 55
 Fax: 311-4344 - E-mail: dirceu@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: OSMAR DIAS
 Vice-Presidente: HELOÍSA HELENA
 (29 titulares e 29 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297	1. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
GILVAM BORGES	AP	2151/2157	2. JOSÉ SARNEY	AP	3429/3431
JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621	3. MAURO MIRANDA	GO	2091/2097
LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065	4. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
MAGUITO VILELA	GO	3149/3150	5. JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	6. AMIR LANDO	RO	3130/3132
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	7. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			8. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277	1. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	2. FREITAS NETO	PI	2131/2137
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	4. PAULO SOUTO	BA	3173/3175
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	5. JOSÉ AGRIPINO	RN	2381/2387
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	7. VAGO		
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	8. VAGO		

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	4. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
PAULO HARTUNG	ES	1129/7020	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4098
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117	6. ÁLVARO DIAS	PR	3206/3207

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2172	1. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	2. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247	3. ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	4. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	5. JEFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077	ERNANDES AMORIM	RO	2251/2257

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quartas-feiras de 9:00 às 11:00 horas (*)

Secretário: José Roberto A. Cruz

Telefones da Secretaria: 311-4608/3515

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários
 Horário regimental: Quartas-feiras às 14:00 horas

Sala nº 09 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3359

Fax: 311-3652 - E-mail: jrac@senado.gov.br

**2.1) - COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAMENTO E INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE
EXPLORAÇÃO DO TRABALHO E PROSTITUIÇÃO INFANTO-JUVENIS**

**PRESIDENTE: SENADORA MARLUCE PINTO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA MARIA DO CARMO ALVES
RELATORA: SENADORA HELOÍSA HELENA**

MARLUCE PINTO	RR-1301/4062
LUIZ ESTEVÃO	DF-4064/65
GERALDO ALTHOFF	SC-2041/47
MARIA DO CARMO ALVES	SE-4055/57
OSMAR DIAS	PR-2121/25
HELOÍSA HELENA (PT)	AL-3197/99
TIÃO VIANA (PT)	AC-3038/3493
EMÍLIA FERNANDES (PDT)	RS-2331/37

SECRETÁRIO: JOSÉ ROBERTO A CRUZ
SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL (s) DA SECRETARIA: 311-3515/4608
FAX: 311-3652
E-MAIL: jrac@senado.gov.br
REUNIÕES: SALA Nº 11A - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL.: DA SALA DE REUNIÕES: 311-3359

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: JOSÉ AGRIPIÑO
Vice-Presidente: RAMEZ TEBET
(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	3. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	4. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	5. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195
RAMEZ TEBET	MS	2221/2227	7. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. MOREIRA MENDES	RO	2231/2237
JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367	2. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
EDISON LOBÃO	MA	2311/2317	3. BELLO PARGA	MA	3069/3072
FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417	4. JUVÊNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	5. JOSÉ JORGE	PE	3245/3246
MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057	6. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LÚCIO ALCÂNTARA	CE	2301/2307	3. LUIZ PONTES	CE	3242/3243
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	4. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	5. TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2204	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2241/2247
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2167	2. MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	3. HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199
JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067	4. EDUARDO SUPlicy - PT	SP	3215/3217

Reuniões: Quartas-feiras às 10:30 horas (*)

Sala nº 03 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretaria: Vera Lúcia Lacerda Nunes

Telefone da Sala de Reunião: 311-3541

Telefones da Secretaria: 311-3972/4612

Fax: 311-4315 - E-mail: veranunes@senado.gov.br

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários

Horário regimental: Quartas-feiras às 10:00 horas.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO – CE

Presidente: FREITAS NETO

Vice-Presidente: LUZIA TOLEDO

(27 titulares e 27 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
AMIR LANDO	RO	3130/3132	1. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467	2. NEY SUASSUNA	PB	4345/4346
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	3. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
IRIS REZENDE	GO	2032/2039	4. ALBERTO SILVA	PI	3055/3057
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	5. JADER BARBALHO	PA	2441/2447
PEDRO SIMON	RS	3230/3232	6. DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267
ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407	7. JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607
VAGO			8. VAGO		
VAGO			9. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
FREITAS NETO	PI	2131/2137	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2214/2217
DJALMA BESSA	BA	2212/2213	3. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163
JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206	5. ROMEU TUMA	SP	2051/2057
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072	6. EDISON LOBÃO	MA	2311/2317
BELLO PARGA	MA	3069/3072	7. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALVARO DIAS	PR	3206/3207	1. CARLOS WILSON	PE	2451/2457
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	2. OSMAR DIAS	PR	2121/2125
LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024	3. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020
SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287	4. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4095	5. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
SEBASTIAO ROCHA -PTD	AP	2241/2247	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2117/2177
HELOÍSA HELENA - PT	AL	3197/3199	2. ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207
EMILIA FERNANDES - PTD	RS	2331/2337	3. LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347
ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230	4. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
MARINA SILVA - PT	AC	2181/2187	5. JEFFERSON PERES - PDT	AM	2061/2067

PPB

TITULAR	UF	Ramais	SUPLENTE	UF	Ramais
LUIZ OTÁVIO	PA	3050/4393	1. LEOMAR QUINTANILHA	TO	2071/2077

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Terças-feiras às 17:00 horas (*)

Secretário: Júlio Ricardo B. Linhares

Telefones da Secretaria: 311-3498/4604

Sala nº 15 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3276

FAX: 311-3121

(*) Horário de acordo com deliberação do Colegiado de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 14:00 horas

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: JOSÉ SARNEY

Vice-Presidente: CARLOS WILSON

(19 titulares e 19 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106	1. FERNANDO BEZERRA	RN	2461/2467
JADER BARBALHO	PA	2441/2447	2. GERSON CAMATA	ES	3203/3204
JOAO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. LUIZ ESTEVÃO	DF	4064/4065
JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431	4. MAGUITO VILELA	GO	3149/3150
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	5. MARLUCE PINTO	RR	1301/4062
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195	6. JOSÉ ALENCAR	MG	4018/4621
JOSÉ FOGAÇA	RS	1207/1607	7. PEDRO SIMON	RS	3230/3232

PFL

TITULARES	UF	Ramais.	SUPLENTES	UF	Ramais
BERNARDO CABRAL	AM	2081/2087	1. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
ROMEU TUMA	SP	2051/2057	2. JOSÉ AGRIPIÑO	RN	2361/2367
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	3. DJALMA BESSA	BA	2212/2213
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237	4. GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	5. PAULO SOUTO	BA	3173/3175

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ARTUR DA TÁVOLA	RJ	2431/2437	1. LÚCIO ALCANTARA	CE	2301/2307
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	2. JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017
LÚDIO COELHO	MS	2381/2387	3. ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117
PEDRO PIVA	SP	2351/2353	4. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
LAURO CAMPOS - PT	DF	2341/2347	1. SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP	2221/2247
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3217	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493	3. EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337

Reuniões: Terças-feiras às 17:30 horas (*)

Sala nº 07 – Ala Senador Alexandre Costa

Secretário: Marcos Santos Parente Filho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3367

Telefone da Secretaria: 311-3259/3496/4777

Fax: 311-3546

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Quintas-feiras às 10:00 horas.

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

Presidente: EMILIA FERNANDES

Vice-Presidente: VAGO

(23 titulares e 23 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. CARLOS BEZERRA	MT	2291/2297
GERSON CAMATA	ES	3203/3204	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062	3. JOSÉ SARNEY	AP	3430/3431
MAURO MIRANDA	GO	2091/2097	4. RAMEZ TEBET	MS	2221/2227
GILVAM BORGES	AP	2151/2152	5. ROBERTO REQUIÃO	PR	2401/2407
VAGO			6. GILBERTO MESTRINHO	AM	3104/3106
VAGO			7. VAGO		
VAGO			8. VAGO		

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSE AGRIPIINO	RN	2361/2367	1. JONAS PINHEIRO (1)	MT	2271/2277
PAULO SOUTO	BA	3173/3175	2. JORGE BORNHAUSEN	SC	4200/4206
MOZARILDO CAVALCANTI	RR	1160/1163	3. HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087
JOSÉ JORGE	PE	3245/3246	4. MARIA DO CARMO ALVES	SE	4055/4057
JUVÉNCIO DA FONSECA	MS	1128/1228	5. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	TO	4070/4072
ARLINDO PORTO PTB (Cessão)	MG	2321/2327	6. FREITAS NETO	PI	2131/2137

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF	2011/2017	1. ALVARO DIAS	PR	3206/3207
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. ANTERO PAES DE BARROS	MT	1248/1348
OSMAR DIAS	PR	2121/2125	3. LÚDIO COELHO	MS	2381/2387
ROMERO JUÇÁ	RR	2111/2117	4. LUZIA TOLEDO	ES	2022/2024
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL	4093/4096	5. PAULO HARTUNG	ES	1129/7020

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE	2201/2207	1. EDUARDO SUPILCY - PT	SP	3215/3217
EMILIA FERNANDES - PDT	RS	2331/2337	2. TIÃO VIANA - PT	AC	3038/3493
GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177	3. JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397
ROBERTO FREIRE - PPS	PE	2161/2164	4. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230

(1) Licenças, a partir de 3/5/99, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno e art. 56, II, da Constituição Federal.

Reuniões: Quintas-feiras de 9:00 às 11:30 horas (*)

Secretário: Celso Parente

Telefone da Secretaria: 311-4354/4607

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Horário regimental: Terças-feiras às 14:00 horas

Sala nº 13 – Ala Senador Alexandre Costa

Telefone da Sala de Reunião: 311-3292

Fax: 311-3286

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

Presidente: ROMERO JUCÁ
Vice-Presidente: ROMEU TUMA
 (17 titulares e 9 suplentes)

PMDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
ALBERTO SILVA	PI	3055/3057	1. GILVAM BORGES	AP	2151/2157
DJALMA FALCÃO	AL	2261/2267	2. IRIS REZENDE	GO	2032/2039
JOÃO ALBERTO SOUZA	MA	4073/4074	3. VAGO		
MARLUCE PINTO	RR	1301/4062			
NEY SUASSUNA	PB	4345/4346			
WELLINGTON ROBERTO	PB	3194/3195			

PFL

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
HUGO NAPOLEÃO	PI	3085/3087	1. BELLO PARGA	MA	3069/3072
GERALDO ALTHOFF	SC	2041/2047	2. FRANCELINO PEREIRA	MG	2411/2417
ROMEU TUMA	SP	2051/2057			
MOREIRA MENDES	RO	2231/2237			
ERNANDES AMORIM	RO	2251/2255			

PSDB

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
CARLOS WILSON	PE	2451/2457	1. PEDRO PIVA	SP	2351/2353
LUIZ PONTES	CE	3242/3243	2. SÉRGIO MACHADO	CE	2281/2287
ROMERO JUCÁ	RR	2111/2117			

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

TITULARES	UF	Ramais	SUPLENTES	UF	Ramais
EDUARDO SUPLICY - PT	SP	3215/3216	1. GERALDO CÂNDIDO - PT	RJ	2171/2177
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE	2391/2397	2. ROBERTO SATURNINO - PSB	RJ	4229/4230
JEFFERSON PÉRES - PDT	AM	2061/2067			

Reuniões: Quartas-feiras às 18:00 horas (*)

Secretário: José Francisco B. Carvalho

Telefone da Secretaria: 311-3935/3519

(*) Horário de acordo com deliberação do Colégio de Presidentes de Comissões e Líderes Partidários.

Sala nº 06 - Ala Senador Nilo Coelho

Telefone da Sala de Reunião: 311-3254

Fax: 311-1060

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(Representação Brasileira)

1^ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51^ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2980

MEMBROS TITULARES MEMBROS SUPLENTES

SENAORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSE JORGE	PE	* 04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	* 01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	* 13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMILIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
** ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
*** ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MULLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTES				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFUCIO MOURA	RO	573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NÁRCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	*268	318 5268	318 2268

LEGENDA:

- * Gabinetes localizados no Anexo III
- # Gabinetes localizados no Anexo II

SECRETARIA DA COMISSÃO:

ENDERECO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900

FONE: (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154

<http://www.camara.gov.br> (botão de Comissões Mistas)

e-mail - mercosul@abordo.com.br

SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO

ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JÓRGE FONTOURA e Dr.

FRANCISCO EUGÉNIO ARCANJO



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70.165-900, Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R\$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R\$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R\$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.
– **Volume 10 (R\$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais).
Despesas Postais: R\$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

**Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo,
juntamente com o original do recibo de depósito.**

DESTINATÁRIO

Nome:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

País:

Fones:

Fax:

Quantidade solicitada:

**Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br**



Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.

Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.

Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conciliação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.

Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.

Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento, a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.

Carmen Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.

Sérgio Sérvalo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.

Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).

Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.

Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.

Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.

Marcílio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.

Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as ongues da Parte Geral do Direito Civil.

Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas

sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.

Silvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.

Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.

A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.

Fernando Braga – Conservadonismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.

Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irrationalidades e injuridicidades.

Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.

Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.

Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.

Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.

Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.

Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.

Nuria Belloso Martín – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.

Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.

Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.

Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCERAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R\$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP:

Cidade:

UF:

País:

Fones:

Fax:

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br



Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576 1779. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R\$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R\$ 20,00) – Luis Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R\$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R\$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R\$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R\$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R\$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R\$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R\$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R\$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela sequencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R\$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R\$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais. Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R\$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar.

Coleção Memória Brasileira

– A Constituinte perante a História (R\$ 8,00). História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– Teotônio Vilela (R\$ 10,00). Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– Volume 9 (R\$ 3,00). "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignal.

– Volume 10 (R\$ 3,00). "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 31,00
Porte de Correio	R\$ 96,60
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 127,60
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura DCD ou DSF s/o porte	R\$ 62,00
Porte de Correio	R\$ 193,20
Assinatura DCD ou DSF c/o porte (cada)	R\$ 255,20
Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ug = 020002

gestão = 02902

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho, Ordem de Pagamento** pela **Caixa Econômica Federal – Agência 1386-2 PAB SEEP**, conta nº **920001-2**, **Banco do Brasil, Agência 3602-1, conta nº 170500-8**, ou **recibo de depósito via FAX (061) 224-5450**, a favor do **FUNSEEP**, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

02000202902001-3 – Subsecretaria de Edições Técnicas
02000202902002-1 – Assinaturas de Diários
02000202902003-X – Venda de Editais
02000202902004-8 – Orçamento/Cobrança
02000202902005-6 – Venda de Aparas de Papel
02000202902006-4 – Alienação de Bens (leilão)
02000202902007-2 – Secretaria Especial de Editoração e Publicações

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº - BRASÍLIA - DF - CEP 70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN.

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3812 e (061) 311-3803. Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de Assinaturas, com José Leite, Ivanir Duarte Mourão ou Solange Viana Cavalcante.



EDIÇÃO DE HOJE: 88 PÁGINAS